



Revolução à distância - Emigrantes portugueses em França e a Revolução Portuguesa (1974-1975)

Rui Pedro Gonçalves Mateus

Dissertação de Mestrado em História Contemporânea

Janeiro, 2024

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica de Victor César Pereira da Silva. *

* Versão corrigida e melhorada após Defesa Pública a 9 de abril de 2024. O Júri, composto por José Neves (Presidente), Rita Luís (Arguente), Luísa Tiago de Oliveira (Arguente) e Victor Pereira (Orientador), atribuiu a classificação final de 19 valores por unanimidade

*à memória de Luís “Berdegais” Gonçalves de Barros,
vencedor dos Pirenéus com o cunhado às costas, e, acima
disso, meu avô.*

AGRADECIMENTOS

Findo o desafio que foi, em simultâneo, o mais intelectualmente estimulante e mentalmente cansativo da minha (ainda jovem) existência, ao fazer uma retrospectiva é claro que a sua realização não seria possível sem uma série de pessoas a quem é indispensável agradecer, sendo também delas um pedacinho da dissertação.

Primeiramente, quero agradecer ao meu orientador, Victor Pereira. O Victor aceitou o desafio com entusiasmo, mesmo à distância de muitas centenas de quilómetros, e devo-lhe um agradecimento pela prontidão e rigor empregues na orientação do meu trabalho, bem como pelo constante desafio a pensar e repensar as coisas, sem nunca impor qualquer tipo de ritmo ou ideia.

Quero agradecer aos muitos arquivistas que me acolheram e ajudaram proactivamente no que lhes era possível. Devo mencionar especialmente a Dra. Margarida Lages, diretora do Arquivo Histórico-Diplomático, por facilitar o acesso à documentação e, ainda antes desta dissertação ser sequer um pensamento, por me enviar os catálogos onde comecei a explorar o tema. Agradeço também com especial consideração à Dra. Anabela Magão e ao Dr. Carlos Fortes, do Arquivo da Defesa Nacional, pela simpatia e disponibilidade com que me receberam no Arquivo durante longas semanas.

Aos meus “mestres” da história, o professor Luís Gonçalves e a professora Maria Margarida Silva. Sem as suas aulas, não estaria neste momento a terminar o mestrado na disciplina e muito menos teria ideia da sua importância. Agradeço também à professora Alice Samara, que, numa altura mais insegura do processo de redação, me motivou, e muito, a continuar.

Um agradecimento especial à Beatriz Figueiredo, pelo interesse desde a primeira hora na leitura da dissertação, e a sua revisão atenta.

À Joana, por nunca me ter deixado ir abaixo, e ter sido uma companheira em todos os momentos nesta tese (e fora dela) desde a sua génese, pesquisa, dúvida, redação e conclusão. Mais que isso, agradeço-lhe pela exemplaridade que me inspira a ser melhor em todas as componentes da vida.

Ao Pedro, cuja amizade, camaradagem e presença foram e são fundamentais nesta e noutras lutas que travaremos. Ao António, por me ir chamar quando chegava a hora do meu avô Luís me buscar à escola, e também por me ter “chamado” para a FCSH. Ao Kaoê, ao Tomás, ao Lima, à Mariana, à Madalina, ao João, e a todos os camaradas e amigos com quem, ao longo destes anos, aprendi muito e me desafiaram a pensar a disciplina e o mundo.

Por fim, à minha família. Ao meu irmão e companheiro Vasco por ser quem é, sem tirar nem pôr. Aos meus pais, por terem sempre, mas sempre, concordado com as minhas escolhas, mesmo que por vezes não lhes vissem um propósito. Se descobri a História, foi porque a minha mãe nunca me negou um livro sobre o antigo Egipto ou as civilizações da América Central e do Sul, e porque o meu pai me apresentou o Henry Jones Jr., Indiana para os amigos (e inimigos). Termino a agradecer ao meu avô Orlando, cujos mais de 70 anos de trabalho constituíram a base disto tudo.

RESUMO

Revolução à distância - Emigrantes portugueses em França e a Revolução Portuguesa (1974-1975)

Rui Pedro Gonçalves Mateus

PALAVRAS-CHAVE: história das migrações; história dos movimentos sociais; Emigração Portuguesa; Imigração para França; Revolução Portuguesa, 25 de abril

A presente dissertação tem como objetivo estudar as reivindicações, esperanças e receios dos emigrantes portugueses em França, durante o período da Revolução Portuguesa (1974-1975), assim como as respostas das novas autoridades às mesmas. Frequentemente esquecidos, muitos emigrantes portugueses em França também se mobilizaram, organizaram, opinaram e, sobretudo, quiseram ser tidos em conta pelo novo regime. Partindo de fontes na primeira pessoa, guiamos o trabalho por duas questões principais: que várias dimensões da vida os emigrantes, individualmente ou organizados em coletivos e associações, pretenderam (ou receberam) mudar, e que continuidades e roturas, discursivas e concretas, os novos governos apresentaram aos portugueses de França.

Começamos por ver os aspetos relacionados com a participação direta no país, à distância. Primeiro através da procura e divulgação noticiosa que permitisse obter informação sobre o que se passava em Portugal. Em segundo lugar, através das remessas, cujo envio ganhou uma conotação dúplice – poupar e poder contribuir para a construção do “novo” país. Depois, a questão da eleição para a Assembleia Constituinte, na qual os emigrantes também puderam votar, ainda que com restrições. Seguimos para as dimensões da vida quotidiana que os portugueses em França pretendiam ver melhoradas. Perante a inação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, exigiram-se saneamentos dentro dos consulados e embaixada. No campo da segurança social pretendia-se mais e mais justos direitos sociais. Quanto à questão habitacional, entendia-se que a qualidade do alojamento em França era relevante, mas as prioridades estavam viradas ora para a possibilidade de vir a ter uma casa em Portugal, ora de a vir a perder, por ação das ocupações. Quanto ao ensino do Português, vemos as permanências e roturas com a política anterior, assim como a vontade dos emigrantes em expandir a rede de cursos. Terminamos abordando a questão dos homens com o serviço militar irregular, assunto profundamente ligado à resolução da guerra colonial, em que muitos jovens protestaram contra o que entendiam ser uma amnistia injusta.

ABSTRACT

Revolution from afar - Portuguese emigrants in France and the Portuguese Revolution (1974-1975)

Rui Pedro Gonçalves Mateus

KEYWORDS: history of migrations; history of social movements; Portuguese Emigration; Immigration to France; Portuguese Revolution; 25th of april

The aim of this dissertation is to study the demands, hopes and fears of Portuguese emigrants in France, during the Portuguese Revolution (1974-1975), and the responses given by the new authorities to them. The Portuguese emigrants in France, although often neglected from the history of the revolution, did mobilize, and organised themselves, gave their opinions and wished to be considered by the new regime. By using mostly first-hand sources, we address two main questions: which aspects of life emigrants wanted (or feared) to change and what did the new governments presented to them, both in discourse and action.

We begin with the ways that the emigrants could, and did, participate in their country from abroad. Firstly, through the search and spreading of news that could provide them reliable information of what was going on in Portugal. Secondly, by sending remittances, which gained new usage other than saving money: it contributed to the rebuilding of the “new” country. Then we delve into the Constitutional Election, where the emigrants were able to vote, even though in a limited way. In the next part we dive into the aspects of daily life that emigrants wanted to improve. Following the lack of action from the Ministry of Foreign Affairs, the people demanded purges in the Portuguese diplomatic representations. Regarding social security, they wanted broader and fairer benefits. About housing, the focus was on the possibility of building a house in Portugal, or the fear of losing it because of the occupation movements, rather than the improvement of the lodgement they had available in France, although it was also seen as need. Concerning the Portuguese language, we analyse the breaks and continuities in the Portuguese state policy regarding the language courses taught abroad, and the hope of emigrants to expand the number of children covered. We finish with the problem of the military service, which concerned many young men who had migrated without finishing their duties, and protested because they found that the amnesty given to them by the new government was unfair.

ÍNDICE

| | |
|--|-----|
| Capítulo 1: Introdução | 2 |
| 1. 1. Objeto | 2 |
| 1. 2. Estado da Questão | 5 |
| 1. 3. Objetivo | 10 |
| 1. 4. Fontes e metodologia..... | 12 |
| Capítulo 2: Participar | 25 |
| 2. 1. Informação, contrainformação e esclarecimento..... | 25 |
| 2. 2. Remessas, poupanças e desenvolvimento. | 37 |
| 2. 3. Eleições..... | 51 |
| Capítulo 3: Democratizar | 61 |
| 3. 1. Saneamentos | 61 |
| 3. 2. Segurança Social. | 70 |
| 3. 3. Uma casa para (vir a) morar..... | 78 |
| 3. 4. O ensino do Português | 88 |
| Capítulo 4: A situação militar | 94 |
| Capítulo 5: Conclusão | 110 |
| Fontes | 115 |
| Bibliografia | 117 |

LISTA DE ABREVIATURAS

A5D – Arquivo da 5ª Divisão
ACR – Arquivo do Conselho da Revolução
ADN – Arquivo da Defesa Nacional
AHD – Arquivo Histórico Diplomático
ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo
AOP – Association des Originaires du Portugal
APCP – Associação Portuguesa de Cultura e Promoção
BESCL – Banco Espírito-Santo Comercial de Lisboa
BP - Banco de Portugal
CD25A – Centro de Documentação 25 de Abril
CDS – Centro Democrático Social
CR – Conselho da Revolução
EMGFA – Estado-Maior-General das Forças Armadas
FEC-ML – Frente Eleitoral dos Comunistas (Marxista-Leninista)
IE – Instituto da Emigração
JSN – Junta de Salvação Nacional
MDP/CDE – Movimento Democrático Português / Comissão Democrática Eleitoral
MEC – Ministério da Educação e Cultura
MFA – Movimento das Forças Armadas
MNE – Ministério dos Negócios Estrangeiros
MRPP – Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado
PCP – Partido Comunista Português
PIDE – Polícia Internacional de Defesa do Estado
PPD – Partido Popular Democrata
PPM – Partido Popular Monárquico
PREC- Processo Revolucionário em Curso
PRP – Partido Revolucionário do Proletariado
PS – Partido Socialista
RCABP – Relatório do Conselho de Administração do Banco de Portugal
SEE – Secretaria de Estado da Emigração
SNE – Secretariado Nacional de Emigração
UDP – União Democrática Popular

“Spatially, it became necessary not merely to look across different boundaries, but also to see how modern territorial boundaries were illusory means of keeping histories apart”

Pranseejit Duara, *Transnationalism and the Challenge to National Histories*, 2002

“Para muitos, eles são simplesmente emigrantes. Para nós são homens. Emigrante é uma circunstância. Primeiro é-se homem, depois é-se português e só depois se é o português que, por determinados motivos, por certas reacções, é levado ou forçado a tomar a dolorosa, a grave, decisão: partir”

Eleutério Gervásio, *A emigração Acusa: Portugal à deriva*, 1978

“(...)o Governo Provisório actuará dentro das grandes linhas de orientação que a seguir se definem, e cujos fundamentos deverá solidamente alicerçar.

(...)4. n) Adopção de medidas económicas e sociais destinadas a motivar o retorno dos emigrantes, e de protecção e enquadramento dos trabalhadores portugueses no estrangeiro;

(...) 6. m) Apoio cultural e social aos núcleos portugueses espalhados pelo Mundo;”

Programa do I Governo Provisório,
15 de maio de 1974

1. Introdução

1.1 Objeto

Quem caminhar pelas ruas de Fontenay-sous-Bois, uma comuna suburbana da Grande Paris, arrisca a deparar-se com um monumento invulgar. Localizado na Place de L'Amitié Entre les Peuples, por várias vezes está decorado com cravos. Trata-se de um monumento em homenagem ao 25 de abril de 1974, erguido alguns anos após o golpe militar, por iniciativa de uma associação de emigrantes portugueses. Composto por uma escultura abstrata, sob um nível com a inscrição da data e a frase “Portugal da Liberdade”, este monumento é, pelo que sabemos, o mais antigo do seu tipo no mundo, tendo sido erguido em 1982, 15 anos antes do Monumento de Evocação *ao 25 de Abril*, de João Cutileiro, localizado no coração de Lisboa. A cerimónia de inauguração foi presidida pelo então presidente da Câmara de Fontenay e contou com a presença do Embaixador de Portugal em França, de um antigo membro do MFA e também alguns políticos vindos de Portugal¹.

Desde essa altura, a praça é palco de um evento, também ele ímpar em França pela sua periodicidade e dimensão: um desfile de comemoração do Dia da Liberdade. Emigrantes e seus descendentes, transeuntes curiosos e também altas figuras de Portugal, ao longo dos anos, marcaram presença nas comemorações, assinalando abril a 1500 km de distância. Em redor da estátua, vemos diversas placas. Algumas evocam memórias mais antigas, como a homenagem aos combatentes das Brigadas Internacionais na Guerra Civil de Espanha. Outras prestam tributo aos exilados de diversos países, que encontraram em Fontenay um local de refúgio contra a perseguição política e um ponto para prosseguir a luta.

Podemos dizer que abril conquistou, também, o espaço público em França, e as três componentes descritas ilustram bem a dimensão transnacional de um acontecimento marcante na história e memória, não só portuguesa, mas global. Primeiro, pela importância que o “dia inicial inteiro e limpo”² teve junto dos portugueses emigrados, tanto no seu reconhecimento enquanto data chave e marco histórico, como no aspeto de

¹ Volovitch-Tavares, Marie-Christine. «Entretien avec José Batista de Matos». *Migrance*, n.º 43 (2014): 37-40

² Andersen, Sophia de Mello Breyner. «Manuscrito das poesias 25 de Abril e Revolução», 1974. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em <https://purl.pt/19841/1/1970/galeria/f2/foto1.html>.

evento cuja efeméride merece celebração na rua. Em segundo lugar, a presença de personalidades ligadas à política, e outras conhecidas pelo seu papel na revolução, mostra que abril abriu também portas a uma nova relação entre o Estado Português e os portugueses a viver no estrangeiro. Por fim, evidencia as leituras sincréticas feitas por outros grupos nacionais de exilados, resistentes antifascistas e ex-combatentes. Italianos ou espanhóis, uruguaios ou chilenos, alemães ou sul-africanos, todos eles viram um pouco do seu país e da sua luta na dos que, por quase meio século, resistiram contra o fascismo português. Em comum, principalmente, tinham o espaço de exílio – a França – mas também um ideal de liberdade que, como cantou Georges Moustaki, puderam ver cumprido quando “(...)un œillet rouge/ A fleuri au Portugal”³.

Porém, como afirma Pedro Ramos Pinto, a memória da Revolução Portuguesa, tende a dividir-se em fações “nebulosas”: por um lado, com uma visão mais individualista, há quem recorde apenas “uma aventura de rapazes”, que num dia derrubou o regime, substituindo-o por um de novo tipo, destacando as biografias das principais personalidades. No campo oposto, o autor coloca aqueles que exaltam o papel coletivo das massas, mas que tendem a reduzir o Povo a figuras que pretendem exaltar. Segundo Pinto, o “operário do Barreiro” corporiza a visão de povo que esta fação possui, visão essa generalizadora e ambígua, ainda que atribua subjetividade ao coletivo.⁴ Numa posição entre as duas, refere o grupo dos que não esquecem o coletivo, mas que nele apenas vêm imagens turvas, imprecisas e sobretudo passivas. Nesta visão aparecem as ideias de povo “vítima”, que serve apenas como ênfase “aos de cima” que “fizeram” a revolução em nome desse povo. Contudo, em todas estas vias, as narrativas memorialísticas tenderam a focar-se sobretudo no interior das fronteiras nacionais.

Quanto à historiografia produzida sobre o Processo Revolucionário Português, depois de uma fase em que as produções cronicaram os acontecimentos, com especial foco na esfera político-militar e alternâncias de poder⁵, vários autores aventuraram-se a explorar profundamente os diferentes “povos” dentro do “povo”. Dos moradores aos

³ Georges Moustaki, “Portugal (Fado Tropical)”, faixa 3 em *Les amis des Georges*, Polydor, 1974,

⁴ Pinto, Pedro Ramos. «Onde estavas tu no 25 de abril, pá? Revolucionários, movimentos sociais e cidadania quotidiana». Em *Quem faz a história: ensaios sobre o Portugal contemporâneo*, coordenado por José Neves. Lisboa: Tinta-da-china, 2016: 49-51

⁵ Cf. Ferreira, José Medeiros. *Ensaio histórico sobre a Revolução do 25 de Abril: o período pré-constitucional*. Lisboa: Alfa, 1989 e Reis, António. *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994. Posteriormente, detalharam-se algumas dimensões internas do MFA e o seu papel cf. Rezola, Maria Inácia. *Os militares na revolução de Abril: o Conselho da Revolução e a transição para a democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação, 2006.

operários⁶. Dos proletários agrícolas aos pequenos e médios agricultores⁷. Dos futebolistas aos trabalhadores da banca⁸. Em todos estes trabalhos foram resgatadas do passado as movimentações destes grupos, os seus interesses e esperanças, os seus revezes e contradições. Escrever a história dos “de baixo”, no contexto revolucionário português não é, por isso, uma inovação historiográfica, e nos últimos anos têm sido, paulatinamente, quebradas algumas ideias incrustadas na memória coletiva que Pedro Ramos Pinto descrevera.

No entanto, quando o Movimento das Forças Armadas derrubou o regime de Caetano e, usando a expressão que dá título à obra de Diego Cerezales, “o poder caiu na rua”⁹ durante os longos meses de abril, apesar das avenidas, praças, adros e estradas em Portugal se terem enchido de gente anónima, mais de 800 mil homens, mulheres e crianças portuguesas encontravam-se a duas fronteiras de distância. Alguns tinham partido no mês anterior ao golpe. Outros, quem sabe, poderiam já estar em França desde 1916, ano do primeiro acordo de emigração estabelecido entre os dois países. Logo no final de abril, muitos foram os exilados e foragidos que regressaram, desertos para poder respirar um novo ar, depois de terem sido obrigados a sair de um país que os sufocava com a repressão política. Porém, milhares não o fizeram, mas, para muitos, não foi isso que impediu de acompanhar e viver este período.

A presente dissertação tem como objeto de estudo essa massa de gente que, dada a sua condição de emigrado/ausente, não se livra de uma ausência dúplice, ainda que não seja exatamente no sentido Sayadiano, ao ocupar simultaneamente um “não lugar”¹⁰ tanto nas narrativas memorialísticas sobre a revolução, como nas produções historiográficas.

⁶ Pinto, Pedro Ramos. *Lisbon Rising: Urban Social Movements in the Portuguese Revolution, 1974-75*. Manchester: Manchester University Press, 2013 e Suárez, Miguel Ángel Pérez. «Contra a exploração capitalista: comissões de trabalhadores e luta operária na revolução portuguesa (1974-1975)». Tese de Mestrado em História Contemporânea, FCSH-UNL, 2008.

⁷ Fernandes, Margarida. «A organização dos trabalhadores agrícolas na reforma agrária: o caso de Baleizão». *Etnográfica. Revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia*, n.º vol. 6 (2) (1 de novembro de 2002): 327–45 e Carvalho, Agostinho de. *Os pequenos e médios agricultores e a política agrária no período 1960-1975: perspetivas de desenvolvimento da agricultura*. Oeiras: Centro de Estudos de Economia Agrária, 1984.

⁸ Marie, Pierre. «Revolução, sindicalismo e futebol. O Sindicato dos Jogadores Profissionais de Futebol durante o processo revolucionário português, 1974-1976». *Ler História*, n.º 78 (2021): 179–98 e Noronha, Ricardo. *A banca ao serviço do povo: política e economia durante o PREC (1974-75)*. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 2018.

⁹ Cerezales, Diego Palacios. *O poder caiu na rua: crise de Estado e acções colectivas na revolução portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

¹⁰ Expressão empregue por Gerard Noiriel relativamente ao espaço ocupado pela história da imigração na memória em França. Cf. Pereira, Victor. «Os migrantes ou as ausências da história do século XX português». Em *Quem faz a história: ensaios: op.cit.:251*

Voltando ao monumento referido inicialmente, deparamo-nos com uma aparente contradição entre o que é a memória dos que viveram a revolução à distância e a dos que, ao longo do tempo, teceram a memória e escreveram sobre o período. Tentaremos, por isso, contribuir para o estudo e reflexão acerca da Revolução Portuguesa, mas também da Emigração, procurando, sobretudo, abrir novos espaços à memória e às práticas historiográficas, numa altura tão relevante como hoje, em que nos aproximamos do cinquentenário do 25 de abril de 1974.

1.2 Estado da questão

Nos grandes volumes da história do século XX em Portugal, por norma, a emigração aparece como mais um fator de degradação, ora da pátria, ora da economia, ora do regime salazarista, com foco especial na emigração do pós-segunda guerra, pela sua dimensão quantitativa. Como notou Pereira, os emigrantes costumam ser vistos como *Homo economicus*, que apenas reagem quase mecanicamente às transformações socioeconómicas e políticas do país, sendo-lhes atribuídas, geralmente, as características embutidas pelas visões das altas patentes do estado e dos grandes donos da terra¹¹. Não estranhámos, por essa razão, a quantidade reduzida de literatura científica produzida acerca deste objeto de estudo na cronologia que escolhemos. Dois exemplos são, a nosso ver, paradigmáticos: primeiro, a recente obra coordenada por Fernando Rosas - *A Revolução Portuguesa 1974-1975*¹² - que ao longo dos seus nove capítulos, menciona a emigração em três curtas e separadas ocasiões. Na primeira, Maria Inácia Rezola evoca o facto de terem existido sessões de dinamização cultural direcionadas aos emigrantes. Mais à frente, num capítulo acerca da Reforma Agrária, Oliveira Baptista refere a emigração como um dos fatores de mudança na estrutura agrária durante os anos 60. Por fim, Aires Oliveira faz referência à movimentação de emigrantes como um fator de pressão que levou a alterações no Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e postos diplomáticos¹³. O segundo exemplo que trazemos é a obra *História do Povo na Revolução Portuguesa 1974-75*¹⁴, da autoria de Raquel Varela, que parece incluir no “Povo” apenas

¹¹ *Idem*: 251-253

¹² Rosas, Fernando (coord). *Revolução portuguesa 1974-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2022.

¹³ Rezola, Maria Inácia «Definindo o poder político-militar (do 25 de abril ao 11 de março)» Em *idem*: 63 ; Baptista, Fernando Oliveira «Política Agrícola e Reforma Agrária, 1975» Em *idem*: 163-165; Oliveira, Pedro Aires «A esfera do possível: Política externa e diplomacia na transição para a democracia Portuguesa (1974-1975)» em *idem*: 339

¹⁴ Varela, Raquel. *História do povo na revolução portuguesa, 1974-1975*. Lisboa: Bertrand, 2014.

quem partiu por razões políticas, os desertores e exilados¹⁵. Duas obras muito diferentes, mas que pouco diferem na ausência de voz ativa dos emigrantes na escrita da história.

Não podemos, contudo, dizer que um estudo que cruze os temas da emigração e Revolução Portuguesa esteja, totalmente, por escrever. Ao longo dos anos, alguns trabalhos aproximativos foram realizados por diversos especialistas ligados a diferentes campos das Ciências Sociais. Temos conhecimento de, primeiramente, quatro trabalhos principais que abordaram esta temática, cada um à sua maneira.

Começando pelas obras de referência da História de Portugal, o tema só aparece em 2016, aquando da publicação do *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril*. Se procurarmos o verbete *Emigração*¹⁶, encontramos 17 colunas em que Maria Beatriz Rocha-Trindade começa com um apanhado da emigração portuguesa até ao golpe de estado. Em seguida, enumera algumas mudanças legislativas e institucionais que ocorreram durante a revolução, bem como os seus antecedentes, assim como alguns apontamentos sobre mudanças de fluxos migratórios¹⁷. A autora termina focando-se já no período de “normalização democrática” e até aborda a adesão na CEE, sendo o período revolucionário uma espécie de hiato entre um paradigma antes e um depois, e cujos acontecimentos em 1974/1975 aparecem sobretudo ligados à questão das remessas. Julgamos que o conteúdo deste verbete evidencia a necessidade de um desenvolvimento do tema, dado que, numa obra desta envergadura, ainda deixa muitas questões por responder acerca deste cruzamento temático, fornecendo apenas algumas pistas.

Quanto aos trabalhos mais específicos, seguindo a ordem de publicação, começemos pelo estudo antropológico de Caroline Brettell, incluído numa compilação intitulada *Contemporary Portugal: The Revolution and Its Antecedents*¹⁸. Nesta abordagem, Brettell recorreu ao trabalho de campo realizado numa aldeia do norte litoral, procurando estudar as perceções dos camponeses do Norte face à revolução, identificando dois fenómenos: Primeiro que tais perceções influenciaram as dos conterrâneos emigrados em Paris; Segundo, que todo o processo de emigração, formas de pensar dos

¹⁵Sobre esta questão e as suas *nuances*, falaremos mais adiante.

¹⁶ Rocha-Trindade, Maria Beatriz. «Emigração». Em *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril*, 3:328–37. Figueirinhas, 2016.

¹⁷ O conteúdo desta entrada corresponde a uma versão mais atualizada dos principais pontos abordados em Rocha-Trindade, Maria Beatriz. «Emigração portuguesa: as políticas de “trajecto de ida” e de “ciclo fechado”». *Cadernos Revista de História económica e social*, n.º 1–2 (1981): 71–90.

¹⁸ Brettell, Caroline B. «Emigration and Its Implications for the Revolution in Northern Portugal». Em *Contemporary Portugal: The Revolution and Its Antecedents*, editado por Lawrence S. Graham e Harry M. Makler, 281–98. Austin: University of Texas Press, 1979:281-98

emigrantes e consequências da sua partida influenciaram a construção dessas visões da conjuntura pelos camponeses do Norte. Este estudo é importante pelo seu carácter fundacional e as conclusões podem fornecer algumas ideias sobre a perspetiva dos emigrantes em França. Porém, o foco está nos portugueses que ficaram, e peca na leitura essencialista e generalizadora que faz de alguns fatores, nomeadamente a eleição, o volume de remessas e a origem dos emigrantes, sem a devida nuance, como teremos oportunidade de ver mais adiante.

De seguida, a tendência foi para a publicação de textos em datas comemorativas e edições especiais que celebrassem o 25 de abril. Sempre publicados por revistas francesas, os textos também foram escritos, quase sempre, por autores ora estrangeiros, ora emigrados e seus descendentes, sendo de notar um desinteresse (e também dificuldade) de cientistas sociais e outros autores portugueses de estudarem quem está ausente das fronteiras nacionais. Temos, primeiramente, *A Revolução dos Cravos e a Emigração Portuguesa*¹⁹ escrito por Aníbal de Almeida, em 1999, por ocasião de uma edição da revista *Latitudes: Cahiers Lusophones*, aquando dos 25 anos da revolução. Este texto trata-se, pelo que sabemos, da primeira tentativa de cronicar tematicamente acontecimentos, iniciativas e atividades desenvolvidas pelo MFA e pela recém-fundada Secretaria de Estado da Emigração (SEE), assim como algumas mobilizações dos emigrantes. O autor, sociólogo de formação e fundador da revista *Presença Portuguesa*, da qual falaremos mais adiante, foi um participante muito ativo nos acontecimentos que abordaremos, cumprindo funções de assistência social na SEE. Almeida foi também dirigente associativo, tendo presidido a Associação Portuguesa de Cultura e Promoção, fundada em maio de 1974, sendo uma das mais ativas durante os quase dois anos de revolução. Esse fator é relevante por dar ao texto uma componente memorialística diferente dos demais.

*Les immigrés portugais en France et la “révolution des Œillets”*²⁰, escrito por Marie-Christine Volovitch-Tavares, foi o primeiro texto a ser publicado por uma historiadora de profissão, em 2000, com base numa apresentação da mesma autora numa conferência realizada no ano anterior. Pegando em muito do que Almeida escrevera, a

¹⁹ Almeida, Aníbal de. «A Revolução dos Cravos e a Emigração Portuguesa». *Latitudes: cahiers lusophones*, n.º 6 (setembro de 1999): 6–12.

²⁰ Volovitch-Tavares, Marie-Christine. «Les immigrés portugais en France et la “révolution des Œillets”». Em *De la Révolution des œillets au 3ème millénaire: Portugal et Afrique lusophone*, 147–64. Travaux et documents 7. Vincennes Saint-Denis: Université de Paris 8, 2000.

autora desenvolve e acrescenta os temas com recurso a outros testemunhos e documentação de arquivo, com um olhar de historiadora. Ambos os textos trazem bases pertinentes ao estudo do tema, mas acabam por passar apenas em voo de síntese pelos vários temas.

Por fim, também numa edição temática, em que a revista *Migrance* publicou um número especial celebrando os 40 anos da revolução (2014) - com o título *La Révolution des Œillets et l'immigration portugaise*, coordenada pelas historiadoras Marie-Christine Volovitch-Tavares e Louisa Zanoun, e pelo historiador Abderahmen Moumen. Nesta edição está contido o maior contributo ao tema, e inclui também questões mais recentes, posteriores ao período revolucionário. Na introdução²¹, as duas coordenadoras fazem uma contextualização histórica da emigração portuguesa até 1974, bem como um apanhado da informação que se vai mostrando nos artigos seguintes, e também um “rescaldo” do que a revolução trouxe (ou não) aos emigrantes, em retrospectiva.

Segue-se, na revista, uma secção de testemunhos variados de quem viveu o exílio e também a revolução no estrangeiro, que providencia algumas notas úteis, mas o primeiro artigo é o do historiador Victor Pereira, intitulado *Quel 25 avril pour les émigrés? L'État Portugais et les migrants en France pendant la Révolution des Œillets*²². Neste texto, o autor aborda questões como a reação dos emigrantes à notícia da revolução, algumas mudanças na ação e discurso do estado, a questão das remessas do ponto de vista institucional e questiona-se sobre a pertença dos emigrantes no conceito de povo, partindo da questão das eleições para a Assembleia Constituinte. Mais adiante, Marta Silva aborda questões de memória da revolução entre os passadores da fronteira²³. Finalmente, Manuel Antunes da Cunha e Maria Engrácia Leandro²⁴ cruzam as informações retiradas de um *corpus* de cartas enviadas a uma rádio francesa por emigrantes portugueses, e as recordações que uma série de entrevistados têm dessa altura²⁵.

²¹ Volovitch-Tavares, Marie-Christine e Louisa Zanoun. «Introduction». *Migrance*, n.º 43 (2014): 5-10

²² Pereira, Victor. «Quel 25 Avril Pour Les Émigrés? - État Portugais et Les Migrants En France Pendant La Révolution Des Œillets». *Idem*: 43-55.

²³ Silva, Marta. «Le 25 avril et la liberté d'émigrer. Pratiques et mémoires des intermédiaires de l'émigration clandestine». *Idem*: 109-120.

²⁴ Cunha, Manuel Antunes da, e Maria Engrácia Leandro. «L'émigration et le 25 avril: regards croisés. De l'espérance à un certain désenchantement (1974-2014)». *Idem*: 121-33.

²⁵ Este estudo rebusca muitas das conclusões presentes em Cunha, Manuel Antunes da. «Os portugueses de França. Genealogia de um público radiofónico». *Observatório (OBS)*, n.º 6 (novembro de 2002): 119-41.

Esta edição de *Migrance* é, sem dúvida, um enorme contributo para o estudo da temática proposta. Contudo, está ainda longe de ser um volume de referência, dada a sua natureza de revista, e dispersão por temas, sem uma ligação sistematizada. A acessibilidade da consulta também não é fácil, e os artigos, com todo o seu interesse, deixam ainda muitas questões por desenvolver. Tal como o verbete do dicionário, as tónicas de muitos dos artigos desta edição vão ao encontro da ideia de que os 19 meses de PREC foram de exceção, de um intervalo, entre a queda da ditadura e a implantação da democracia parlamentar de tipo ocidental.

Não podemos deixar de referenciar alguns segmentos de investigações e obras que, não se tratando do âmago do trabalho em que estão inseridos, contribuem para o conhecimento acerca do objeto em estudo. Partindo do geral para o particular, Volovitch-Tavares assinala a revolução, e conseqüente agitação e transformações, como um período charneira nos *100 ans d'histoire des Portugais en France*²⁶. Vespeira de Almeida, na sua obra sobre as Campanhas de Dinamização Cultural do MFA²⁷, contribui com alguns detalhes para o entendimento dos caminhos e problemas das Forças Armadas no estrangeiro para organizar as sessões. Vanda Santos analisa a presença da emigração no discurso oficial dos sucessivos Governos Provisórios, através dos seus programas e discursos de tomada de pose²⁸. Seguem-se três autores que, abordando o tema das remessas dos emigrantes durante o período, o colocam de forma diferente. Abel Mateus²⁹, com uma perspectiva mais catastrofista, escreve sobre a forte influência que a retração de remessas teve na economia nacional. Noronha³⁰, pelo seu lado, relativiza a situação, defendendo que apenas se deu num ligeiro decréscimo, recuperado em 1976. Elizabeth Leeds³¹ menciona algumas mudanças institucionais e medidas de apoio aos portugueses no estrangeiro, numa lógica de continuidade com o antigo regime. Em seguida escreve sobre a importância das remessas e o esforço do MFA, Governos e Bancos em continuar a canalizá-las para Portugal. Por fim, um segmento que Diego Cereales insere num dos

²⁶ Volovitch-Tavares, Marie-Christine. *100 ans d'histoire des Portugais en France*. Neuilly-sur-Seine: Michel Lafon, 2016: 114-123

²⁷ Almeida, Sónia Vespeira de. *Camponeses, cultura e revolução: campanhas de dinamização cultural e acção cívica do MFA, 1974-1975*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

²⁸ Santos, Vanda. *O discurso oficial do estado sobre a emigração nos anos 60 e 80 e imigração dos anos 90 à actualidade*. ACIDI, I.P., 2004:41-45

²⁹ Mateus, Abel M. *Economia portuguesa: crescimento no contexto internacional (1910-1998)*. Lisboa: Verbo, 1999: 112-113

³⁰ Noronha, Ricardo. *Op.cit.*: 256

³¹ Leeds, Elizabeth Rachel. «Labor Export, Development, and the State: The Political Economy of Portuguese Emigration». Tese de Doutoramento, Massachusetts Institute of Technology, 1984: 301-305

capítulos do seu livro³², no qual procura levantar algumas hipóteses sobre o descontentamento das populações do Norte do país, que levaram à mobilização anti-comunista no “Verão Quente”. Com base nas conclusões de Brettell, mencionada acima, e algumas informações recolhidas em cartas no Arquivo do Conselho da Revolução (ACR) e entrevistas a militares, Cerezales inclui emigrantes do Norte do país nessa categoria de descontentes. Além disso, relaciona a emigração, como acontecimento e *ethos* no seio das comunidades rurais do Norte, com a mobilização.

Noutros estudos e obras, a emigração e os emigrantes aparecem apenas referidos numa ou duas frases. Geralmente apenas no papel de espectador, são mencionados através de uma relação simples de causa-efeito formulada, comumente, por: houve ocupações de casas de emigrantes, logo deixaram de enviar dinheiro para Portugal. Como teremos oportunidade de ver, o cenário foi mais complexo.

1.3 Objetivo

Tendo em conta as lacunas na bibliografia produzida até agora, várias são as possibilidades de abordagem a ser seguida no âmbito da presente dissertação. Devido aos moldes da mesma, optámos por começar com o estudo focado sobretudo na perspectiva dos próprios emigrantes, e limitarmos o espaço ao território francês, onde a maior porção dos portugueses a residir no estrangeiro se encontrava. Ao contrário dos estudos referidos, nos quais a revolução *chegou* aos emigrantes em França, remetendo-os para um papel passivo, e sobretudo de reatividade, pretendemos aprofundar o conhecimento sobre as perspectivas deste sujeito coletivo, assim como a sua voz ativa e agência no período. Isso não significa que nas conclusões estará o resultado de um recenseamento acerca do grau de apoio, ou antipatia, que os emigrantes em França tinham pelo processo revolucionário. Os emigrantes não eram um grupo homogêneo, apesar de, por vezes, serem tratados como tal. Dentro do gigante grupo de mais de 500 mil adultos portugueses, existiam várias classes, vivências, origens, vontades e pensares diferentes, por vezes com apenas um denominador comum: num ponto da sua vida, decidiram (ou os pais decidiram por eles) sair do país onde viviam e mudar-se para França. É certo que determinados fatores de repulsão, no país de origem, e atração, no anfitrião, influenciaram e criaram projetos e objetivos comuns – uns queriam melhorar a sua situação socioeconómica, outros não pretendiam cumprir o serviço militar (para enumerar duas das grandes causas da migração

³² Cerezales, Diego Palacios. *Op.cit.*: 151-153

em massa dos anos 60/70) - mas estes não se fechavam em si mesmo, sendo que vários foram os casos em que as motivações se cruzavam, ou eram acrescentadas a outros fatores. Parece-nos, portanto, insuficiente continuar a utilizar a binómio emigrante económico *versus* emigrante (ou exilado) político, até porque se diferenças havia entre alguns, as fronteiras entre ambos são nebulosas e muitas até foram esbatidas na convivência, influência e partilha de experiências quotidianas, nas quais os “exilados” se fundiram com os “económicos”. Além disso, nas fontes disponíveis, é quase sempre impossível fazer essa distinção, mostrando também a complexidade do tema.

Recusamos também a imagem do emigrante necessariamente conservador, cuja origem espacial e propósito de vida se viu diretamente confrontado pelas movimentações sociais e mudanças da Revolução Portuguesa, associando o quadro de valores e crenças dos emigrantes exclusivamente aos atribuídos ao Norte e Centro rural português. Primeiro, a ideia de uma emigração quase exclusivamente resultado de um êxodo rural tem vindo a ser dissipada, com dados a sugerir que uma porção significativa dos emigrantes partiu das cidades³³, o que remete logo para a necessidade de matizar o sujeito coletivo. Depois, o ato de emigrar, os contactos com outras realidades e dinâmicas completamente distintas também alteraram valores e comportamentos. Os homens e mulheres que partiam não eram os mesmos, muitas vezes, que os que voltavam nas férias. A notícia do 25 de abril chegou a França no próprio dia, e a natureza social e explosão participativa, associada ao biénio revolucionário português, também se espalhou pelos seis cantos do país. Uns viram com bons olhos, outros nem tanto, mas o que nos interessa perceber é que várias dimensões da vida sobre os quais os emigrantes, individualmente ou organizados em coletivos e associações, pretendiam (ou recebavam) mudar?

Em França, pelo seu estatuto de estrangeiro e, em muitos casos, temporariamente clandestino, reivindicar era, por norma, uma tarefa árdua, ainda que não impossível nem infrutífera. Porém, abertas as portas de abril, muitos emigrantes portugueses tiveram o sentido de oportunidade para tentar agarrar mudanças, no seu país de origem, através da sua participação. Procurando soluções e mudanças para as suas vidas, e também receando o que poderia acontecer, foi ao MFA, aos novos Governos Provisórios e até ao Presidente da República que se dirigiram, de forma que a sua voz ativa conduzisse a uma política

³³ João Peixoto. «A emigração». Em *História da expansão portuguesa*, 164. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

diferente, procurando agarrar a oportunidade apresentada³⁴. Da parte destes organismos e instituições de poder, também a ação, o discurso e respostas dadas aos emigrantes foram sendo moldadas, e por vezes incoerentes, não se focando apenas nas questões económicas. Quais as continuidades e roturas no discurso e ação destes? Que novas medidas procuraram concretizar? Estavam de acordo com as reivindicações dos emigrantes? Estas são as perguntas às quais procuraremos responder.

1.4 Fontes e Metodologia

A história da emigração, ou melhor, a história dos emigrantes, sobretudo em Portugal, tendeu a ter dificuldades em colocar-se do seu ponto de vista. Como vimos, a historiografia e restantes ciências sociais costumam esquecer-se do tema, e, como nos defende Paulo Filipe Monteiro, a influência do discurso das elites, dos órgãos de comunicação social ou do quotidiano, que tende a ser simplificado, dramatizado ou sentimentalizado, em função de interesses políticos, tem um peso significativo nesse desinteresse³⁵. Por outro lado, existe também uma escassez das fontes primárias habituais para o estudo da emigração a partir de baixo: as cartas. Ainda que se possa explicar essa ausência pelo alto nível de analfabetismo e pela pouca iniciativa das famílias dos emigrantes em divulgar e tais documentos³⁶, também da parte dos Centros de Investigação e do Estado não parece haver interesse no incentivo à divulgação dos mesmos, ao contrário do que acontece noutros países³⁷.

Começámos esta investigação, por isso, com uma dificuldade acrescida: a de encontrar fontes primárias, sem os recursos necessários para dinamizar um evento de recolha dirigido ao grande público. Através de uma nota de rodapé na supracitada obra de Diego Cerezales, percebemos que no Arquivo do Conselho da Revolução (ACR) existem uma série de cartas escritas por particulares, em nome individual ou assinadas coletivamente, dirigidas à Junta de Salvação Nacional (JSN) e Conselho da Revolução

³⁴ Ao escrever sobre o caso dos moradores, Diego Cerezales enuncia a “abertura do quadro de oportunidade política”, proveniente de uma ausência do aparelho repressivo do Estado e também da resposta do próprio Estado às exigências da população *op.cit.*: 105.

³⁵ Monteiro, Paulo Filipe. *Emigração: o eterno mito do retorno*. 1ª ed. Oeiras: Celta, 1994: 1

³⁶ Pereira, Victor. «Os migrantes ou as ausências ...». *op.cit.*:255

³⁷ Em Elliot, Bruce S., David A. Gerber, e Suzanne M. Sinke. *Letters across Borders: The Epistolary Practices of International Migrants*. New York: Springer, 2006 e Benton, Gregor, e Hong Liu. *Dear China: Emigrant Letters and Remittances, 1820–1980*. University of California Press, 2018 citam-se alguns exemplos

(CR), localizadas no Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT). Entre as centenas de dossiers, encontramos cartas e outros documentos enviados por emigrantes aos dois organismos, percebendo então que os arquivos correspondentes aos centros de poder político na altura eram um rumo a seguir. Por essa razão acrescentámos o Arquivo Histórico da Presidência da República (AHPR) e o Arquivo da Defesa Nacional (ADN), que contém o fundo da 5ª Divisão do Estado-Maior General das Forças Armadas (F5D), órgão de informação do EMGFA, que entre as suas funções teve a gestão da interação entre as Forças Armadas e sociedade civil, avaliando os anseios e aspirações.

Não pretendendo reduzir o trabalho ao diálogo entre a esfera civil e militar, partimos para os arquivos que possuíssem a documentação de organismos diretamente em contacto com os emigrantes e seus assuntos -o Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) e a Secretaria de Estado da Emigração (SEE) – cujos fundos se encontram no Arquivo Histórico Diplomático. No que toca a cartas particulares, a busca foi menos bem sucedida (ainda que não totalmente infrutífera) no fundo do MNE e da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP)³⁸, dado que o principal documento catalogado, um dossier que, segundo a descrição, contém cartas de emigrantes, se encontra perdido. Contudo a consulta destes arquivos foi essencial no que toca à documentação que descortine a ação e discurso dos Governos Provisórios, assim como uma série de fontes secundárias úteis para a temática proposta. Por fim, consultámos o Arquivo Histórico Parlamentar, mais concretamente o fundo da Assembleia Constituinte, que contém uma série de cartas particulares, algumas delas lidas no célebre “Período antes da ordem do dia” pelo então presidente da Assembleia, Henrique Barros. Tentámos ser abrangentes na escolha dos arquivos, mas a ausência de documentação e a sua dificuldade de acesso foi também um fator limitador³⁹.

Nesta busca arquivística encontramos diversas missivas do género que Martyn Lyons nomeou de “Writing Upwards”⁴⁰. Segundo o autor, ao escrever a quem tinha o poder, os remetentes esperavam, por vezes em vão, um canal direto de comunicação, na esperança

³⁸ Onde se encontra muita da documentação da SEE. Quanto a este arquivo, dada a existência de vários catálogos, guiamo-nos e referenciamos segundo o que está datado de setembro de 2012, fornecido pela diretora do arquivo.

³⁹ Sabemos que o Espólio do General Vasco Gonçalves tem algumas cartas vindas de França, porém o seu acesso é restrito, assim como o de algumas secções do AHPR, que se encontram sob o regime de proteção de dados pessoais abrangido pela Lei 26/2016.

⁴⁰ Lyons, Martyn. «Writing Upwards: Letters to Robert Menzies, Australian Prime Minister, 1949–1966». *The Journal of Epistolary Studies* 2, n.º 1 (2020).

de resolver os seus problemas⁴¹. Escrever “aos de cima” não era uma novidade em Portugal, e muito menos um canal apenas aberto em tempos de dinâmica revolucionária⁴². Porém, julgamos seguro afirmar que as práticas epistolárias, aquando dos longos meses de abril, adquiriram características singulares, que exploraremos ao longo da presente dissertação. A riqueza dos arquivos militares no que toca à presença desta documentação tem dois motivos: o primeiro vai de encontro ao que escreveu Sousa Santos: o Movimento das Forças Armadas, inundado por queixas e pedidos, foram vistas como um “agente” de “ascensão colectiva” e de resolução dos problemas, face à “paralisia” do governo e da administração pública, que, na teoria seriam os canais aos quais os cidadãos deviam recorrer⁴³. O segundo relaciona-se com o caminho que as cartas percorriam. Saindo da caneta do escritor, se fossem endereçadas à JSN ou CR, o secretário recebia e reencaminhava, se necessário, para o ministério ou gabinete ao qual o problema apresentado dizia respeito⁴⁴. Caso fossem dirigidas a outra entidade, esta podia reencaminhar para a 5ª Divisão, que receberam milhares de cartas e outras produções de diversos gabinetes de esfera civil e militar, mas também enviadas pelos próprios civis. Sabemos que o MFA e os ministérios tentavam responder a tanto quanto possível, e encontrámos algumas cópias de resposta, ora nos arquivos, ora publicadas. No entanto, para a maioria das letras enviadas, não possuímos a resposta, acedendo apenas a um lado do canal de comunicação.

Em termos de tipologia das cartas, identificámos os mesmos padrões que Sheila Fitzpatrick nomeou na sua análise a um *corpus* de cartas enviadas a líderes locais e estatais da União Soviética. No seu estudo, a autora identificou cartas de: desabafo (“confessionals”); pedidos de ajuda; denúncia; queixas; opiniões, sugestões e propostas; ameaças⁴⁵. A estes acrescentamos três destintos, que nos parecem ser próprios do tempo e também da distância entre o remetente e o destinatário: as cartas de reivindicação, que

⁴¹ *Idem*: 36

⁴² Existem diversos trabalhos que analisam a relação epistolográfica entre os sujeitos e os seus líderes, incluindo sujeitos emigrados. Cf. Fitzpatrick, Sheila. «Suplicants and Citizens: Public Letter-Writing in Soviet Russia in the 1930s». *Slavic Review* 55, n.º 1 (1996): 78–105; ; Lyons, Martyn *op.cit.* ; ; Elliot, Bruce S., David A. Gerber, e Suzanne M. Sinke. *Letters across Borders: The Epistolary Practices of International Migrants*. New York: Springer, 2006, no contexto internacional, e Simpson, Duncan.

«Tenho o prazer de informar o senhor director...»: cartas de portuguesas à PIDE (1958-1968). Silveira: Book Builders, 2022; *Cartas a uma Ditadura*. Néon Rouge; Faux; ADR, 2006. , para o caso português

⁴³ Santos, Boaventura de Sousa. «Os três tempos simbólicos da relação entre as Forças Armadas e a sociedade em Portugal». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 15/16/17 (1985): 26-29

⁴⁴ Ao longo dos vários dossiers, encontrámos ofícios de expediente a informar do seguimento da missiva para outro ministério ou entidade, juntamente com uma cópia da resposta dada pelo Secretário ao emissor da carta

⁴⁵ Tipologias traduzidas pelo autor.

juntam características das de opinião e dos pedidos, mas diferiam no tom. No conteúdo deste tipo de missivas exigia-se uma mudança real e não apenas a possibilidade, e muitas são assinadas coletivamente, ou escritas em nome de coletivo ou associação⁴⁶, ao contrário das recebidas pelos líderes soviéticos, em que o anonimato era norma; as cartas de apoio, que como o nome indica, manifestavam a aprovação perante a situação e as Forças Armadas; e as cartas de futuro, em que os emigrantes escreviam os seus planos, esperanças, aspirações, mas também receios do porvir.

Aos vários gabinetes dos organismos supracitados, ou mesmo diretamente ao Presidente da República⁴⁷, chegaram ainda petições com várias assinaturas, moções aprovadas em assembleia, atas de plenários e cadernos reivindicativos, demonstrando que também os emigrantes discutiram e se movimentaram coletivamente. Estes documentos eram enviados pelo correio, ou entregues em momentos chave de contacto, como por exemplo, aquando da visita do General Costa Gomes, então Presidente da República, a França, em junho de 1975.

As presenças e ausências de documentação nos arquivos, assim como as repetições nos destinatários, levam-nos a crer que o MFA era um canal de comunicação importante a que os emigrantes em França recorreriam quando pretendiam escrever “aos de cima”, mostrando também a legitimidade do poder que detinham perante muitos emigrantes. Afirmamos isso com base na elevada quantidade de cartas que as Forças Armadas e suas altas personalidades receberam⁴⁸, em comparação com, por exemplo, a Assembleia Constituinte, um outro polo de poder que foi crescendo em importância ao longo do processo, ainda que só tenha surgido posteriormente⁴⁹. Esta afirmação pode ser contestada através da descoberta de outras coleções, nomeadamente de cartas enviadas a bancos ou à estrutura da Igreja Católica, que temos informação de terem existido, mas não conseguimos localizar. Também através da (re)descoberta das cartas enviadas por

⁴⁶ Em alguns casos, vimos remetentes que afirmavam falar por vários outros emigrantes com quem contactaram, noutros o presidente de uma associação escrevia em nome da mesma. Quanto ao processo da redação da carta, mesmo as com várias assinaturas, não podemos afirmar com toda a certeza que era um trabalho coletivo.

⁴⁷ Cuja documentação se encontra no Arquivo Histórico da Presidência da República (AHPR), também consultado

⁴⁸ Também na Secção do Gabinete do Presidente da República, no AHPR, se encontram cartas de civis, porém o acesso foi-nos negado pelo arquivo. No Espólio Vasco Gonçalves, presente no CD25A, também temos conhecimento da existência de cartas enviadas por emigrantes, mas o arquivo encontra-se fechado.

⁴⁹ No Arquivo Histórico Parlamentar encontramos muito poucas cartas vindas do estrangeiro, e apenas 3 delas antecedem o término do chamado Processo Revolucionário em Curso.

emigrantes à SEE e ao MNE, que estão perdidas no Arquivo Histórico-Diplomático (AHD), se pode corroborar ou negar o que foi descrito.

Nos fundos consultados, encontrámos ainda importantes fontes secundárias e outro tipo de produções documentais, geralmente produzida por organismos oficiais e autoridades, nomeadamente relatórios de atividades, inquéritos e estudos, e alguma imprensa periódica, em formato de recorte, e panfletária. Estes não só nos elucidam sobre discurso e ação das instituições do Estado, como permitem também um cruzamento de informação com as fontes primárias. Nalguns casos, trata-se mesmo de relatos de observadores, como por exemplo o estudo “psico-social” de Eduardo Serra, em que comenta uma série de cartas enviadas à SEE até março de 1975⁵⁰, ou relatórios e documentos internos. Através da análise do discurso das várias personalidades da época, assim como das atividades dos diversos órgãos, e das publicações da SEE⁵¹, procuraremos descrever a ação das autoridades e que resposta foi dada aos problemas, reivindicações e anseios que os emigrantes expuseram nas suas práticas epistolares e ação coletiva.

Importa ressaltar que nem todos os documentos a que tivemos acesso, nos arquivos mencionados, dizem respeito aos emigrantes em França, nem por eles foram remetidos. Nas muitas pastas consultadas, encontrámos documentação proveniente de vários destinos da emigração portuguesa, e também do interior das fronteiras, fosse através de emigrantes de torna-viagem, ou relatos de quem vive e convive com os mesmos. Porém, por ser o país que mais albergava portugueses, a maioria da documentação tem origem no Hexágono, com uma distribuição geográfica variadíssima. Não descuraremos, contudo, da informação contida nas cartas de outros países, uma vez que nos dão algumas pistas e ajudam a complementar aspetos que vamos abordar.

Julgamos, contudo, que não seria rigoroso o suficiente, até pelos problemas metodológicos que vamos expor mais adiante, basear o trabalho num único canal de comunicação e expressão dos emigrantes em França. Optámos, assim, por juntar mais outros dois *corpi* de cartas: em primeiro lugar, as cartas enviadas e publicadas na revista

⁵⁰ O estudo foi publicado no boletim da SEE, intitulado «Cartas de emigrantes - Uma interpretação» com o objetivo de informar os diversos organismos do estado e outros estudiosos da realidade dos meios da emigração em *Emigração Mês-a-Mês* nº7 (abril de 1975), p.35-42

⁵¹ Diga-se o boletim – *Emigração Mês-a-Mês* – que tinha o objetivo de “preencher uma lacuna no capítulo da informação permanente” e destinado à leitura por parte de “organismos governamentais, entidades privadas, técnicos, investigadores ou estudantes” (editorial nº1); e a revista *25 de Abril*, cujo objetivo era informar os emigrantes da situação em Portugal. Lançados em setembro e outubro de 1974, respetivamente.

Presença Portuguesa, um periódico mensal com popularidade considerável entre os emigrantes em França⁵². Esta revista, fundada por católicos progressistas e com essa dupla orientação ideológica e de conteúdos, enchia muitas das suas páginas com a rubrica “Correio”⁵³, incentivando os leitores a escrever pois “As suas cartas são o sangue das veias de *Presença Portuguesa*”⁵⁴. A escolha desta revista deu-se por reunir todos os requisitos que julgamos necessários: a existência de rúbricas de tribuna pública⁵⁵; atravessar todo o período em estudo⁵⁶; ser de consulta acessível⁵⁷; e ter um público relativamente alto⁵⁸. Outros títulos foram consultados, mas não cumpriam todos os requisitos que colocamos, mas não deixaram de providenciar alguns elementos pertinentes. *O emigrante – Jornal do emigrante português em França*, consultado na Biblioteca da Universidade de Coimbra, não continha uma secção de tribuna pública frequente e a sua publicação foi inconstante, chegando mesmo a cessar em julho de 1975, por dificuldades económicas. Quanto a *Portugal Popular – Jornal Independente dos Portugueses em França*, só conseguimos aceder a alguns números, guardados na Hemeroteca Municipal de Lisboa - a começar em maio até novembro de 1974, e certos números publicados entre março e abril de 1975. Também a revista *25 de Abril*, publicação oficial da SEE, tinha uma rubrica que incentivava à escrita de cartas para ser publicadas e respondidas pela equipa de redação, que incluímos.

O segundo *corpus*, extenso em quantidade de cartas, mas compacto no período temporal que abrange, é a coleção do Espólio Jorge Reis, guardado no Centro de Documentação 25 de Abril (CD25A). Trata-se de missivas enviadas a Jorge Reis e ao seu programa de rádio, *A emissão dos trabalhadores portugueses*, com o objetivo de serem lidas perante o auditório. A emissão, transmitida na Rádio Pública Francesa ao despontar do dia, teve início em 1966. Começou por ser um programa de informações práticas para os emigrantes em França, mas rapidamente se tornou um espaço comunitário, e de criação de laços fraternais. Ao ligar os ouvintes, através da sua participação, ao locutor, e também

⁵² Em abril de 1974, a revista afirmava ter entre 8500 e 9000 assinantes, abrangendo um universo situado entre os 30 e 40 mil leitores mensais. «*Presença Portuguesa e os seus problemas*», *Presença Portuguesa*, nº85 (abril de 1974). p.13

⁵³ Algumas vezes chamada “Os leitores tomam a palavra”

⁵⁴ *Presença Portuguesa*, nº87 (Junho de 1974), p. 4

⁵⁵ Outros jornais consultados tinham esta rubrica, porém com menos regularidade.

⁵⁶ A revista, fundada em 1965, durou até 1982, tendo aparecido outra com o mesmo nome, cinco anos mais tarde.

⁵⁷ A Biblioteca da Universidade de Aveiro tem, para o período estudado, todos os números publicados, com exceção, pelo que sabemos, de um anexo à edição de maio de 1974.

⁵⁸ Neste período, existiam diversos periódicos ligados à extrema-esquerda, mas cujo universo de leitores não era tão significativo.

aos restantes portugueses emigrados que escutavam, o programa contribuiu para a formação de uma comunidade e espaço português, em França⁵⁹. Durante a revolução, o programa desviou-se do seu propósito original, “metamorfeando-se em local privilegiado de catarse colectiva”⁶⁰, em que os emigrantes portugueses encontraram um local de “exutório, ágora, fonte de introspecção e estandarte”⁶¹. Jorge Reis, que para o auditório já era um velho amigo, leu no seu programa os problemas e queixas, mas também as esperanças e felicidades de quem lhe escreveu, sendo por isso uma coleção única e valiosa para a compreensão do ponto de vista dos emigrantes. Porém, é necessário apontar que da enorme quantidade de cartas que a emissão recebeu durante os 19 meses que o estudo aborda, o arquivo só conta com uma fração reduzida, enviada entre maio e julho de 1974, estando as restantes por localizar.

Em ambos os *corpi*, o género de cartas é semelhante às direcionadas às autoridades, e nos dois, muitas vezes, se pretendia resolver ou encontrar resposta para um problema, porém, dada a diferença de destinatário, devem ser lidas de forma distinta. Apesar das cartas “aos de cima” não serem propriamente privadas, no sentido de que o remetente não tinha a garantia que apenas os olhos do destinatário a quem escrevia no envelope ia ver⁶², não nos parece sensato assumir que quem as escreveu estivesse a pensar num auditório mais vasto, como ocorreu nas cartas para os órgãos de comunicação social.

Em suma, as cartas estão divididas em duas esferas com características distintas. A primeira, de esfera política, onde inserimos as cartas e outras produções direcionadas “aos de cima”. A segunda, de esfera pública, na ideia que se direcionava à difusão pública e divulgação de massas⁶³. Uma terceira esfera seria pertinente, a esfera privada, nomeadamente cartas de emigrantes à família ou a outras pessoas e instituições da sua confiança, porém não nos foi possível localizar tal documentação. Também as fontes que abrissem o entendimento acerca do contacto e relações entre os emigrantes portugueses e as autoridades e organizações francesas seriam pertinentes, seguindo algumas pistas deixadas por Marie-Christine Volovitch-Tavares e Victor Pereira. Nos seus estudos,

⁵⁹ Cunha, Manuel Antunes da. *Op.cit.* (2002): 122-123.

⁶⁰ *Idem*: 124

⁶¹ *Ibid.*

⁶² Além disso, muitos dos destinatários eram coletivos, não apenas uma pessoa.

⁶³ Importa referir que as duas esferas, por vezes se cruzaram. Na revista *25 de Abril*, existiu uma rúbrica que incentivava o envio de cartas à Secretaria de Estado da Emigração, sendo, nos vários números, publicadas. Na edição número 4, de fevereiro de 1975, encontramos publicada a carta de um homem residente em Saint-Quentin, cuja carta original se encontra no ACR, escrita à Junta de Salvação Nacional.

ambos incluíram algumas informações sobre a vigilância da polícia das atividades do MFA em França⁶⁴. Contudo, uma deslocação aos arquivos franceses não nos foi possível, e por isso optámos por manter a centralidade do estudo na relação entre os emigrantes portugueses e as autoridades do seu país de origem.

Como afirmámos nos objetivos, não pretendemos, com toda esta documentação, realizar um censo acerca do grau de apoio que os emigrantes em França tinham pela revolução. Tal estudo não é, através da nossa metodologia, realista, e por maior que fosse o nosso *corpus* de letras e testemunhos, nunca seria representativo o suficiente. Lembremos que, dentro do universo dos mais de 800 mil emigrantes portugueses em França, a maioria não fazia parte das “letter-writing classes”⁶⁵, ora porque cortaram completamente com a sua terra-natal, ou simplesmente porque não tinham esse hábito ou mesmo porque eram analfabetos⁶⁶. Saber escrever corretamente não era uma condição *sine qua non* para enviar uma carta, visto que encontramos, por exemplo, no F5D, um caso em que uma senhora afirmava ter pedido ao vizinho para lha escrever⁶⁷, e também outras cartas em que o emissário pede desculpa pelos erros que comete, afirmando ser iletrado, mas não deixa de ser um fator a considerar. Também a sub-representação feminina é relevante. Se tivermos em conta os números da Secretaria de Estado da Emigração, cuja fonte é o recenseamento francês de 1975, dos emigrantes portugueses em França cerca de 46.7% eram mulheres⁶⁸. Porém, os nomes femininos aparecem em muito menor número nas assinaturas das cartas. Além disso, alguns estudos apontam que os emigrantes portugueses tendiam a manter-se afastados de política⁶⁹, por isso não

⁶⁴ Volovitch-Tavares, Marie-Christine. «Les immigrés portugais en France et la “révolution” *op.cit.* e Pereira, Victor. «Quel 25 Avril Pour Les Émigrés? *Op. cit.*

⁶⁵ Expressão utilizada por Eric Richards, em relação aos imigrantes na Austrália, do Século XIX. Richards, Eric. «The Limits of the Australian Emigrant Letter». Em *Letters across Borders... op.cit.*: 56

⁶⁶ Albano Cordeiro apresenta os dados de um inquérito francês, realizado em 1976, que num universo de 456, 13.6% eram analfabetos. O autor afirma também que as estatísticas oficiais portuguesas apontam para os 16%. Porém faz a ressalva que o número de emigrantes clandestinos provavelmente aumentara essas taxas. Cordeiro, Albano. «Quelques données socio-économiques sur l’immigration portugaise en France». Em *Les variations de l’identité: étude de l’évolution de l’identité culturelle des enfants d’émigrés portugais, en France et au Portugal*, por Michel Oriol, 164–71. Rapport Final de l’A.T.P. CNRS 054. Nice: Université de Nice, Institut d’Études et de Recherches Interethniques et Interculturelles, 1984: 168-169.

⁶⁷ Carta endereçada ao Chefe do Estado Maior General das Forças Armadas, enviada por uma mulher residente em Vialonga - PT/ADN/EMGFA/5DIV/002/0008/042

⁶⁸ AHD, Arquivo da DGACCP, Código 12/08 – Comunidades Portuguesas – Elementos Estatísticos 1960-1992

⁶⁹ Cf. Sousa, A. Teixeira de. «Trabalhadores portugueses e sindicatos franceses na Região de Paris: contribuição para o estudo das suas relações». *Análise Social*, 10, n.º 39 (1973): 508–51 e Cordeiro, Albano. «Le non-exercice des droits politiques par les Portugais de France». *Hommes & Migrations* 1256, n.º 1 (2005): 39–51.

podemos cair no erro de tomar esta parte, que participa, pelo todo, ainda que, como veremos, o período do estudo aparente ter representado também tempo de participação alargada.

Outros problemas de ordem metodológica que precisamos de considerar dizem respeito ao conteúdo das cartas. Tanto Fitzpatrick, Lyons e os vários autores que escreveram em *Letters Across Borders*, chamaram à atenção para o cuidado que se deve ter com as mentiras, exageros e falsas imagens que as cartas podem transmitir. Fitzpatrick realçou a imagem exagerada de patriota da parte dos homens, ou a figura maternal exaltada pelas mulheres, com que os peticionários soviéticos se autodescreviam para obter a simpatia das autoridades⁷⁰. Lyons, seguindo a ideia de James Scott em *Weapons of the Weak*, afirma que mesmo por trás de uma linguagem amiga, escondem rebeldia e descontentamento, com o objetivo de alcançar o que se pretende⁷¹.

Por outro lado, no caso das cartas publicadas em *Presença Portuguesa* e na revista *25 de Abril*, temos de ter em conta as limitações que a impressão e divulgação ao grande público possui. Primeiramente, o facto de serem escolhas editoriais não garante que mostrem uma opinião geral de quem escreve, podendo os editores optar por publicar as que mais se enquadram no que querem transmitir. Em segundo lugar, por se tratar de uma transcrição, o seu conteúdo está sujeito à interpretação (e até manipulação) de quem a passa à máquina, dando aso a extravios de sentido, tanto na forma como no conteúdo. Por último, o facto de ir à estampa e ser divulgado massivamente altera o objetivo que o emissor tem com a carta – ele deixa de pretender agir somente em seu favor, pretende sim influenciar também outros, quanto mais não seja através da partilha de informação, e daí a linguagem poder também ser manipulada, no sentido de ser mais convincente⁷².

Por fim, uma nota acerca da cronologia tanto do estudo como da nossa base documental. Sobre as balizas temporais nas quais focamos a investigação, entendemos guiarmo-nos pelo período que ficara conhecido por Processo Revolucionário em Curso (PREC), entre os dias 25 de abril de 1974 e 25 de novembro de 1975. A definição de fases do processo revolucionário não é consensual, apesar de alguns lugares-comuns. A escolha

⁷⁰ Fitzpatrick, Sheila, *op.cit.*: 96

⁷¹ Lyons, Martyn. *Op. Cit.*: 36

⁷² William D. Jones, através de um estudo centrado nas cartas que emigrantes galeses enviaram a um jornal da sua terra natal, desenvolve algumas ideias aqui apresentadas, ainda que num contexto e plataforma diferente, por não se tratar de um jornal destinado aos olhos de outros emigrantes. Jones, William D. «“Going into Print”: Published Immigrant Letters, Webs of Personal Relations, and the Emergence of the Welsh Public Sphere ». Em *Letters across Borders... op.cit.*: 188

destes limites guia-se pela ideia de Cerezales acerca da Estrutura de Oportunidade Política favorável à proliferação de manifestações e oportunidades para alcançar mudanças concretas através da mobilização, quadro esse que se fechou após as movimentações militares do 25 de novembro⁷³. Durante os 19 meses, muitos emigrantes, tal como fizeram outros grupos e classes sociais em Portugal, também agiram dentro desse quadro para alcançar objetivos. Quanto ao volume de documentos que reunimos, este não é homogêneo no que diz respeito ao período estudado, nem nos arquivos encontramos coleções de documentação que começam no dia 25 de abril de 1974 e terminam 19 meses a seguir. Temos, por essa razão, de assinalar a existência de 3 tempos no nosso *corpus*: o primeiro, cujas fontes primárias que recolhemos correspondem às cartas enviadas a Jorge Reis, vai de 25 de abril até sensivelmente setembro de 1974, sendo que as outras referências que possuímos deste tempo provêm de fontes secundárias e outro tipo de testemunhos e observações. Num segundo tempo, que dura até ao verão de 1975, é onde a maior fatia da documentação datada, com vários picos ao longo dos meses. Por fim, o período entre julho/agosto de 1975 e o final do PREC, em que notamos um grande decréscimo na documentação recolhida. A única constante é a revista *Presença Portuguesa*, cuja publicação de cartas se prolonga para lá de novembro de 1975, e atravessa ininterruptamente os três tempos.

Não conseguimos, de forma segura, apurar as razões concretas para este fenómeno. Há a possibilidade de, ao encontrar coleções perdidas nos arquivos, ou consultar outro tipo de fontes, tal cronologia deixe de fazer sentido. No entanto, podemos indicar alguns apontamentos que ajudam a levantar hipóteses: Antes de mais, foi em setembro/outubro de 1974 que se lançaram publicações que incentivavam ao contacto direto com o MFA e a SEE⁷⁴. Depois, o verão de 1974 foi o tempo do primeiro contacto que muitos emigrantes tiveram com Portugal, durante as suas férias, alguns ficando bem impressionados, outros, seguramente, não tanto. Contudo, parece-nos ter aberto uma porta à sua maior participação, mesmo à distância. Além do mais, este início de correspondência coincide também com o início da escalada de radicalização do processo

⁷³ Cerezales, Diego Palacios. *Op.cit.*: 151-153

⁷⁴ A primeira edição do boletim *Movimento*, que inicialmente se destinava principalmente à esfera militar mas que reuniu muito interesse na sociedade Civil, faz um apelo à denúncia de boatos “Boletim Informativo do Movimento das Forças Armadas”, nº 1, Segunda, 9 de Setembro de 1974, Fundação Mário Soares / DFA - Documentos MFA, Disponível HTTP: http://hdl.handle.net/11002/fms_dc_112258 (2023-6-7). A revista *25 de Abril*, no seu número piloto também incentivou os emigrantes a escrever. «Das Cartas que nos escrever...», *25 de Abril*, nº1 (outubro de 1974), p.48.

revolucionário, a partir do 28 de setembro, quando, após um golpe falhado, o Presidente Spínola se demitiu, dando lugar ao General Costa Gomes. É neste segundo período que muitos dos principais acontecimentos da revolução têm lugar, havendo, por isso, uma maior cobertura por parte dos média internacionais⁷⁵. Ao estar “nas bocas do mundo”, também os emigrantes tinham mais acesso à informação, levando-nos a crer que também influenciaria no grau de participação e interesse pelos assuntos pátrios. Quanto à terceira fase, uma das razões, claro está, prende-se com a desativação das funções da 5ª divisão, em agosto de 1975. No mês anterior, a SEE tinha transitado para o Ministério dos Negócios Estrangeiros, sendo provável que algumas das cartas catalogadas, mas perdidas, contenham datas desta altura. Também o crescente descontentamento de alguns setores da população, face à “via revolucionária” - defendida pelos setores mais à esquerda do MFA e da esfera civil – contra a “via eleitoral” - em que os vencedores da eleição se viam como legítimos representantes da vontade popular - nos leva a crer que tenha influenciado o maior fluxo (ainda que em comparação com os outros fundos) de cartas à Assembleia Constituinte.

Com todos estes problemas, a variedade de tipologias que as fontes recolhidas contêm foi essencial para o cruzamento. Uma determinada informação, comportamento ou vontade apresentada numa carta isolada, escrita por alguém em determinado sítio, corresponde uma prova fraca quanto à representatividade do grupo maior. Porém, quando a mesma aparece por diversas vezes, vinda de localidades distintas, e por vezes momentos diferentes, com vários destinos e esferas do destinatário, e a ela se juntam outro tipo de documentos como a presença num caderno reivindicativo ou num relatório oficial de ação de contacto, nesse caso será mais seguro afirmar que foi algo mais abrangente que a simples vontade individual. Em alguns casos, quando as fontes recolhidas não foram suficientes para responder a todas as questões, ainda recorremos a alguma documentação que, não estando contida nos arquivos e fundos supramencionados, nos foi facultada pelos arquivistas quando solicitámos, como se deu o caso, por exemplo, na questão das remessas, dos saneamentos e também militar, nomeadamente do Arquivod Banco de Portugal, do Fundo do Fundo do Gabinete do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas no ADN e do Fundo da Comissão de Saneamento e Reclassificação do MNE, no ANTT.

⁷⁵ Referimo-nos ao 11 de março, que entre outras coisas, abriu portas às nacionalizações; aos casos República e Renascença; as eleições para Assembleia Constituinte; o duelo de manifestações; etc. acontecimentos esses que tiveram grande eco no estrangeiro, cf. Vieira, Joaquim, e Reto Monico. *Nas bocas do mundo: o 25 de Abril e o PREC na imprensa internacional*. Lisboa: Tinta-da-china, 2014.

Dividiremos o trabalho em três partes, correspondendo a cada capítulo da dissertação, distintas nuns fatores, unidas noutros. Cada uma representa as três dimensões chave em que as reivindicações, problemas, aspirações e preocupações, cujas tendências e cruzamentos que encontrámos nas fontes, se inserem. Em cada uma delas vamos especificar as questões mais concretas, assim como a resposta das autoridades perante as mesmas, numa lógica tanto de diálogo como, por vezes, de confronto. Algumas das questões ultrapassaram os limites da cronologia, especialmente no tocante à resposta das novas autoridades, pelo que terão a devida menção. Também o conhecimento das diversas vertentes da história da emigração e dos emigrantes, assim como do país que os acolheu foi essencial, dado que os emigrantes antes do dia 25 de abril de 1974 já carregavam uma “mala de cartão” com vários tipos de vivências, experiências, perceções e comportamentos, sendo que os devidos contextos serão apresentados no início de cada subcapítulo, de forma a mostrar as raízes do problema que queria mudança, da política que se queria cumprida ou da contribuição que se pretendia dar.

A primeira parte intitula-se *Participar*, e diz respeito simultaneamente a uma vontade demonstrada ao longo do período, por parte de muitos emigrantes em França, de ter uma palavra a dizer nos destinos de Portugal, como também à ação e contributos que entendiam poder dar diretamente ao país, mesmo à distância. Começaremos este capítulo a escrever sobre a transmissão noticiosa, que por vezes era difícil com duas fronteiras a filtrar. Pretendia-se saber o que se estava a passar em Portugal, e neste sentido a palavra “esclarecimento” entrou na ordem do dia, levando a ações tanto da parte dos emigrantes como das novas autoridades. De seguida, abordaremos a tão conhecida, mas pouco dissecada, questão das remessas. Como teremos oportunidade de ver, os emigrantes em França foram uma exceção à tendência de descida nos envios que se verificou durante o período da revolução, porém a sua evolução merece uma análise mais profunda do que a simples leitura de um número na tabela. A verdade é que a quantidade de envios flutuou e as suas causas foram mais complexas do que alguma bibliografia até agora tem parecido certa a afirmar. Por outro lado, verificou-se também uma mudança nos destinos que muitos emigrantes queriam ver o seu dinheiro ter. Por fim, focaremos numa questão que, apesar de não ter percorrido todo o processo revolucionário, constituiu um tema que foi calorosamente discutido e abordado: as eleições. Na eleição para a Assembleia Constituinte de abril de 1975, alguns emigrantes puderam também votar, após meses de

discussão sobre quais poderiam exercer esse ato, bem como os moldes para o fazer a partir do estrangeiro.

Na segunda parte, focar-nos-emos na dimensão de melhoria das condições de vida dos emigrantes e do seu quotidiano. O título é *Democratizar* e tem um sentido dúplice: primeiro, o de cortar com os representantes do regime deposto das estruturas com as quais os emigrantes contactavam diretamente, através dos saneamentos do corpo diplomático e pessoal consular, substituindo-os por pessoas que, conhecendo a emigração, agissem em seu benefício. Segundo, o de alargar o acesso a direitos sociais, como uma melhoria nos acordos de segurança social entre os dois países, garantir o acesso à habitação digna em França, a proteção da casa em Portugal ou a garantia de condições para a construir, e também ampliar a rede de ensino do Português para os filhos dos emigrantes.

Por último, na terceira parte, iremos tratar da questão dos homens que não tinham cumprido as obrigações militares, por motivos sobretudo ligados à guerra colonial, e que se encontram, por isso, limitados na possibilidade de poder regressar a Portugal. Nos primeiros dias a seguir ao 25 de abril, todos os desertores, compelidos, refratários e faltosos foram perdoados, mas não deixaram de ter de cumprir o serviço em falta. Alguns dirigiram-se imediatamente aos postos devidos, outros entenderam que isso não seria uma possibilidade razoável, e protestaram. Este problema, apesar de não abranger a maioria dos homens emigrados em França, foi o que mais apareceu nas fontes, muito por causa da natureza dos arquivos, mas também, como veremos, porque a distinção entre migrante económico e político era mais ténue do que se tem vindo a colocar. Iremos abordar então tanto a evolução legislativa como as reações às mesmas, bem como os argumentos que estes homens usavam a seu favor, e os que as Forças Armadas apresentavam como justificação.

As três partes não são desconectadas umas das outras, antes pelo contrário. Ao longo do texto haverá ligações e recuos textuais, assim como a referência a temas explorados num ponto seguinte, bem como conexões entre informação, por terem seguido lógicas semelhantes ou haver motivações idênticas. Na conclusão, pretendemos fazer um apanhado dos conteúdos e suas ligações, e também levantar alguns caminhos para estudos futuros.

2. Participar

2.1 Informação, contrainformação e esclarecimento

Muitos portugueses em França viviam à margem da sociedade de acolhimento, em pequenas bolhas por todo o hexágono, com um quotidiano em que o consumo de notícias era pouco frequente, ou, por vezes, com um atraso na chegada. No entanto, especialmente os que mantinham uma ligação ao seu país natal, dispunham de alguns canais de transmissão noticiosa, em 1974. Logo no dia 25 de abril, a notícia que estava a acontecer um golpe de estado chegou a França.

Numa altura em que um televisor não estava disponível para a maior parte dos emigrantes, a rádio, pela sua acessibilidade, era o mais comum canal de informação para os portugueses em França. As ondas da Emissora Nacional eram capazes de cruzar as fronteiras⁷⁶, mas o mais comum era ouvir a rádio francesa, destacando-se o programa matutino de Jorge Reis, que, como afirmámos na introdução, se tornou mais um palco da revolução.

Quanto à imprensa, menos difundida quer pelo desinteresse quer pela taxa de analfabetismo, circulavam em França jornais nacionais e também específicos da emigração. Em alguns quiosques, vendia-se o *Diário de Notícias*, o *Século*, o *Expresso* ou *A bola*, e a procura, depois do 25 de abril, aumentou⁷⁷. Também os jornais partidários, como o *Avante*, *Povo Livre* ou o *Portugal Socialista* foram difundidos para lá dos Pirenéus. Porém, muitos portugueses em França possuíam pouco o hábito de comprar os jornais nacionais, sendo mais comum assinarem um jornal regional ou o boletim da paróquia de onde eram originários, para estarem ao corrente das novidades, acontecimentos e obituário. Quanto à imprensa da emigração, que florescera ao longo da década anterior, contava com mais de 60 títulos a circular em 1973⁷⁸. Após o golpe de estado, muitos desapareceram, ora por serem ligados ao regime anterior, ora porque os seus dinamizadores, neste caso exilados políticos, regressaram a Portugal. A difusão podia abranger os seis cantos de França, ou ter um âmbito mais regional. A periodicidade

⁷⁶ Contudo, só podia ser ouvida em rádios com melhor qualidade, dada a fraca potência da onda.

⁷⁷Relato de um vendedor do *Kioske L'étoile*, no coração de Paris, em Cravo, António. *Les portugais en France et leur mouvement associatif (1901-1986)*. Migrations et changements 35. Paris: CIEMI L'Harmattan, 1995: 96

⁷⁸ Pereira, Victor. «A imprensa e o jornalismo português em França: da implantação da Primeira República à Revolução dos Cravos de 1974». Em *Para uma história do jornalismo português no mundo*, coordenado por Alberto Pena-Rodríguez e António Hohfeldt, 89–156. Lisboa: ICNOVA, 2021: 91

variava, mas não era diária, e, com a crise económica, e respetivo aumento de preços do papel, os jornais passaram por dificuldades⁷⁹. Os temas eram, claro está, mais ligados ao emigrante e ao seu dia-a-dia, mas os acontecimentos em Portugal não passavam despercebidos. Fossem de tipo militante, ou informativo, os jornais e revistas de emigrantes a circular em França acompanharam o processo, comentando, publicando opiniões de leitores e esclarecendo também dúvidas, segundo a sua agenda. Também as associações, já formadas ou recém-criadas, lançavam boletins e editavam panfletos, com o objetivo de apresentar a sua visão dos acontecimentos e fazer chegar mensagens aos emigrantes portugueses.

Ainda que consumidos em número mais reduzido, pelas barreiras linguísticas, Portugal também encheu manchetes e ocupou programas nos organismos de comunicação social francesa. Os 19 meses do PREC foram acompanhados ao pormenor pela imprensa internacional, que analisaram, comentaram, especularam, debateram, exaltaram e denegriram acontecimentos e personalidades. Os destaques iam para os acontecimentos mais polémicos ou que representassem grandes mudanças, como o caso *República*, as eleições ou as tentativas de Spínola tomar o poder, nas intencões de 28 de setembro e 11 de março. Outras personalidades, como Mário Soares e Álvaro Cunhal, foram vistos como “principais” e tiveram um destaque elevado⁸⁰. A crítica ao antigo regime era unânime, mas os caminhos a seguir eram profundamente debatidos. Foi um tempo de amplificações, em que, segundo Dominique Pouchin, correspondente do jornal *Le Monde*, muitos dos jornalistas não tinham o devido conhecimento da realidade portuguesa, e acabaram por exagerar, tanto para a esquerda como para a direita⁸¹.

Fora do universo dos média, havia ainda alguns canais e espaços de troca de notícias e informação, nomeadamente através da sociabilidade do dia-a-dia, fosse em tarefas quotidianas ou nos momentos de lazer, assim como os contactos com os familiares e outros conhecidos da terra-natal, à distância ou em visitas. Além dessas convivências entre “pares”, também os balcões dos bancos, dos serviços consulares ou os adros e

⁷⁹ *O emigrante*, dirigido por Alexandrino de Sousa, teve problemas em manter a regularidade bimensal, tendo interrompido a publicação em julho de 1975. A *Presença Portuguesa*, para fazer face à crise, aumentou o preço da revista de 1F para 1.5F, e lançou uma campanha de recolha de assinantes.

⁸⁰ Vieira, Joaquim, e Reto Monico. *Op.cit.*: 337-340

⁸¹ Pouchin, Dominique. «O último teatro leninista». Em *O 25 de Abril nos media internacionais*, por Mário Mesquita e José Rebelo, 179–85. Porto: Afrontamento, 1994.

confessionários das igrejas foram locais de comunicação, em que muitos emigrantes recebiam notícias de indivíduos da sua confiança.⁸²

O levantamento de dúvidas relacionadas com a nova realidade foi praticamente imediato, da parte dos emigrantes. No programa de Jorge Reis, entre os “vivas” e as esperanças, apareceram também incertezas e preocupações quanto ao “Portugal Novo” nas missivas enviadas ao locutor. Também em *Presença Portuguesa*, alguns emigrantes procuraram um meio para se manterem a par, conscientes que ainda não entendiam bem os tempos que se avizinhavam⁸³. Pouco informados sobre alguns assuntos, os ouvintes da emissão e os leitores da *Presença Portuguesa* recorreram a quem já tinha um historial em resolução de problemas, na esperança de poder ter uma resposta, por ainda não estarem estabelecidos canais de comunicação e confiança entre a população e as novas autoridades.

Colunas e até páginas destinadas a respostas e informação útil eram constantes na imprensa da emigração, com o objetivo de ajudar os emigrantes a acomodarem-se e conseguirem acesso a mais benefícios no país anfitrião. Depois do 25 de abril, estas rubricas ganham uma nova dinâmica, e o esclarecimento acerca das notícias vindas de Portugal entrou na ordem do dia de todos os jornais a que tivemos acesso. O *Portugal Popular* tinha uma coluna intitulada *Pergunte o que quiser...António Pardal vos responde*, em que o diretor respondia a perguntas enviadas pelos leitores; a *Presença Portuguesa*, como já referimos, ocupou a maioria das suas páginas com cartas, num molde semelhante ao de Jorge Reis, em formato impresso; *O emigrante-Voz de Portugal* chegou mesmo a editar um pequeno livrete com o nome *Cartilha Política do Povo*, que, em jeito de dicionário, explicava os termos da ordem do dia como *Socialismo*, *Extrema-Esquerda*, *Democracia*, *Reacção*, entre muitos outros.

Alguns emigrantes, mais conscientes da realidade que os rodeava, mobilizaram-se imediatamente, preocupados em produzir conteúdos destinados ao esclarecimento dos

⁸² Sobre a ligação entre o padre da paróquia e as comunidades de portugueses em França cf. Sousa, A. Teixeira de. *Os trabalhadores portugueses na região de Paris*. Cadernos GIS 1. s.l.: Gabinete de Investigações Sociais, s.d. ; Rocha-Trindade, Maria Beatriz. *Immigrés portugais: observation psychosociologique d'un groupe de portugais dans la banlieue parisienne : Orsay*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, 1973 e Brettell, Caroline B. «Emigration and Its Implications *op.cit.* Acerca da confiança nos bancos cf. Cerezales, Diego Palacios. *Op.cit.*: 151-153

⁸³ Em *Presença Portuguesa*, nº87 (junho de 1974), p.5 um leitor escrevia que não conseguia entender as notícias, pedindo à revista para esclarecer, e no nº88 (julho de 1974), publicou-se a carta de um grupo que afirma não entender bem o que se tem passado em Portugal, tendo dificuldade em formar opinião, mas que contam com a revista para terem “informação objectiva” (p.9)

seus compatriotas. Num documento de apresentação da Associação Portuguesa de Cultura e Promoção (APCP)⁸⁴, que chegou ao gabinete da Presidência, definiu-se como objetivo imediato “Fornecer o máximo possível de informação aos grupos de base, dando preferência às informações que digam respeito à evolução dos acontecimentos em Portugal e às medidas que forem tomadas (...) ligadas aos problemas da emigração”⁸⁵.

A necessidade de o governo agir no sentido de esclarecer os emigrantes também foi prontamente assumida, motivada por três fatores, ligados entre si. Desde logo, a ligeira quebra, ocorrida no mês de maio, no volume dos envios de dinheiro a partir do estrangeiro, por via das transferências privadas unilaterais, cujas possíveis razões serão desenvolvidas no ponto seguinte. Em segundo lugar, o surgimento de alguns rumores que afirmavam haver uma situação económica “desordeira” em Portugal, não sendo seguro enviar para lá dinheiro, que o governo viu como causa da diminuição de maio, por ter criado desconfiança. Esse fator relaciona-se com o terceiro e último: a bagagem ideológica, presente em todos os regimes contemporâneos portugueses, desde os governos liberais do século XIX, que apresentava o emigrante como um sujeito com tendência a ser enganado, cabendo ao Estado a tarefa de o informar e proteger⁸⁶.

Posto isso, ainda em junho de 1974, a SEE divulgou um comunicado a assegurar que “a situação económica em Portugal se encontra perfeitamente regularizada”⁸⁷. Dois dias depois, partiu para França uma missão destinada a obter informação sobre as evoluções no envio de dinheiros para Portugal. Composta por um técnico da SEE e um representante da Caixa Geral de Depósitos (CGD), que foram acompanhados pelo recém-nomeado Cônsul-Geral de Paris, Gaspar da Silva, a missão entrou em contacto institucional com as representações diplomáticas em Paris, e também com a representação da CGD e o próprio Jorge Reis, como responsável da sua emissão. Além disso, o relatório descreve um trabalho “no campo”, em ações de contacto e esclarecimento, semelhante, em certos aspetos, ao que viriam a ser as campanhas de dinamização cultural do MFA,

⁸⁴ Esta associação foi fundada logo após o 25 de abril, nos arredores de Paris, e teve uma expansão notável, com várias secções por vários pontos do país. Entre os seus membros, destaca-se o presidente Aníbal de Almeida, que já referimos. Durante os quase dois anos do PREC, a APCP foi muito ativa e a que conta com mais documentação nos arquivos que consultamos, mostrando que estavam próximas do contacto com as novas autoridades.

⁸⁵ *Objectivos Essenciais da Associação Portuguesa de Cultura e Promoção*, datado de maio de 1974. AHPR, GB 1802 (maço II)

⁸⁶ Santos, Ivete Sobral dos. «A Junta Nacional de Emigração e a Política de Emigração no Estado Novo». Tese de Doutoramento em História Contemporânea, FCSH-UNL, 2014: 307

⁸⁷ Comunicado datado de 21/06/1974, publicado em *O emigrante*, nº139 (20 de julho de 1974), p.5

reportando o contacto da missão com uma série de núcleos e associações de portugueses, de várias naturezas, assim como a presença em vários locais habituais de presença portuguesa, no campo do trabalho ou do lazer. Para fazer frente aos boatos, a missão ocupou-se, também, em fazer uma “acção de esclarecimento e até de orientação”, com diversos objetivos: “esclarecer os trabalhadores portugueses” acerca da “real situação do País”; “incutir a indispensável confiança” abalada pelos boatos; incentivar a irem passar férias a Portugal e continuar a transferir dinheiro; divulgar a existência de vários serviços, nomeadamente da CGD e da SEE; e informar que o regresso terá de ser adiado. Também os emigrantes apontaram aos membros da missão os vários problemas que pretendiam ver resolvidos, que ao longo da dissertação abordaremos⁸⁸.

Durante o verão de 1974, muitos emigrantes tiveram a oportunidade de ver com os próprios olhos o “Portugal Novo”⁸⁹, e aproveitar as férias para confirmar ou desmentir informações que tinham ouvido. Nos postos de fronteira, foram recebidos, tal como em anos anteriores, por uma missão de acolhimento. Porém, em 1974, os guardas-fiscais e funcionários da missão tinham uma nova mensagem: “Acabas de regressar A UM NOVO PAÍS”, “A Secretaria de Estado da Emigração ESTÁ AO TEU DISPOR” (*sic*), entre outras palavras de solidariedade, amizade e vontade de conhecer os problemas⁹⁰. Em agosto, como já tinham feito desde início os seus compatriotas a trabalhar em Portugal, os emigrantes encheram as ruas de Lisboa, num “comício-manifestação-festa”⁹¹. Este acontecimento realizou-se a 11 de agosto, e ficaria conhecido como o 1º de maio dos emigrantes. Teve na sua génese a organização do Movimento Democrático Português (MDP), ao qual se juntaram outros partidos e movimentos de trabalhadores⁹², e contou com a ajuda do programa de Jorge Reis (assim como a sua presença) para divulgação e mobilização. O entusiasmo pela realização do evento está patente nas cartas enviadas ao locutor, e durante o desfile eram muitas as pessoas que se viam a caminhar sobre a Avenida Almirante Reis, até ao Estádio 1º de Maio. Faixas, palavras de ordem e bandeiras

⁸⁸ Relatório *Remessas de Emigrantes - Missão a Paris e a Dusseldorf - Junho/Julho 1974*, fotocópia em em AHPR , GB 1802 (maço I)

⁸⁹ Em *República* ,8/8/1974, escreveu-se que já 300 mil emigrantes tinham passado a fronteira, sendo que dois terços desse número o tinham feito no primeiro fim de semana de agosto.

⁹⁰ Documento *Um povo unido dentro e fora do país* (julho de 1974), que foi distribuído nas missões de fronteira. Disponível em :<https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=1335074&detailsType=Description>

⁹¹ «O 1º de Maio dos Emigrantes» *25 de Abril*, nº1 (outubro de 1974), p.43

⁹² Em *ibidem* lista-se: o Partido Popular Democrático, o Partido Socialista, o Partido Comunista Português, a Intersindical, o Movimento Democrático dos Artistas Plásticos e o Movimento da Juventude Trabalhadora.

estavam também presentes, e as dúvidas quanto à revolução, para muitos emigrantes, foram substituídas por apoio ao Movimento das Forças Armadas e ao novo governo. Depois do desfile, houve momentos culturais com música de intervenção, danças e cantos tradicionais, poesia e discursos políticos do então Secretário de Estado da Emigração, Pedro Coelho, e também do Primeiro-Ministro, Vasco Gonçalves. Nas duas alocações frisou-se a importância da informação e do combate aos boatos – o primeiro reiterou a necessidade de criar canais de comunicação que informem de forma “objectiva” acerca da realidade em Portugal. Já o segundo procurou desmentir a ideia da “desordem” vivida em Portugal. Em ambos os discursos, os governantes colocaram como tarefa central dos emigrantes a de serem embaixadores de Portugal no estrangeiro, cuja grande contribuição seria garantir a união entre trabalhadores portugueses, emigrados ou não, e “contar ao mundo com orgulho”⁹³ o que viram em Portugal. Esta retórica não era nova, sendo que a Junta Nacional da Emigração já lembrava aos emigrantes, na sua propaganda, que estes seriam representantes de Portugal “lá fora”. No entanto, para a SEE, este assume um novo objetivo: o de contrariar o boato e o rumor, de forma a contribuir para o esclarecimento de todos os emigrantes sobre a situação do país.

A promessa de Pedro Coelho começou a ganhar forma em setembro de 1974, primeiro, com o lançamento do boletim *Emigração Mês-a-Mês*, destinado aos “organismos governamentais, entidades privadas, técnicos, investigadores ou estudantes”, mostrando uma vontade interministerial e interinstitucional de lidar com o tema da emigração, abrindo-o ao estudo e retirando totalmente os tabus que caracterizaram grande parte do regime anterior. No mês seguinte, com a revista *25 de Abril*, foi criado o tal órgão de comunicação para os emigrantes. No editorial do primeiro número anunciou-se como principal objetivo da SEE fornecer “a correcta informação da realidade portuguesa ao Emigrante afastado do cenário central da evolução socio-política”⁹⁴, e reiterou-se, mais adiante, a tarefa dos emigrantes em combater campanhas contra a revolução, não acreditar nos boatos e estimular a confiança entre os compatriotas⁹⁵. Ao longo das várias edições, que duraram até 1980, a revista abordou uma panóplia de assuntos ao estilo de reportagem, ligados à emigração ou mesmo ao interesse geral. Teve também uma componente noticiosa dos principais eventos do mês, e

⁹³ Vasco Gonçalves - *Discurso na Festa dos Emigrantes*, 11 de agosto de 1976 - transcrito em *Vasco Gonçalves: Discursos, conferências de imprensa, entrevistas*. Porto: Edição Popular, 1976: 26-27

⁹⁴ «Editorial» *25 de Abril*, nº1 (outubro de 1974), p.5

⁹⁵ *Idem* p.23

explicativa dos acontecimentos mais marcantes, nomeadamente as tentativas de golpe de estado a 28 de setembro e 11 de março, oferecendo mais uma perspectiva que pretendia confrontar as versões da imprensa estrangeira.

A partir de setembro, uma nova onda de preocupação agitou certos círculos de emigrantes, nomeadamente alguns leitores do jornal *Portugal Popular*, que se sentiram injustiçados pela lei eleitoral que os excluía⁹⁶, dando aso a desconfiança, como falaremos mais à frente. Ainda nesse mês, deu-se o golpe de 28 de setembro, em que os spinolistas tentaram reforçar a sua posição nas esferas do poder através da rua, com um resultado desfavorável. O desfecho foi o afastamento do presidente Spínola e a nomeação de Costa Gomes para o cargo, e também um novo rumo da revolução, o que rapidamente teve consequências entre os emigrantes, originando uma nova ofensiva da “campanha internacional” contra o processo, que consistia também numa cobertura noticiosa “tendenciosa” por parte dos órgãos de comunicação social estrangeiros. Apenas duas semanas após a intentona, o Cônsul-Geral de Paris enviou um telegrama ao MNE, a avisar que chegavam ao consulado os “reflexos [da] perturbação [que a] campanha boatos está criando [em] nossos compatriotas”⁹⁷, e que iniciara uma contracampanha de informação, colaborando com a emissão de Jorge Reis.

A SEE, motivada mais uma vez pela vontade de evitar uma diminuição das transferências, voltou a enviar uma missão de estudo para França. Com um prazo mais apertado e menos recursos humanos, a técnica destacada procurou obter informações acerca de uma “campanha da reacção”. O uso da palavra “reacção” ao longo do relatório, ao contrário de “inimigos da revolução”, utilizada por Pedro Coelho no discurso de agosto, demonstra que a radicalização do processo após o 28 de setembro estava em curso. Nas soluções apresentadas, entre outras, reiterou a necessidade de “Elaborar um plano de actuação por parte das Forças Armadas junto dos núcleos de portugueses, para esclarecimento”⁹⁸, que não tardaram a tornar-se uma realidade. Pouco tempo depois, tiveram início as primeiras sessões de Esclarecimento e Dinamização Cultural do MFA, em França.

⁹⁶ Ao longo do mês de setembro, no periódico bissemanal foram vários os textos e frases de protesto contra o projeto que ia ser apresentado.

⁹⁷ Telegrama enviado a 11 de outubro de 1974 - AHPR , GB 1802 (maço I)

⁹⁸ Relatório *Remessas de emigrantes - Missão a Paris, 7/13 de novembro 1974* p. 5, consultado em AHD, Fundo da DGACCP, 08.01/02

De novembro até junho, militares do MFA percorreram os vários cantos do hexágono⁹⁹, em colaboração com a SEE, os organismos diplomáticos e, sobretudo, as associações e núcleos de emigrantes. As sessões consistiam na realização de um ou vários momentos culturais -fosse cinema, teatro, música ou apresentação de rancho folclórico – e um momento de debate e esclarecimento de dúvidas sobre a ordem do dia e a situação do país. Podiam também ser acompanhadas de convívio, festa e atividades para as crianças. As sessões em França tiveram uma adesão considerável, e estiveram sob o olhar atento da polícia francesa, que viam a presença das Forças Armadas com suspeita, chegando a proibir algumas entradas de militares¹⁰⁰. Durante os períodos de férias, também se realizaram reuniões de dinamização cultural destinadas aos emigrantes de visita a Portugal, tanto no Natal de 1974, como no verão de 1975. Porém, ainda que com algumas iniciativas mais participadas, os relatórios apontam para a fraca presença de emigrantes, sendo mais frequentadas por locais e familiares¹⁰¹.

Em muitas cartas, podemos observar um feedback positivo dos contactos entre os militares e os emigrantes, assim como uma vontade que continuem. A Associação dos Portugueses de Sartrouville e Comunas Limítrofes, pertencente à Grande Paris, em janeiro de 1975, escreveu diretamente a Vítor Alves, que tinha liderado reuniões em Paris nos meses anteriores, a solicitar a presença do próprio “dado ao sucesso de claros esclarecimentos de V. Excia e da sua equipa”¹⁰². Da Associação de Originários de Portugal (AOP)¹⁰³, Secção de Roubaix, o MFA recebeu uma carta a solicitar a presença de representantes no norte de França, onde ainda não tinham estado¹⁰⁴. Na ponta oposta do República Francesa, o mesmo apelo foi enviado, pela mão de um homem “em nome de um grupo de Democratas da região de Cannes”, pedindo uma sessão de esclarecimento na dita região e também em Nice¹⁰⁵.

⁹⁹ Em Almeida, Aníbal de. *op. cit.* o autor escreve que se realizaram sessões em Pantin, Bobigny, Champigny, Corbeil, Melun, Orleans, Strasbourg, Lyon, Grenoble, Mâcon e Toulouse. Temos também a informação da presença de membros do MFA em Bordeaux, Clermont-Ferrand e Dijon, durante a iniciativa Jornadas Portuguesas - Zona Sul (entre 3 e 11 de maio de 1975), e Lille, Amiens e Paris, aquando na Zona Norte (de 14 a 22 de junho de 1975).

¹⁰⁰ Pereira, Victor. «Quel 25 Avril Pour Les Émigrés?... *op.cit.*: 49

¹⁰¹ Relatório *Espectáculos realizados com a colaboração da casa da comédia e da campanha de Dinamização Cultural do M.F.A.*, em AHD, Fundo da DGACCP, 8.9/2

¹⁰² Carta datada de 30 de janeiro de 1975 – em ADN, PT/ADN/EMGFA/5DIV/013/0034/0020

¹⁰³ A AOP foi uma federação de associações, fundada no início dos anos 60, e com forte ligação ao Partido Comunista Francês e Português.

¹⁰⁴ Carta datada de 15 de fevereiro de 1975 – em *idem*

¹⁰⁵ Carta enviada de Vallauris, datada de 5 de março de 1975 – em ADN, PT/ADN/EMGFA/5DIV/012/003/002

No final do “ano 1” da revolução, aprovou-se uma nova orgânica para a SEE, na qual se inseriram a Direcção-Geral da Emigração e o Instituto de Emigração. A primeira tinha funções mais administrativas, burocráticas e de apoio direto ao processo migratório, enquanto o segundo, que sucedeu ao antigo Secretariado Nacional da Emigração, extinguindo-o, teve como um dos principais objetivos atribuídos o de “integração do emigrante na realidade nacional, através de uma ampla informação, que lhe permita, nomeadamente, escolher o destino dos seus investimentos no País.”¹⁰⁶.

Em fevereiro, a SEE voltou a afirmar a necessidade de garantir informação permanente e atualizada aos emigrantes, lançando, no dia dois, um programa de rádio na Emissora Nacional – intitulado *Palavras de Portugal* - que representaria “mais um elo de ligação entre Portugal e os emigrantes espalhados pelo mundo”¹⁰⁷. No boletim oficial, o estudo supracitado de Eduardo Serra reportou um feedback muito positivo da parte dos emigrantes pela iniciativa radiofónica e também pela revista *25 de Abril*¹⁰⁸, e algumas cartas posteriores a que tivemos acesso também mostram tanto o apreço pela emissão como a procura pela publicação¹⁰⁹.

Com o golpe de 11 de março e as nacionalizações consequentes, Portugal entrou numa nova fase, mais à esquerda, da revolução. A França voltou a ser palco de luta política, e uma nova onda de rumores percorreu as conversas entre os emigrantes, por causa da nacionalização da Banca. A segurança das transferências e poupanças continuou a ser a preocupação chave e, da parte das autoridades, a mensagem foi de segurança afirmando que “Em nada é, portanto, afectada a natureza privada dos depósitos já feitos ou que os utentes da banca venham a fazer. Podendo assim os emigrantes continuar absolutamente tranquilos quanto à rentabilidade das contas em aberto ou que pretendem abrir”¹¹⁰. Em abril, lançou-se uma nova publicação: *Portugal és tu – participa na sua construção!*, um trabalho conjunto dos consulados, SEE e Banca Portuguesa, que no primeiro número reafirma a confiança nesta última.

¹⁰⁶ Decreto-lei 763/74, de 30 de dezembro

¹⁰⁷ «Uma voz de Portugal para os emigrantes», *25 de Abril*, nº4 (fevereiro de 1975), p. 40

¹⁰⁸ «Cartas de emigrantes - Uma interpretação» Emigração *Mês-a-Mês*, nº7 (abril de 1975), p. 40

¹⁰⁹ Numa carta enviada à Emissora Nacional, vinda de Niort, saúda-se o programa de rádio, em maio de 1975, em ADN PT/ADN/EMGFA/5DIV/002/0002/002 e uma carta enviada de Villeneuve, recebida pelo EMGFA a 7 de janeiro de 1975, e depois reencaminhada para a 5ª divisão pede que lhe enviem a revista *25 de Abril* em ADN - PT/ADN/EMGFA/5DIV/013/0034/0020

¹¹⁰ «A nacionalização da Banca é favorável aos Emigrantes», *25 de abril*, nº5 (março-abril de 1975), p. 8

Os pedidos de presença de militares junto dos emigrantes continuaram a chegar, e o MFA e SEE continuaram a marcar presença, quando possível, viajando até ao norte e ao sul de França, em maio e junho de 1975. Porém, o auge da “aliança Povo-MFA” para os emigrantes deu-se com a viagem presidencial de Costa Gomes a Paris, que se realizou entre 4 e 7 de junho de 1975. Concluídos os encontros de ordem diplomática, o presidente-general foi recebido na embaixada por uma mobilização de milhares de emigrantes¹¹¹. Na sua alocação, perante os cerca de mil portugueses que puderam entrar na embaixada, entre os quais personalidades como Jorge Reis, Augustina Bessa Luís e Manuel Cargaleiro, Costa Gomes identificou-se como “militar e transmontano”, e falou sobre a situação política e económica, abordando as nacionalizações e a Reforma Agrária, que tantas dúvidas podiam suscitar. A visita foi também oportunidade para os emigrantes se darem a conhecer, com associações a entregar mensagens de apresentação e saudações, e um momento de reivindicação, com a entrega ao presidente de exigências e propostas, como o *Memorando com os Problemas urgentes da Emigração Portuguesa*. Redigido pela Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados em França¹¹². Este documento é o mais extenso e detalhado caderno reivindicativo a que tivemos acesso. Fruto de pelo menos 6 meses de discussão coletiva entre membros de diversas associações de vários pontos de França, o documento inclui vários dos temas que iremos abordar ao longo da dissertação. Na nota final, acerca da resolução dos problemas, a mensagem é clara:

“Que não seja precisa uma outra viagem oficial a França (se bem que nós desejemos que elas se repitam) para que ministros e secretários do Estado portugueses insistam pela aplicação imediata daquelas promessas. Ora essa aplicação necessita de ser negociada entre os dois países. E, repetimos, o lado português nessas negociações TEM DE CONTACTAR A EMIGRAÇÃO (sic)”¹¹³

O verão de 1975, que ficaria conhecido por “Verão Quente” pela escalada na confrontação política e violência, contou também com o aquecimento das tensões, às

¹¹¹ A imprensa da época noticiou 100 mil portugueses, porém, as fotografias mostram que o número foi bastante mais reduzido. Na edição em livro do Memorando entregue a Costa Gomes, elaborado pela Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados em França, afirmou-se que estavam cerca de 25 mil portugueses na zona da embaixada, enquanto a prefeitura de Paris aponta para os 17 mil. (Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados em França. *Problemas Urgentes da Emigração Portuguesa - Memorando entregue ao senhor General Costa Gomes (Junho de 1975)*. Porto: A opinião, 1975: 3

¹¹² O processo de organização desta comissão e redação do documento não cabe nesta dissertação, porém é importante referir que contava com a presença de uma série de dirigentes sindicais, associativos e outras pessoas influentes nos meios emigrantes, de várias regiões.

¹¹³ Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados em França. *Problemas... op. cit.* : 23

quais alguns emigrantes, de férias em Portugal, não foram alheios. No primeiro de agosto, a SEE lançou um projeto- o autocarro da SEE- destinado a ir ao contacto com emigrantes de visita, nas aldeias e localidades, à semelhança das sessões de esclarecimento que realizara com o MFA. Ao longo do mês, o autocarro percorreu localidades em Leiria, Guarda e Sabugal e encontrou muitas dificuldades no contacto com as populações. Episódios de apedrejamentos, provocações e pouca colaboração dos influentes locais são descritos no relatório, assim como o escasso interesse dos emigrantes em visita¹¹⁴. O relatório não é concreto quanto à participação de emigrantes “franceses” nos episódios de violência, mas tendo também em conta o relato de um membro do COPCON, que descrevia caravanas de carros com matrícula francesa a vigiar e boicotar ações dos militares durante as campanhas em Trás-os-Montes¹¹⁵, podemos, enfatizando a importância de não generalizar, afirmar que alguns emigrantes participaram na mobilização anticomunista do centro e norte do país. Para acalmar os ânimos, a Comissão Dinamizadora Central (CODICE), órgão da 5ª Divisão do MFA que coordenava as Campanhas de Dinamização Cultural, enviou mais propaganda à guarda-fiscal, para distribuir aos emigrantes que passassem a fronteira, e fez um pedido ao Diretor-Geral da Informação, com o objetivo obter uma hora de tempo de antena semanal, para prestar informações aos emigrantes¹¹⁶. Noutras latitudes o inverso se sucedeu, com um desfile de emigrantes no dia 10 de agosto, em Lisboa, a comemorar o seu dia e a saudar as Forças Armadas e Governo, à semelhança do ano anterior. Porém, as diferenças estavam bem patentes, tanto pela organização que desta vez partiu da Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados em França, não contou com a presença do Primeiro-Ministro, teve uma participação tímida da SEE e ainda esteve envolto em polémica¹¹⁷. O ambiente de unidade que caracterizara o ano anterior tinha desvanecido.

Nos números da *Presença Portuguesa* a partir de outubro, encontram-se cartas publicadas a relatar a experiência nas férias em Portugal, umas positivas, em apoio ao MFA, governo, e caminho que a revolução percorria até então. Outras negativas contra os excessos, a confrontação e os partidos de esquerda. Algumas dúvidas ainda estavam

¹¹⁴ Relatório – Campanha de Dinamização Sócio-Cultural de Emigrantes, Fundo DGACCP, 15.02/34

¹¹⁵ Cerezales, Diego, *op.cit* p.154

¹¹⁶ Cartas da CODICE enviadas a 6 e 14 de agosto respetivamente, em ADN, PT/ADN/EMGFA/5DIV/013/0035/0022

¹¹⁷ Sobre este evento apenas encontramos referências no *Diário de Notícias*, que noticiou a mudança de planos no local do evento, que o PPD entendeu como uma “manobra unitária”, argumentando que no Norte os emigrantes seriam mais hostis.

patentes, mas o fulgor revolucionário que buscava informação permanente parece ter desvanecido. Também da parte das autoridades, a questão do esclarecimento, findo o verão quente, aparenta ter saído da ordem do dia. A revista *25 de Abril* e alguns panfletos que a SEE editava foram interrompidos em maio de 1975, apenas regressando no ano seguinte. Depois de agosto, não temos conhecimento de mais iniciativas que almejassem transmitir informação às comunidades de portugueses em França, e a diplomacia portuguesa chegou a queixar-se da orientação política da emissão de Jorge Reis às autoridades francesas, forçando o programa a cingir-se à atualidade francesa¹¹⁸, representando mais um sinal de que a revolução estava a virar à direita, durante o VI Governo Provisório.

Em suma, ao longo do processo, os governos e o MFA não atuavam somente pela sua perceção, ao longe, acerca da realidade dos emigrantes. Alguns sinais iniciais motivaram a averiguação *in loco* da realidade e depois dos muitos contactos “no campo”, em que os emigrantes desde o primeiro momento reivindicaram mais informação, esclarecimento e consultas, as autoridades revolucionárias procuraram responder. Com a informação fornecida através dos seus contactos institucionais e núcleos de emigrantes, ou nas missivas que recebiam, os governantes consideraram ter provas bastantes que serviram para iniciar o combate aos boatos e desinformação, motivados sobretudo pelo objetivo principal de não deixar que as transferências de dinheiro continuassem a diminuir, como veremos. Desde o início de maio de 1974, circularam cartas de denúncia acerca de atividades e atos que, supostamente, agiam contra a revolução. Primeiro enviadas a Jorge Reis, depois à *Presença Portuguesa*, e por fim aos gabinetes das autoridades, uma das acusações mais comuns foi a de uma pessoa ou organismo estar a lançar boatos, a informar de forma a servir interesses alheios à revolução ou a tentar plantar desconfiança nos meios emigrantes. Padres, bancários portugueses e franceses, e também compatriotas emigrados, todos estiveram na ponta da caneta dos que denunciaram as atividades, por vezes com fundamento, outras nem tanto. Também as coberturas mediáticas da revolução nos órgãos de comunicação social franceses aumentaram a preocupação das autoridades, que recebiam telegramas do corpo diplomático a reportar sobre notícias publicadas acerca do país¹¹⁹. Porém, nas cartas, não encontramos emigrantes a afirmar que ficaram assustados com algo que ouviram ou leram

¹¹⁸ Cunha, Manuel Antunes da. *Op. cit.*: 125

¹¹⁹ Alguns telegramas encontram-se AHD e também no AHPR, assim como uma série de fotocópias e recortes de imprensa.

nos OCS franceses, antes pelo contrário, havendo relatos a denunciar essa cobertura que consistia em “propaganda contra o nosso país”¹²⁰. A escalada de radicalização e ondas de rumores acentuaram a inflamação nas denúncias, primeiro com o 28 de setembro, depois com as nacionalizações de março, e por fim com o “Verão Quente”, e também acompanhou a ação das autoridades.

2.2. Remessas, poupanças e desenvolvimento

A preocupação com o esclarecimento, por parte das autoridades e também dos emigrantes, esteve muitas vezes ligada à questão económica. Em 1973, os recebimentos por transferência privada corresponderam a praticamente 10% do Produto Interno Bruto português¹²¹. Também em 1973, o súbito aumento no custo do petróleo chocou as economias ocidentais, colocando termo aos anos de crescimento quase inabalável que ficaram conhecidos por *Era Dourada*. Portugal e o mundo estavam em mudança, e não era preciso ser-se um revolucionário idealista ou um capitão conspirativo para o entender: 19 dias antes do golpe de estado que derrubou o governo de Caetano, o *Expresso* lançou uma entrevista ao presidente do Banco Espírito Santo & Comercial de Lisboa (BESCL), na qual o banqueiro afirmava ser expectável um desequilíbrio na balança comercial, assim como “uma estabilização, senão um decréscimo de remessas que a captação de poupanças ou a recessão nos respectivos países poderão provocar”¹²².

¹²⁰ Carta de emigrante anónimo que se autoneia Estrela 59 (9 de abril de 1975), em ADN, PT/ADN/EMGFA/5DIV/012/003/002. Noutro caso, uma moção elaborada por portugueses em Bobigny é perentória na acusação: “uma intensa campanha de calúnias, mentiras e deformações está sendo levada a cabo(...) também pela reacção internacional e particularmente francesa ... como foi o caso no sábado 8 de fevereiro no noticiário” em ADN, PT/ADN/EMGFA/5DIV/002/0007/036

¹²¹ Usaremos os números apresentados nos *Relatórios do Conselho de Administração do Banco de Portugal* (RCABP), de 1974 a 1976 e também no documento que nos foi facultado pela divisão de arquivo do Banco de Portugal intitulado *Turismo e remessas de emigrantes 1950 a 1981*, cujo criador foi a Direcção de Serviços e estatística e Estudos Económicos do Banco de Portugal (DSEEEBP). As *Transferências Privadas* correspondem às remessas, mas também incluem, minoritariamente, donativos, legados, pensões e outros tipos de transferências unilaterais. Os números no Banco de Portugal, até 1974, são imprecisos por causa dessa abrangência. Não existe um consenso quanto ao peso das remessas dentro das transferências privadas, com fontes a apontar para os 80% [*Remessas de emigrantes: evolução e impacto na economia Portuguesa em Jornal do Comércio* (31 de agosto de 1976)], enquanto outros afirmam ser 95% (Chaney, Rick Lamont. *The Economics of One Hundred Years of Emigration and Remittances in Portugal*. Michigan: University Microfilms International, 1984.). A partir de 1975 introduziu-se, além das transferências, os valores concretos das remessas. Existe ainda a questão dos canais informais de transporte de dinheiro, através ora de intermediários paralelos aos meios formais, ora levando-o, diretamente, durante visitas a Portugal. Em Garson, Jean-Pierre, e Georges Tapinos. *L'argent des immigrés: revenus, épargne et transferts de huit nationalités immigrées en France*. Travaux et Documents, Cahier 94). Paris: PUF, 1981: 24 afirma-se que, em 1975, cerca de 30% dos portugueses que enviaram dinheiro fizeram-no através de movimentações nas férias, confirmado pelo RCABP que reportou, no ano de 1975, ter havido um grande volume de notas trazidas pelos emigrantes em número “relativamente importante” (p. 90).

¹²² *Expresso*, 6 de abril de 1974, citado em Noronha, Ricardo. *Op.cit*: 41-42.

Estas palavras revelar-se-iam quase proféticas, embora possamos calcular que o presidente do BESCL estava longe de imaginar a transformação conjuntural que se avizinhava. Findo o ano de 1974, o Banco de Portugal reportou que as transferências privadas tiveram um modesto crescimento: apenas 3,5% em relação ao ano anterior, um valor distante das taxas de crescimento neste tipo de transferência, durante os anos de emigração maciça¹²³. Em 1975, pela primeira vez em 14 anos, o valor global dos envios não superou o ano anterior, tendo um decréscimo na ordem dos 3,7%, regressando aos valores “normais”, em 1976¹²⁴. Os economistas da época, nacionais e estrangeiros, ao fazer uma retrospectiva sobre o PREC, desvalorizaram essa quebra no cenário global da revolução, fazendo apenas breves apontamentos¹²⁵. Todavia, os cientistas sociais, em vários tempos, tenderam a interpretar a quebra nos envios como um sinal de que a revolução não conseguira convencer os mais de 2 milhões de emigrantes espalhados pelo mundo¹²⁶. Mas será mesmo assim?

| Transferências Privadas e remessas enviadas de França para Portugal (milhões de escudos) | | | | | |
|--|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------|
| Ano | 1ºTrimestre | 2ºTrimestre | 3ºTrimestre | 4ºTrimestre | Total |
| 1972 | 1960 | 2738 | 3997 | 2006 | 10701 |
| 1973 | 2185 | 3378 | 3829 | 2856 | 12248 |
| 1974 | 2 271 | 2 478 | 5 036 | 2 713 | 12 498 |
| 1975* | 3 725 | 3 989 | 3 782 | 2 405 | 13 901 |
| 1976* | 6 859 | | 9 678 | | 16 537 |

Tabela 1. Fonte: RCABP 1974-1976 *Apenas remessas

Vimos, no ponto anterior, que o assunto das Transferências Privadas foi um dos motores que levou, desde os primeiros dias da revolução, as novas autoridades a mobilizar pessoas e recursos, tanto para estudar a situação como para contrariar fatores que pudessem diminuir o número de envios. França foi o país privilegiado no esforço de esclarecimento e informação, explicado pela quantidade de portugueses que lá habitavam

¹²³ Segundo o artigo do *Jornal do Comércio* supracitada, entre 1964 e 1971, o volume global das remessas cresceu numa taxa 23.6%

¹²⁴ Em Baganha, Maria Ioannis B. «As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional». *Análise Social* 29, n.º 128 (1994): 978, a autora mostra a evolução entre 1950 e 1989, sendo que em, 1973, foram recebidos 26 775 milhares de contos; em 1974 o número aumentou para 26 772; em 1975, baixou para 20 975; mas, em 1976, voltara a aumentar chegando aos 27 623 milhares de contos

¹²⁵ Murteira, Mário. «A situação económica em Portugal: origens e perspectivas». *Análise Social* 12, n.º 46 (1976): 285 afirma que as remessas não chegariam para equilibrar a balança; Em Rosa, Eugénio. *Portugal: dois anos de revolução na economia*. 1ª ed. Lisboa: Diabril, 1976: 37 defende que apesar da balança estar deficitária, havia condições para aguentar, tal como na entrevista supracitada o presidente do BESCL defendia). Nos RCABP de 1974 a 1976, os pontos das transferências unilaterais também não dramatizam muito a estabilização e quebra.

¹²⁶ Maxwell, Kenneth. «The Thorns of the Portuguese Revolution». *Foreign Affairs* 54, n.º 2 (1976): 250–70; Brettell, Caroline B. «Emigration and Its Implications *op.cit.*; Cerezales, Diego Palacios, *Op.cit.*; Rocha-Trindade, Maria Beatriz. «Emigração». Em *Dicionário op. cit.*

em 1974, e de onde, conseqüentemente, chegavam mais remessas. Como podemos observar na Tabela 1, foi o decréscimo no segundo trimestre, face ao ano anterior, que fez soar os alarmes das novas autoridades, que rapidamente se mobilizaram para estudar o que se passava e atuaram conforme, concluindo que a quebra tivera três razões principais: a desvalorização do Franco, em abril e maio; uma má interpretação da lei que proibia a fuga de divisas de Portugal¹²⁷; e o incentivo que alguns bancários faziam para depositar dinheiro em França.

Em julho, como vemos na tabela 2, a situação normalizou, assim como em agosto, em que apesar da baixa relativa ao mês anterior, tratou-se de uma situação regular dada à presença de milhares em Portugal, durante as férias. O terceiro trimestre, então, superou em muito a tara deixada nos anos anteriores. Já a última fração do ano teve uma ligeira quebra, a seguir aos eventos do 28 de setembro, que lançaram o país numa nova fase revolucionária. O afastamento de Spínola, que reunia a simpatia de alguns¹²⁸, o alvoroço após tentativa de golpe e o lançamento da lei eleitoral, em novembro, que excluía muitos emigrantes, geraram uma nova onda incerteza, como vimos anteriormente, levando mais uma vez à ação do MFA e da SEE, desta vez com o lançamento da dinamização cultural em França. Com a chegada do Natal, verificou-se um regresso à normalidade.

¹²⁷ Diga-se: os Decretos-Lei 181/74 e 189/74 de 2 e 6 de maio, respetivamente. Também o programa do MFA aludia a “(e) Medidas que permitam vigilância e *controle* rigorosos de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro”

¹²⁸ Nas primeiras reações, às quais acedemos pelas cartas enviadas a Jorge Reis, são vários os “vivas” ao general. Passado algum tempo, em *Presença Portuguesa* n°97 (maio de 1975) p.12-13, publicou-se o testemunho de um habitante em Portugal com família emigrada, a dizer que em França tinham ideia errada do Spínola.

| Receitas de Transferências Privadas remetidas de França em 1974 (milhões de escudos) | | | | | | | | | | | | |
|---|----------------|------------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|---------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| Mês | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maió | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| Valor | 2.272 | 2.272 | | | 2.478 | | 2.075 | 1.541 | 1.420 | 896 | 537 | 1.279 |
| Valor acumulado | | 2.272 | | | 4.750 | | 6.825 | 8.366 | 9.786 | 10.682 | 11.219 | 12.498 |

Tabela 2. Fonte: *Turismo e remessas de emigrantes 1950 a 1981* - Direcção de Serviços e estatística e Estudos Económicos do Banco de Portugal

| Receitas de remessas de emigrantes em França, em 1975 (milhões de escudos) | | | | | | | | | | | | |
|---|----------------|------------------|--------------|--------------|-------------|--------------|--------------|---------------|-----------------|----------------|-----------------|-----------------|
| Mês | Janeiro | Fevereiro | Março | Abril | Maió | Junho | Julho | Agosto | Setembro | Outubro | Novembro | Dezembro |
| Valor | 1.403 | 1.381 | 941 | 782 | 1.669 | 1.538 | 1.974 | 1.249 | 559 | 709 | 512 | 1.184 |
| Valor acumulado | 1.403 | 2.784 | 3.725 | 4.507 | 6.176 | 7.714 | 9.688 | 10.937 | 11.496 | 12.205 | 12.717 | 13.901 |

Tabela 3. Fonte: *Turismo e remessas de emigrantes 1950 a 1981* - Direcção de Serviços e estatística e Estudos Económicos do Banco de Portugal

Para os anos seguintes, o Banco de Portugal já disponibilizou números concretos quanto às remessas. Os dois primeiros meses passaram-se sem distúrbios aparentes, mas, em março, como vemos na tabela 3, as nacionalizações parecem ter aberto reticências quanto ao envio, com vários relatos a reportar alguma inquietação nos meios emigrantes e seus próximos, após o 11 de março¹²⁹, e o reforço nas iniciativas, ações e meios de esclarecimento por parte tanto das autoridades, como dos emigrantes. As consequências desses acontecimentos prologaram-se até abril, findo esse mês, voltou-se a dar um “aumento substancial”, como afirmou Pedro Coelho¹³⁰.

Quanto à segunda metade do ano, a começar pelos meses de julho, agosto e setembro, a situação foi distinta do que fora o verão do ano anterior, refletindo, também, a situação do país e do mundo. Embora os números de 1975, na tabela 3, não sejam perfeitamente comparáveis com os dos anos anteriores, parece seguro afirmar que houve uma estabilização em julho e uma provável diminuição, durante o mês de agosto, bem como uma quebra mais acentuada no nono mês do ano. O último trimestre mostra ainda alguma timidez no envio, com os números a ser mais ou menos semelhantes¹³¹.

Podemos desde logo tirar duas conclusões acerca dos dados apresentados na globalidade. Primeiramente, o volume das transferências privadas remetidas a partir de França, como nos outros países, estabilizou em 1974, com um crescimento relativo de apenas 2%, mas teve um salto considerável em 1975 (+21.5%)¹³², contrariando as tendências observadas noutros países, como a RFA, o Canadá e os EUA, em que o número de envios decresceu. Mesmo contando apenas com as remessas, o valor, como vemos na Tabela 1, ultrapassou o total das transferências privadas do ano anterior em mais de 1400 milhares de escudos. Depois, observamos que os volumes oscilaram bastante ao longo do período em estudo, mostrando desde logo uma necessária matização quando se fala acerca

¹²⁹ Numa carta enviada à CODICE, datada de 13 de abril de 1975, um homem a falar em nome de vários núcleos 3 grupos da cidade de Colmar, solicitando a presença do MFA para uma sessão de esclarecimento na região, afirmava que “aqui no estrangeiro as pessoas menos politizadas estão inquietas com o 11 de março”, em ADN, PT/ADN/EMGFA/5DIV/013/0034/0020. Também no relatório da missão de acolhimento a emigrantes em Quintanilha, na Páscoa de 1975, reportou-se o descontentamento da população fronteiriça que, pelo impedimento de ir visitar a família devido às restrições, avolumou as preocupações de alguns emigrantes. No mesmo relatório, no entanto, referiu-se confiança expressa pelos vieram visitar Portugal (p.7) - AHD, Fundo da DGACCP, 8.7/1 (caixa 1409)

¹³⁰ «Em Paris, o Secretário de Estado da Emigração à V.M. Queremos Ouvir os Emigrantes», *Vida Mundial*, nº1865 (12 de junho de 1975), p.55

¹³¹ O decréscimo nestes meses dá-se caso o peso das remessas no 4º trimestre de 1974 seja de superior a 88%.

¹³² Quanto a transferências privadas provenientes de França, durante o ano de 1975, totalizaram 15 181 milhares de escudos, cf. RCABP, 1976 p. 152

das remessas dos emigrantes durante o PREC. Vejamos, em seguida, que outros fatores levaram a tais variações.

Antes de mais, é necessário apontar as questões relacionadas com o carácter sazonal e cíclico dos envios, que obedecia, tendencialmente, a determinados ritmos. As transferências estavam dependentes, claro está, da disponibilidade de dinheiro para enviar, logo tinham mais volume durante os meses mais prósperos. No caso francês, as épocas com mais trabalho para os portugueses correspondiam aos meses quentes, que eram os períodos altos na construção civil, o setor que mais empregava emigrantes portugueses, e na agricultura, onde também muitos trabalhavam. Mais trabalho significava mais horas extra, tão características da emigração portuguesa em França, e claro, maiores salários ao fim do mês. Também o verão era tempo de receber subsídios, permitindo a acumulações maiores nesse período.¹³³

Ainda sobre os ciclos, a legislação francesa é outro fator a ter em conta, dado que limitava os envios de dinheiro ao equivalente a três recibos de vencimento de cada vez, o que coincidia sensivelmente aos períodos festivos, além do verão, em que muitos emigrantes aproveitavam para visitar a família¹³⁴, ou enviar uma “prenda”. Por fim, as alterações na composição dos emigrantes na viragem da década de 60 para 70 também são importantes: a diminuição na emigração de população ativa, individual e o aumento da emigração familiar, que significava mais encargos financeiros em França e menor necessidade de enviar dinheiro para Portugal; as alterações do local de origem, na medida em que muitos emigrantes passaram a partir dos meios urbanos; os grandes fluxos clandestinos de jovens que não queriam ir para a guerra no início de 70; e também o desvanecer da ideia de regresso nos que partiram há mais tempo. Todos estes pequenos “grupos” são apontados por Moulier¹³⁵ como menos propícios a enviar dinheiro, e ajudam

¹³³ Moulier, Yann. «Les Portugais». Em *L'argent des immigrés op.cit.*:192

¹³⁴ Após os primeiros três meses do ano, por volta de abril celebrava-se a Páscoa; as férias do verão vinham três/quatro meses depois, em julho e agosto; no fim do trimestre seguinte, durante o Natal, voltava a registar-se uma subida. Esta limitação era motivo de queixa por parte dos portugueses, patente numa carta enviada a Jorge Reis, em que uma mulher pergunta sobre o limite do cheque que pode enviar. Para a remetente, a situação era injusta pois, por causa de uma quantia extra mínima, teria de fazer outra transferência e, consequentemente, gastar mais com dinheiro com o despacho – CD25A, J. Reis / Correspondência / 12

¹³⁵ Moulier, Yann, *op.cit.*:209-211 . Sobre as alterações demográfica e socioeconómica cf. Baganha, Maria Ioannis B. «As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional». *Análise Social* 29, n.º 128 (1994): 959–80 e Bethencourt, Francisco, Kirti Narayan Chaudhuri, e João Peixoto. «A emigração». Em *História da expansão portuguesa*, 152–80. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

a perceber a estabilização dos envios que, inclusive, mostrava sinais de desaceleração logo desde 1971¹³⁶.

Em seguida, é fundamental não esquecer que a Revolução Portuguesa aconteceu precisamente na altura em que o ocidente “experienced its worst economic downturn since the Great Depression”¹³⁷. Regressando à citação do presidente do BESCL, é possível observar que a estagnação não foi uma surpresa total, despontada somente pelo furor revolucionário. As ciências sociais, com um foco habitual no cenário interno, tendem a esquecer a influência considerável que o “outro lado” do processo migratório também exerceu. Os anos antes de 1973 foram um período de forte crescimento económico e modernização, em que, de maneira geral, se aumentaram os salários, o nível de vida e a produtividade, mesmo com todas as contradições subjacentes e nem sempre com percepção de melhorias dos que as viveram¹³⁸. Após o choque petrolífero, o mundo mudou, e os anos de 1974-75 ficaram marcados por desemprego, quebras na produção industrial e taxas elevadas de inflação, que impediram um aumento dos salários reais, agravando o custo de vida. A economia francesa teve uma desaceleração no aumento do PIB e também da produção industrial em 1974, e um crescimento negativo de ambos no ano seguinte¹³⁹. Os preços aumentaram 14.2% e 11.8%, respetivamente, e o número de desempregados atingiu números inéditos desde há muitos anos¹⁴⁰.

Para muitos portugueses a habitar em França, estes dois anos foram de degradação do (muitas vezes já pouco) nível de vida. Segundo um documento da SEE, no início de 1976 existiam cerca de sete mil portugueses desempregados, o que à primeira vista parece um número reduzido (apenas 1.7%)¹⁴¹. Contudo, o mesmo documento indica que nem todos se inscreviam no desemprego. Segundo o boletim da SEE, este variava conforme a região e afetava principalmente o sector do *Bâtiment et travaux publics*, cuja concentração de emigrantes portugueses era elevada, e também as indústrias metalúrgicas e têxteis, que, nos anos anteriores, tinha absorvido cada vez mais operários portugueses. No mesmo

¹³⁶ *Remessas de emigrantes: evolução...* em *Jornal do Comércio* (31 de agosto de 1976)

¹³⁷ Bartel, Fritz. *The Triumph of Broken Promises: The End of the Cold War and the Rise of Neoliberalism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2022: 32

¹³⁸ Zancarini-Fournel, Michelle, e Christian Delacroix. *La France du temps présent (1945-2005)*. Paris: Humensis, 2015: 65-127

¹³⁹ Aldcroft, Derek. *The European Economy 1914-2000*. Routledge, 2002:191-92

¹⁴⁰ *Idem*:193 e 226

¹⁴¹ *Comissão Pré-Acordos Emprego-Desemprego - Estatísticas sobre o desemprego e análise comparativa*, 7 de janeiro de 1976, em AHD, DGACCP, *Comunidades Portuguesas - Elementos Estatísticos 1960- 1992* - 12/01

artigo mencionou-se também a relação inversa entre o menor grau de especialização e a maior taxa de desemprego¹⁴², o que é relevante dado que os portugueses ocupavam maioritariamente os cargos sem especialização (manœuvre e ouvrier spécialisé), ou alguma (ouvrier qualifié)¹⁴³. A questão do desemprego também foi o destaque da segunda edição do folheto *Interessa saber (Il faut savoir)*, de outubro de 1975, indicando que era uma preocupação da SEE. Quanto aos que conseguiram manter-se empregados, houve, em vários casos, uma diminuição do número de horas trabalhadas, levando, claro, à menor acumulação de fundos e consequente diminuição da disponibilidade para envios¹⁴⁴.

Também na análise do “Grupo do MIT”, feita através de uma missão de estudo no início de 1976, se reportou que os fatores internacionais pesaram no agravamento da situação económica nacional. Longe de serem os mais interessados em noticiar um resultado positivo da economia portuguesa após o biénio revolucionário, e até surpreendidos com os resultados positivos que encontraram, os economistas americanos apontaram, também, para o desemprego e diminuição dos salários dos emigrantes como as causas da diminuição das remessas¹⁴⁵, comprovando, dessa forma, as respostas de um emigrante, em entrevista ao jornal *Le Quotidien de Paris*:

“–Envoyez-vous de l’argent au Portugal?

Oh très peu, avec ce que nous gagnons et le coût de la vie en France.

– Combien gagnez-vous par mois?

Environ 2100F pour 9H de travail par jour, cinq jours par semaine, plus le samedi une semaine sur deux. Mais les salaires n’ont pas augmenté depuis un an, contrairement aux prix”¹⁴⁶

A crise afetou o número de portugueses que partiram, não permitindo, por isso, a criação de novos canais de envio de dinheiro¹⁴⁷. Em julho de 1974, o governo francês decidiu fechar as fronteiras à imigração. Além disso, o segundo trimestre de 1974 ficou marcado por uma quebra no valor do Franco, cuja causa de fundo estava na sua maior

¹⁴² «Noticiário» *Emigração mês a mês* n°11 (agosto de 1975), p.20.

¹⁴³ Segundo as estatísticas no arquivo da DGACCP, em outubro de 1974, 17,4% dos portugueses eram manœuvres, 42,9% eram Ouvriers Spécialisés e 36,2% eram Ouvriers Qualifiés. Em AHD, DGACCP, *Comunidades Portuguesas - Elementos Estatísticos 1960- 1992 - 12/01*

¹⁴⁴ O Relatório da missão em Quintanilha, citado acima, menciona que vários emigrantes vindos de Paris e Lyon se queixaram desse problema (p.7) . Também Serra abordou o problema do subemprego em «Cartas de emigrantes - Uma interpretação», *Emigração Mês-a-Mês* n°7 (abril de 1975), p.38

¹⁴⁵ Dornbusch, Rudiger, Richard S. Eckaus, e Lance Taylor. «Analysis and Projection... *op.cit.*; 300

¹⁴⁶ “Você envia dinheiro para Portugal? - Oh muito pouco, com o que nós ganhamos e o custo de vida em França. – Quanto você ganha por mês? – À volta de 2100F por 9 horas de trabalho por dia, cinco dias por semana, mais um sábado a cada duas semanas. Mas os salários não aumentaram, ao contrário dos preços” (Tradução própria) - Entrevista intitulada *Les travailleurs portugais en France: pour le MFA*, redigida por Jean Clem em *Le Quotidien de Paris* (6 de junho de 1975)

¹⁴⁷ Problema identificado no RCABP, 1975 p.90

volatilidade desde o abandono dos acordos de Bretton-Woods, em 1971, que deixara o sistema monetário mundial mais frágil¹⁴⁸. Dado esse fator, não é de estranhar que a morte repentina do presidente Pompidou e a greve dos trabalhadores da Bolsa, ambos em abril, tenham originado uma quebra no valor da moeda, que só voltou a regularizar-se em junho¹⁴⁹. A taxa de câmbio tinha um peso considerável no psicológico, influenciando, por vezes, se o emigrante enviava ou aguardava por um período melhor¹⁵⁰, acrescentando mais um aos múltiplos fatores para a quebra logo após o 25 de abril.

Não podemos, contudo, desconsiderar todas as condicionantes intrafronteiras nacionais, que acabaram por influenciar, à sua maneira, os volumes das transferências e influenciaram as oscilações. A literatura científica colocou o ónus no receio dos emigrantes em perder o dinheiro, dada a sua natureza que se identificaria mais com valores associados à direita. Argumentamos, contudo, que apesar do medo do “espectro do comunismo” ter, sem dúvida, atormentado algumas cabeças¹⁵¹, dois fatores tiveram mais peso nos emigrantes em França: a incerteza quanto aos tempos, fruto da pouca (e por vezes confusa) informação que chegava a França, como vimos, e também das constantes mudanças do PREC, assim como a desconfiança nas autoridades, cujo discurso nem sempre coincidiu com a realidade.

Os períodos imediatamente a seguir a eventos marcantes e acesos da revolução - o 25 de abril, o 28 de setembro, e o 11 de março - foram de retração nos envios. Com o acalmar das águas, em julho e dezembro de 1974, e em maio de 1975 deu-se uma normalização, e até superação, nas transferências, demonstrando que os emigrantes em França (além de esperarem que passassem os três meses para poder enviar a quantia máxima) escolheram enviar nos períodos mais calmos. Esses períodos de normalização

¹⁴⁸ Pereira, Victor. «Quel 25 Avril Pour les... op.cit.: 51

¹⁴⁹ Relatório *Remessas de Emigrantes - Missão a Paris e a Dusseldorf - Junho/Julho 1974*, fotocópia em em AHPR , GB 1802 (maço I)

¹⁵⁰ Numa carta enviada a Jorge Reis, um ouvinte, em louvor ao programa, dizia “fazem-nos sorrir quando nos dizem que o câmbio subiu, fazem-nos chorar quando nos dizem que o Benfica perdeu o campeonato”, mostrando que é um tema de fortes emoções- Carta de ouvinte em Andlauer, datada de 19 de maio de 1974, em CD25A, J. Reis / Correspondência / 12. Também em *Vida Mundial*, nº1837 (28 de novembro de 1974), p.42 se afirma, nas linhas de uma reportagem acerca das remessas, que o emigrante era capaz de chegar ao local onde ia enviar o dinheiro, ver que a taxa de conversão não estava favorável, e escolher regressar noutra altura.

¹⁵¹ Logo em maio, um ouvinte escreve a Jorge Reis, acusando os novos governantes - “Alcançaram seu intento, entregar todo Portugal nas mãos do comunismo, até o nosso dinheiro que nos custou ganhar com tantos sacrifícios e suores” Carta de ouvinte em Val d'Oise, datada de 21 de maio de 1974, em CD25A J. Reis / Correspondência / 23. Ao longo do processo, outras cartas inflamadas contra dirigentes de esquerda (comunistas *de facto* ou não) chegaram aos gabinetes.

continuaram a ter o Partido Comunista com influência nas esferas de poder¹⁵², forte agitação nas ruas, ocupações de casas e também, no caso de maio, a banca nacionalizada, não evidenciando motivos para crer num medo generalizado da nova política. Se olharmos para os dados apresentados por Chaney¹⁵³, à exceção do distrito de Aveiro, nenhuma outra região teve uma alteração significativa na divisão do total de remessas enviadas, o que, em parte, desconecta a ligação entre a origem do emigrante e a sua propensão a enviar menos durante este período. Além do mais, como vemos na tabela 1, a comparação entre o acumulado nos primeiros seis meses de 1975, e o período homólogo de 1976, que já se tratava de um período de “normalização” demonstra que o “medo da revolução” foi demasiado enfatizado. Podemos ainda afirmar que, com todos os seus limites, as ações das autoridades e outros agentes no esclarecimento e divulgação, que como vimos foi reforçada a seguir aos acontecimentos mais agitados, e teve especial foco em França, parece também ter dado alguns frutos.

A diferença entre os dois verões também é significativa: no de 1974 os emigrantes “Vieram para ver, levarão o seu País Novo e Livre”¹⁵⁴, pois tiveram oportunidade de se informar e sobretudo ver pelos próprios olhos que a confusão que ouviam falar em França era exagerada, sendo que esse período acabou por sustentar as perdas nos restantes trimestres. Nas férias estivais seguintes, o país tinha mudado profundamente, dado o “aquecimento” da confrontação política, o que serviu de confirmação, a alguns emigrantes em visita, do “chaos et la peur” que era noticiado em França, uma vez que em muitos locais de Portugal se ouvia falar em guerra civil¹⁵⁵.

¹⁵² Lembremos também que a existência de um Partido Comunista não era estranha para muitos emigrantes, ao contrário do que poderia ser para certas populações rurais. Muitas das *Mairies* onde viviam os portugueses tinham presidentes do Partido Comunista Francês, e nos locais de trabalho conviviam, ainda que por vezes timidamente, com colegas militantes desse ou de outros partidos de esquerda.

¹⁵³ Chaney, Rick Lamont, *op.cit.* p.253-254

¹⁵⁴ Título de reportagem do programa *Em Foco*, transmitido na RTP a 22 de agosto de 1975. Disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/emigrantes-vieram-para-ver-levarao-o-seu-pais-novo-e-livre/>. (Consultada a 23 de julho de 2023)

¹⁵⁵ A capa do semanário francês *Le Point*, nº144 (23 de junho de 1975) é reveladora do tom de muita imprensa internacional: com um soldado dos comandos barbudo e de cara franzida, a frase: “*Portugal: Le chaos et la peur*”. *Fac-simile* a preto e branco em Vieira, Joaquim, e Reto Monico. *Op.cit* :168. No nº 144 da *Presença Portuguesa* (novembro de 1975), publicaram-se várias cartas que responderam ao apelo da revista para que escrevessem a contar das férias. Em duas delas, os remetentes afirmam não ter gostado do que viram em Portugal. O primeiro (p.5) que afirmava ser de Castelo Branco, por causa do ambiente “desordenado” e falta de perspetivas positivas na economia, e por isso estava reticente em enviar dinheiro para Portugal. O segundo (p.14) queixa-se do “sistema de violência” e de não se seguir “a linha completamente democrática”.

As diferenças entre verões também demonstram o relevo do fator desconfiança dos emigrantes em relação às novas autoridades. O Estado Português, apesar das reformas modernizadoras do final 60, sempre fora hostil à emigração, sobretudo clandestina, e até ao 25 de abril não tinha mostrado interesse em gerir os seus dinheiros, remetendo a questão para a banca privada¹⁵⁶. Através das novas políticas de esclarecimento e informação, os governos de abril procuraram ganhar a confiança, num processo que foi demorado e em que os acontecimentos acima descritos significaram várias vezes, mas também percepção da necessidade de mais atuação. Por outro lado, nos testemunhos diretos que recolhemos encontrámos também casos que, certamente, deram aso ao aumento das reticências face ao novo governo: desde investimentos embargados fruto do caso Torralta¹⁵⁷, à morosidade de alguns processos¹⁵⁸. Além disso, também as promessas que ficaram por cumprir, por falta de vontade ou capacidade, tiveram peso, como da ocupação de casas, enquanto o estado garantia a isenção das mesmas¹⁵⁹, e as restrições ao direito do voto para a larga maioria dos portugueses fora de fronteiras, como veremos adiante.

Em suma, numa frase que nos parece elucidativa acerca do período, um dos redatores da *Presença Portuguesa*, em resposta à carta de um leitor a perguntar se ainda vale a pena enviar dinheiro, escreveu: “conhecemos amigos que continuam a enviá-las [as poupanças], outros estão esperançosos que a situação modifique, outros ainda deixaram de as enviar por completo”¹⁶⁰. Não caíamos, porém, na tentação de crer que a continuação, e até aumento registado, do envio de remessas signifique, necessariamente, um sinal de apoio inquestionável à revolução. Diferentes estudos evidenciaram as relações próximas entre os que ficaram e os que partiram para França¹⁶¹, e as remessas

¹⁵⁶ Pereira, Victor. *A ditadura de Salazar e a emigração: o Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1974)*. Lisboa: Temas e Debates, 2014: 89

¹⁵⁷ A Torralta era uma empresa de empreendimentos turísticos, no qual se investia para a construção, recebendo depois um juro apeteçível. Em dezembro de 1974, o dono fora preso sob a acusação de sabotagem económica, e o dinheiro investido por muitos ficou embargado, motivando queixas nas cartas, três delas (nem sempre de emigrantes em França) em: ANTT, ACR, 4.1 Junta de Salvação Nacional Cx 1 nº115 (1974-1975). No estudo de Eduardo Serra são também mencionados relatos sobre problemas com os retornos na empresa J. Pimenta – Emigração Mês-a-Mês, nº7 (abril de 1975), p. 37

¹⁵⁸ Em ADN, PT/ADN/EMGFA/5DIV/002/0005/017 e PT/ADN/EMGFA/5DIV/002/0008/040 encontramos um longo processo com diversas cartas e respostas, com várias entidades, em que um emigrante pretende permissão para construir uma casa. Numa delas, enviada a 4/04/1975, a questão: “seremos nós emigrantes somente o alvo da entrada de divisas”

¹⁵⁹ Decreto-Lei 198-A/75 de 14 de abril estabelece as normas de ocupação de fogos devolutos e o seu 29º artigo exclui as casas de emigrantes do rol que é permitido ocupar.

¹⁶⁰ Resposta a carta enviada por leitor, em *Presença Portuguesa* nº 103 (dezembro de 1975), p. 4

¹⁶¹ Cf. Portela, José, e Sílvia Nobre. «Entre Pinela e Paris: emigração e regressos». *Análise Social*, n.º 161 (2002): 1105–46 e Rocha-Trindade, Maria Beatriz. *Immigrés portugais op.cit.*

eram um fator fundamental nesse espaço transnacional, com uma forte ligação ao ideário de regresso. Para os que não cortaram com as localidades de onde eram naturais, manter “presença” era fundamental, através do sustento da família, elevando os seus hábitos e padrões de consumo, e do investimento direto na localidade de origem, patrocinando festas, obras e desenvolvimento geral¹⁶². Também os muitos investimentos, ainda antes de abril, nos fundos e empreendimentos turísticos e de construção civil demonstram, em parte, uma vontade já existente de muitos imigrantes que o seu dinheiro, com o devido retorno através de juros, fosse utilizado na construção de algo físico. Tendo isso em conta, é possível levantar a hipótese que a continuação do fluxo de envios se deveu, em determinados casos, à simples manutenção de um comportamento padrão e enraizado, que tanta importância tinha para os recetores, ou até mesmo desconfiança nos “amanhãs que cantam”, servindo o dinheiro remetido como uma salvaguarda.

Nas cartas e outras fontes que dispomos as vontades eram claras: queria-se segurança nas poupanças e nos investimentos, e garantias que seriam utilizadas em favor dos seus interesses e do país. Se antigamente tinham de investir por iniciativa própria, a abertura de oportunidade para reivindicar e exigir mudanças levou a que, logo de início, fosse exigido o uso do dinheiro para “melhor servir a economia nacional” e a experiência acumulada dos emigrantes para participar em empresas que desenvolvessem o país¹⁶³. Também a ideia de oferecer “uma hora de trabalho”, como um donativo à nação foi mencionada durante a emissão de Jorge Reis¹⁶⁴. No relatório da primeira missão a Paris, reporta-se a recetividade encontrada quanto à abertura de uma sucursal da CGD em Paris, na medida em que poderiam investir diretamente em Portugal, ao contrário da banca privada, e assim criar condições para o regresso, no futuro¹⁶⁵. Meses depois, em resposta à campanha *Um dia de trabalho para a nação*, lançada por Vasco Gonçalves, em setembro, alguns emigrantes também enviaram donativos¹⁶⁶.

¹⁶² Cf. Brettell, Caroline. *Anthropology and Migration: Essays on Transnationalism, Ethnicity, and Identity*. Lanham: Altamira Press, 2003.

¹⁶³ *Emigrantes em França tomam posição*, documento da APCP, sem data, mas referindo-se ao 2º manifesto, que foi elaborado no fim de junho de 1974. Em AHPR, GB 1802 (maço II)

¹⁶⁴ Cartas vindas de Andlau e de Montreuil. A Primeira não tem data, a segunda é de 21 de maio de 1974, em CD25A, J. Reis / Correspondência / 12 e 24 (respetivamente)

¹⁶⁵ Num artigo da *Presença Portuguesa* questionou-se “Que se passaria se no Minho houvesse fábricas para nós trabalharmos?... Seria certamente o fim da emigração, efectuado por um banco ao serviço dos emigrantes” «E agora? Vamos ficar sentados?» *Presença Portuguesa*, nº88 (julho/agosto de 1974) p. 17

¹⁶⁶ «Emigrantes apoiam o governo provisório», *25 de Abril*, nº4 (fevereiro de 1975), p. 32

Da parte das novas autoridades, que não podiam garantir um regresso imediato, a prioridade no discurso era garantir que se criassem condições para que não fosse preciso emigrar. Para isso, contariam com o contributo dos emigrantes, através dos depósitos no banco público. Escrevia o economista Eugénio Rosa, na primeira edição da revista *25 de Abril*, que os emigrantes “poderão dar uma importante ajuda na obra de reconstrução nacional se enviarem o dinheiro que conseguem amealhar imediatamente para Portugal, mandando-o depositar na Caixa Geral de Depósitos, que é a instituição de crédito do Estado que vai apoiar a construção de casas de renda barata, e que vai financiar a realização de muitas obras públicas”¹⁶⁷. Este esforço de incutir a confiança na CGD deveu-se também à ação da banca privada em França, cujos funcionários, como previra o presidente do BESCL, supracitado, tentaram captar as poupanças dos emigrantes através de taxas de juro tentadoras, aproveitando também a incerteza e a confusão dos tempos. No discurso do governo, estas ações faziam parte de uma manobra de sabotagem contra a revolução, uma linha que, após o 28 de setembro, teve também muito presente nas narrativas contra a administração dos bancos em Portugal¹⁶⁸. Sobre a natureza e interesses profundos da ação da banca privada, não cabe aqui desenvolver, mas certo é que, a seguir ao 25 de abril, e ainda antes das nacionalizações, esta procurou aproximar-se e autopromover-se ainda mais, fosse através da publicidade, ou mesmo a patrocinar jogos de futebol e outras iniciativas¹⁶⁹.

Em 1975, o governo português procurou incentivar mais emigrantes a continuar o envio de dinheiro para Portugal, através da atualização das taxas de juro¹⁷⁰, bem como garantias e atribuições especiais caso as remessas fossem feitas através da CGD, que providenciava serviços de captação, apesar de ainda não haver uma sucursal em França. Em entrevista à *Presença Portuguesa*, Pedro Coelho, resumia o discurso e ação das autoridades nos meses anteriores:

“Não vemos o emigrante como uma fonte de receita, nem sentimos alívio pela sua partida diminuir tensões sociais (...) Vemos o emigrante como um português (...) É verdade: as remessas (...) são importantes para a vida económica! E queremos que sejam utilizadas para o desenvolvimento do país e que eles procurem um juro a quem

¹⁶⁷ «Economia: Do Portugal que nos deixaram ao Portugal que queremos construir» *25 de Abril*, nº1 (outubro de 1974), p.23

¹⁶⁸ Noronha, Ricardo. *Op.cit.*: 142-155

¹⁶⁹ O relatório das missões de estudo contém uma série de panfletos dos bancos com as novas tarifas. Em janeiro de 1975, o Banco Português do Atlântico patrocinou um jogo amigável entre o Vitória de Guimarães e o Red Star, em Paris, com entradas gratuitas.

¹⁷⁰ «Alterações nas taxas de juro» *25 de Abril*, nº4 (fevereiro de 1975), p. 28

ganhou com o suor do seu rosto. Agora já não serão perdidos como antes na guerra colonial!”¹⁷¹

Com as nacionalizações, sobretudo da banca, foi necessário um reforço na transmissão de segurança. Folhetos e boletins foram lançados para clarificar os acontecimentos, e a mensagem da SEE reiterou que “Em nada é, portanto, afectada a natureza privada dos depósitos ... podendo assim os emigrantes continuar absolutamente tranquilos”¹⁷², e que “agora” os depósitos ficariam ao serviço do país¹⁷³. A inauguração de uma sucursal da CGD, em Paris, a 25 de março de 1975, coincidiu com este período agitado, e contou com uma delegação do MFA, assim como os mais altos representantes diplomáticos portugueses, o embaixador e o cônsul-geral, demonstrando a importância que a questão tinha. Os *slogans* da CGD foram “Participe activamente na reconstrução do país” e “Garantia de um país-novo”¹⁷⁴, e a SEE pretendeu propagandear os serviços da Caixa, associando-os ao financiamento das autarquias locais, à agricultura, à indústria, à construção civil, procurando responder à vontade dos emigrantes¹⁷⁵. Vasco Gonçalves, em Bruxelas, assegurou, aos emigrantes com quem reuniu, a segurança dos seus depósitos, argumentando que não fazia sentido afirmar que o governo quer ficar com o dinheiro, visto que não tinha sido abolido o capital estrangeiro¹⁷⁶. Costa Gomes, na sua alocação na embaixada, frisou a mudança de rumo dos dinheiros, que, depois da nacionalização da banca, estavam salvaguardados e seriam orientados para o servir o povo¹⁷⁷.

A seguir às nacionalizações, com o acalmar da situação, os emigrantes continuaram a reivindicar o devido uso dos seus dinheiros, e muitos, residentes nos arredores de Paris, aproveitaram a visita de Costa Gomes para causar impacto e aproveitar uma maior visibilidade. A AOP de Corbeil-Essonnes reivindicava um “Melhor esclarecimento e informação do rolo da emigração perante o desenvolvimento de um

¹⁷¹ «Entrevista de um redactor da P.P. Com o Secretário Nacional da Emigração», *Presença Portuguesa*, nº94 (fevereiro de 1975), p. 8-9

¹⁷² «A nacionalização da Banca é favorável aos Emigrantes», *25 de Abril*, nº5 (março/abril de 1975) p.8

¹⁷³ *Portugal és tu*, nº1 (abril de 1975) em AHD, fundo da DGACCP, 15.02/29

¹⁷⁴ Panfleto da CGD em ADN, PT/ADN/EMGFA/5DIV/013/0034/0020

¹⁷⁵ «Que realmente se passa com as remessas dos emigrantes?» *25 de Abril*, nº5 (março/abril de 1975), p.11

¹⁷⁶ Vasco Gonçalves - *Discurso no Encontro com os Emigrantes no Salão de Festas da Comuna de Ixelles — Bruxelas*, 31 de maio de 1975- transcrito em *Vasco Goncalves: Discursos, conferências de imprensa, entrevistas*. Porto: Edição Popular, 1976:284-285

¹⁷⁷ Junho de 1975. Embaixada de Portugal em Paris, o Presidente fala aos emigrantes» em *Costa Gomes - Discursos Políticos*. Lisboa: Ministério da Comunicação Social, 1976: 163-167

Portugal democrático”¹⁷⁸; a Associação Cultural dos Portugueses de Saint-Gratien escreveu ao presidente dizendo que gostariam “que as economias que os emigrantes enviam para as suas regiões sejam de facto utilizadas em melhoramentos e no desenvolvimento da sua região, porque se muita gente se ausentou dessas regiões é que elas não estavam convenientemente desenvolvidas”¹⁷⁹; e um grupo residente em Saint-Maur, composto por originários de Espite, que se juntava com “o objectivo de reunir e empregar as poupanças dos emigrantes na sua terra natal, onde não há indústrias” pediu apoio diretamente ao Presidente da Republica¹⁸⁰. Em agosto, o desenvolvimento do país teve mais um contributo, dessa vez através da oferta de dois tratores a duas cooperativas agrícolas, uma a norte, e outra a Sul, tratores esses que “marcharam” com os emigrantes nas comemorações do seu dia, a 10 de agosto, mais uma vez em Lisboa.

Apesar de tudo isto, a legislação que trouxe mais benefícios aos emigrantes, no domínio dos envios de dinheiro, só seria promulgada em dezembro de 1975, lançada pelo VI GP, já após o fim do PREC. O Decreto-Lei nº729H/75, de 22 de dezembro, instituiu contas de depósitos em moeda estrangeira, criando “condições que permitam aos emigrantes que enviam as suas poupanças para Portugal ficar a coberto de quaisquer vicissitudes que os possam prejudicar”. No preâmbulo do DL, o discurso que os governos anteriores tinham adotado sobre as remessas, manteve-se:

“As remessas dos emigrantes são, como é bem sabido, um factor fundamental do nível da poupança nacional e do equilíbrio da balança de pagamentos. Delas dependem, conseqüentemente, em grande parte, as possibilidades de financiar taxas adequadas de investimento e de adquirir ao estrangeiro os bens de capital indispensáveis ao desenvolvimento económico e à criação de novos empregos.”¹⁸¹

2.3 Eleições

A eleição foi a terceira e última dimensão participativa sob a qual os emigrantes em França se interessaram. Como apontou Medeiros Ferreira, a eleição foi, neste período, um dos objetivos mais constantes a alcançar e denominador comum que atravessou todas

¹⁷⁸ Carta da Secção de Corbeil-Essones da AOP, sem data, mas presumidamente de junho. Em AHPR, GB 1802 (maço II)

¹⁷⁹ *Boletim Informativo- Informação e Passatempo*, editado pela Associação Cultural dos Portugueses de Saint-Gratien, nº1 (7 de junho de 1975), lançado especialmente e oferecido durante a visita do Presidente Costa Gomes. Em AHPR, GB 1802 (maço II)

¹⁸⁰ Carta de “Emigrantes reunidos para o progresso”, datada de 7 de junho de 1975, em AHPR, GB 1802 (maço II)

¹⁸¹ Decreto-Lei nº729H/75

as temporalidades do PREC, mesmo as alturas mais “radicais”¹⁸². O programa do MFA previa a “convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal directo e secreto”¹⁸³, e essa frase seria muito representativa nos meses que seguiram. Até então, nunca um sufrágio em Portugal tinha sido realizado com a tamanha abrangência planeada pelo Movimento das Forças Armadas, e rapidamente se começou a questionar se o “universal” devia ou não integrar os portugueses que se encontravam fora das fronteiras nacionais.

Em 1974, a capacidade de todos os cidadãos a viver no exterior de votar “à distância” era um direito que não estava consagrado na maioria das “velhas” democracias ocidentais. Também nos tradicionais países de emigração do sul europeu, esta capacidade eleitoral a partir do exterior era ainda uma miragem, com a Itália a ser o mais “avançado”, na medida em que permitia ao emigrante votar na terra natal, sendo que a capacidade de escolher os representantes sem a deslocação só viria em 2003¹⁸⁴. Porém, Andrew Ellis, abordando o voto à distância nos períodos de transição entre regimes, defendeu que “The inclusion of citizens abroad was often seen as a key element in the process of nation-building”¹⁸⁵. O “Portugal Novo” precisava de algum tipo de aprovação dos milhões de emigrantes espalhados pelo mundo, de forma a garantir a sua legitimidade, dado que a emigração era uma das grandes farpas do regime anterior.

Para muitos portugueses a residir em França, a ideia, de certa forma revolucionária não só nacionalmente, mas também sob o ponto de vista internacional, de poderem votar nos que viriam a ser os dirigentes da sua pátria, apareceu cedo e com aparente naturalidade. A primeira referência que encontramos volta a ser de um dos documentos iniciais da APCP, que, logo em maio, requeria a criação de condições para que os emigrantes pudessem “participar na vida política da Nação, tendo o direito de voto a

¹⁸² Ferreira, José Medeiros. *Portugal em transe (1974-1985)*. Dirigido por José Mattoso. Vol. VIII. História de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1993: 200

¹⁸³ *Programa do MFA* em Neves, Orlando. *Textos históricos da revolução*. 1.ª ed. Teoria e prática, 4 8 12. Lisboa: Diabril, 1975:42

¹⁸⁴ Nos EUA e em França, a expansão para esta modalidade do voto foi feita em 1975 e 1976, respetivamente. Na RFA e no Reino Unido, só em 1985 é que seria consagrado, sendo que, no caso do segundo existiam limitações relativas ao número de anos que um cidadão podia estar fora de forma a manter o direito ao voto, revogadas apenas em 2022. Quanto aos países de emigração, em Espanha ainda se vivia numa ditadura, sendo que o direito de voto aos emigrantes foi consagrado em 1985. Na Grécia, os emigrantes só começaram a votar à distância em 2019. Em International Institute for Democracy and Electoral Assistance. *Voting from Abroad: The International IDEA Handbook*. Edição própria, 2007 encontra-se o estudo acerca do tema, que inclui dados sobre os países e regiões que, até 2008, permitiam, ou não, esta modalidade de voto.

¹⁸⁵ Ellis, Andrew. «The History and Politics of External Voting». Em *idem*: 44

contar das próximas eleições” assim como uma simplificação do processo eleitoral para os mesmos¹⁸⁶. A questão entrou rapidamente na ordem do dia dos jornais da emigração, que publicaram peças sobre o tema, assim como cartas de leitores com a sua opinião, sempre favorável, à expansão do voto para os emigrantes¹⁸⁷. Também nos primeiros contactos entre a nova SEE e os emigrantes, direito ao voto foi apresentada por estes como uma vontade importante, reportada no relatório da primeira Missão a Paris¹⁸⁸. Da parte das novas autoridades, as referências nos discursos, nos primeiros tempos, são escassas, sendo que única menção direta que localizámos foi na tomada de posse da Comissão encarregue de elaborar a lei eleitoral, pelo discurso do presidente da mesma, José Magalhães Godinho, garantindo que o alargamento do voto aos emigrantes ia ser tido “em devida conta”¹⁸⁹.

A relação entre o voto e o envio de dinheiro esteve sempre patente nos discursos relacionados com a eleição, o que não é de estranhar, tendo em conta o que Stéphane Dufoix nos lembra acerca da relação entre o voto e a contribuição do cidadão:

“The oldest democracies have carefully elaborated an essential difference between citizens living on the national territory and those living abroad. This distinction is entirely coherent with the fact that the exercise of the right to vote was considered to depend upon payment of taxes and thus residence on a territory”¹⁹⁰

Se, por um lado, os emigrantes portugueses não contribuía através da taxaço do trabalho e consumo (direto), o seu impacto na economia do país, com todas as *nuances* enunciadas anteriormente, tinha um peso significativo, originando um forte argumento para que lhes fosse atribuído o direito ao voto. Manuel Dias Vaz, destacado militante da emigração, escrevia, na *Presença Portuguesa*, que o direito ao voto devia ser conquistado pelos emigrantes, porque também contribuía para a vida económica do país, e no editorial de *O Emigrante* questionou-se “continuarão os Emigrantes a ser apenas «Mão d’Obra» e veículo de divisas, ou tornar-se-ão um dia cidadãos de parte inteira?”¹⁹¹.

¹⁸⁶1º Manifesto de *Adesão e apoio ao Programa da Junta de Salvação Nacional*, elaborado pela APCP, de 6 de maio de 1974 em AHPR, GB 1802 (maço II)

¹⁸⁷ No número especial de *Presença Portuguesa* (nº 87, junho de 1975, p.8), dedicado à Liberdade, os redatores lançaram o mote para que escrevam à revista sobre este tema. Meses depois, no nº89 (setembro de 1974), p.9 afirmam que nenhuma das cartas que receberam se manifestou contra

¹⁸⁸ Relatório *Remessas de Emigrantes - Missão a Paris e a Dusseldorf - Junho/Julho 1974*, fotocópia em em AHPR, GB 1802 (maço I)

¹⁸⁹ «Os emigrantes sempre vão às urnas fazendo parte dos vivos», *O Emigrante*, nº138 (5 de julho de 1974).

¹⁹⁰ Dufoix, Stéphane. *The Dispersion: A History of the Word Diaspora*. Brill’s Specials in Modern History, volume 1. Leiden Boston (Mass.): Brill, 2017: 451

¹⁹¹ *Presença Portuguesa*, nº87 (junho de 1974) e *O emigrante*, nº138 (5 de julho de 1974), p.10

Vasco Gonçalves desviou-se da questão eleitoral no seu discurso durante o “1º de maio” dos emigrantes, e Pedro Coelho, no mesmo dia, defendeu que foram os emigrantes que “votaram” contra o regime anterior através da sua saída, mas não deu perspectivas quanto à questão futura, provavelmente por ainda estar à espera do veredito saído da comissão que definia os moldes da eleição. No fim do mês de agosto, a comissão apresentava no relatório o seu parecer¹⁹², no qual se reportou que a questão do voto emigrante foi dos problemas com maior dificuldade na resolução. A comissão foi composta por representantes de vários partidos, todos juristas de formação: José Magalhães Godinho, militante do Partido Socialista (PS), e Ângelo Vidal de Almeida Ribeiro, próximo dos socialistas; Lino de Lima, militante comunista; Jorge Miranda e Barbosa de Melo, do Partido Popular Democrático (PPD); e Manuel João da Palma Carlos, próximo do MDP. No projeto final da comissão, os membros do PPD, apesar de não se mostrarem a favor de uma universalidade total do voto emigrante, votaram contra a limitação que saiu vencedora: “Ter filhos menores, cônjuge ou pais a residir habitualmente no território eleitoral, e dele haverem saído há menos de 5 anos”¹⁹³, No relatório apontou-se para o desenraizamento e também a falta de informação acerca do país por parte dos emigrantes que saíram há mais tempo, e que não mantinham laços familiares próximos, como as razões do condicionamento. Quanto à modalidade do voto, a comissão decidiu optar pela recomendação da “solução italiana”, por entender que não havia condições para um sufrágio justo nos consulados, dada a proximidade de muitos membros do corpo diplomático com o regime de posto, assim como por correspondência, devido à taxa de analfabetismo, com os membros do PPD, mais uma vez, a votar contra, defendendo o voto nos postos diplomáticos, por motivos logísticos.

Em setembro, o Conselho de Ministros votou maioritariamente contra o alargamento do voto a todos os emigrantes¹⁹⁴, e os ecos da decisão geraram celeuma nos meios de informação e canais de comunicação destes. Encontrámos 11 telegramas dirigidos (sobretudo) ao Presidente Spínola, de diversos pontos do mundo (dois deles

¹⁹² *Projecto de Lei Eleitoral para a Assembleia Constituinte*, 22 de agosto de 1974 aprovado pela Comissão disponível em https://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituente/med01160363j.html (consultado a 10 de agosto de 2023) . *Relatório da Comissão de elaboração do Projecto de Lei Eleitoral para a Assembleia Constituinte* em https://app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituente/med01160362j.html (consultado a 10 de agosto de 2023)

¹⁹³ Negrito nosso. Jorge Miranda, na declaração de voto, defendia que se devia alargar para 10 anos a baliza temporal, para coincidir com o “surto de emigrantes”, e também não colocar restrições aos que tinham ainda família em Portugal

¹⁹⁴ Pereira, Victor. «*Quel 25 Avril Pour Les op.cit.*: 53

telegrafados a partir de França), a reivindicar o voto emigrante. Num deles, lê-se uma opinião vinda dos arredores de Paris, a defender que os emigrantes “não perderam [a] cidadania portuguesa [e] reclama[m] participação [nas] grandes opções colectivas [da] reconstrução [do] Portugal democrático exigindo direito voto sem restrições”¹⁹⁵. Dos EUA, chegou ao Conselho de Ministros uma exposição que denunciava o estado de “apátrida político” em que a futura lei eleitoral deixava os que não estavam abrangidos pelas condições impostas¹⁹⁶. O CDS e o PPD tentaram capitalizar, através comunicados defendendo o alargamento da capacidade eleitoral. Estes foram publicados na capa do *Portugal Popular*¹⁹⁷, jornal esse que foi fortemente crítico, pelo menos até novembro, das condicionantes que se impunham.

A lei acabou por ser promulgada por Costa Gomes, no dia 15 de novembro de 1974, com alterações que faziam a diferença. Definiu, então, o Decreto-lei 621-A/74 que os portugueses residentes no estrangeiro podiam votar se tivessem filhos menores ou cônjuge a residir em Portugal **ou** a data de saída fosse posterior a 15 de novembro de 1969 (5 anos antes da lei ser publicada), e o recenseamento seria feito na rede consular. A modalidade em que seria feito o voto não estava discriminada no decreto-lei. Com alguma ambiguidade na interpretação, a legislação deixava dúvidas, nomeadamente sobre os que partiram para França em situação irregular. A regulamentação do recenseamento também não esclareceu todas as questões, além de requerer, em certos casos, documentação que só se podia obter em Portugal. Num documento da comissão de recenseamento, apontava-se como requisitos: para os que pretendiam votar pela aptidão dada através da primeira modalidade, era necessária uma certidão de nascimento do filho menor ou de casamento, bem como atestado de residência do filho ou cônjuge, passado pela Junta de Freguesia; para a segunda, requeria-se a exibição do passaporte, certidão passada pela SEE ou uma declaração das Junta de Freguesia da última residência¹⁹⁸. Na nossa interpretação, os requisitos não distinguem os emigrantes que fizeram a travessia de forma legal, dos que optaram pela clandestinidade, porém a obtenção de documentos para os segundos era mais difícil e incerta, sendo que nem todos tinham acesso, como era o caso dos homens com a situação militar irregular.

¹⁹⁵ Telegrama enviado a 19 de setembro de 1974, vindo de Le Chesnay, em AHPR GB. 2281

¹⁹⁶ «Emigrantes reclamam contra a forma como lhes é conferido o direito de voto» *O emigrante* nº141(20 de outubro de 1974)

¹⁹⁷ *Portugal Popular*, nº482 e 484 (24 de setembro e 1 de outubro de 1974)

¹⁹⁸ *As eleições para a Assembleia Constituinte* – documento da Comissão de Recenseamento junto do Consulado-Geral de Portugal em Paris, em ADN, PT/ADN/EMGFA/5DIV/013/0035/0022

No nº 3 da revista *25 de Abril*, a SEE defendeu a decisão tomada, invocando também o desenraizamento, e apontavam como injusta a influência que alguns emigrantes, nomeadamente os que viviam em ditaduras (Brasil e Espanha), que, segundo os redatores, em nada se identificavam ou preocupavam com Portugal, poderiam ter no rumo dos destinos dos portugueses¹⁹⁹. O carácter “conservador” de alguns emigrantes foi aqui mencionado, ainda que com uma ressalva, em que redatores afirmavam que alguns emigrantes são “injustamente apanhados” nessa rotulação de “reaccionários”. No mesmo texto argumenta-se que o voto emigrante existe e é inédito no mundo, ideia reforçada pelo Secretário de Estado, Pedro Coelho, que, em entrevista à PP, se defendeu dos críticos, que, segundo o próprio, desvalorizavam a existência, ainda que limitada, acusando-os de estarem ligadas ao antigo regime²⁰⁰. Já os representantes do MFA, nas sessões de esclarecimento organizadas em França, justificavam-se com a vontade de não alargar aos países da América e à África do Sul, pois o voto poderia servir as “forças da reacção”²⁰¹.

Em suma, na esfera governativa, os partidos mais ligados à direita defenderam a maior abrangência do voto emigrante, não necessariamente por motivos de mais justiça democrática, mas sobretudo por julgarem que sairiam favoráveis dessa opção. O mesmo aconteceu à esquerda, na razão inversa, que viu na maior abrangência uma possível vitória para o campo oposto, cumprindo com a lógica apresentada em *Voting from abroad*, no qual se defende que os governantes tenderam a liberar ou proibir o voto externo na medida em que entendiam que este os beneficiava ou prejudicava²⁰². A visão essencialista do emigrante como “conservador”, cujo “*ethos*” e também a origem rural (de muitos) os levaria a votar à direita, teve muito peso, visão essa, aliás, que continuou patente na literatura científica, como vimos. Por outro lado, na esfera civil, parece-nos que a vontade de muitos emigrantes, com especial foco nos que estavam interessados em participar ativamente, passou pela maior expansão possível. Mesmo os redatores da *Presença Portuguesa*, católicos progressistas cujas posições se foram aproximando do “centro” ao

¹⁹⁹ «O emigrante e as eleições», *25 de abril*, nº3 (janeiro de 1975),p.7

²⁰⁰ O redator deixa ainda uma nota, acrescentando às palavras do Secretário de Estado, com o exemplo do Bispo de Serviço dos Emigrantes, que nunca defendera os seus interesses durante a ditadura -«Entrevista de um redator da P.P. Com o Secretário Nacional da Emigração» *Presença Portuguesa*, nº94 (fevereiro de 1975) p. 8-9

²⁰¹ «O M.F.A. ao encontro do povo», *Idem*, p.5

²⁰² Em Braun, Naja e Maria Gratschew. «Introduction». Em *Voting from Abroad op.cit.*: 3., enuncia-se que os governantes do século XX, em diversos países, tenderam a aplicar ou vetar o voto externo numa lógica de manutenção de poder.

longo do PREC, continuaram a reivindicar o direito ao voto, ainda que compreendendo algumas restrições que podiam ser impostas.

Com o passar dos meses, as críticas dos emigrantes continuaram a chegar, mas, pelo que fomos capazes de localizar, em menor número, e a aproximação do ato eleitoral levou a que algumas associações dinamizassem ações para dar a conhecer os partidos aos emigrantes. A ligação entre o voto e as remessas continuou, e do *Comité d'Accueil Aux Portugais*, associação localizada em Lyon, chegou uma carta à SEE que, lamentando a discriminação da lei eleitoral, solicitava um reforço no esclarecimento, através de uma brigada do MFA, dada a proximidade do sufrágio, pedido esse que foi recusado, ainda que na resposta se enfatizasse o “trabalho de esclarecimento político e cívico que as Associações levam a cabo no seio da comunidade emigrante”²⁰³, trabalho esse que se realizou em vários pontos de França, com ou sem a presença das autoridades.

As eleições aproximavam-se, mas ainda havia dúvidas: qual a modalidade do voto? O plano definido foi votar nos consulados, mas certos países colocaram entraves na existência de assembleias de voto de outra nação em seus territórios²⁰⁴. As dúvidas quanto às garantias de justiça nas mesas também continuaram, ilustrada numa carta em que um homem, residente de Montataire e falando em nome do grupo de portugueses presentes numa sessão de esclarecimento, receava que, sem o saneamento dos consulados, o processo não seria democrático²⁰⁵. O Decreto-lei 114-A/75-, de 7 de março, definiu que o voto seria somente por correspondência, assim como as regras de contagem e escrutínio dos resultados, a unicidade do círculo da emigração e a garantia de pelo menos um eleito. O boletim de voto que chegou a casa dos emigrantes para preencher era mais pobre que os boletins em Portugal, na medida em que apenas seis partidos apresentaram candidato a este círculo: O PPD, o PS, O Movimento Democrático Português – Comissão Democrática Eleitoral, o partido Centro Democrático Social (CDS), o Partido Popular Monárquico (PPM) e a Frente Eleitoral de Comunistas Marxistas-Leninistas (FEC-ML).

²⁰³ Carta do Comité e resposta do IE, assinada pelo presidente Manuel Areias em MNE, DGACCP, 08.08/10

²⁰⁴ RFA e Suíça por exemplo, segundo revista *25 de abril*, nº 4 (fevereiro de 1975), p. 33, e mesmo em França, segundo Volovich-Tavares, Marie-Christine. «Les immigrés portugais en France et la “révolution des Œillets”». Em *De la Révolution des œillets au 3ème millénaire: Portugal et Afrique lusophone*, 147–64. Travaux et documents 7. Vincennes Saint-Denis: Université de Paris 8, 2000: 159

²⁰⁵ Carta de residente em Montataire, datada de 3 de fevereiro de 1975, em ADN, PT/ADN/EMGFA/5DIV/002/0006/020

| Resultado das Eleições Constituintes (1975) no círculo da emigração, por região e totais | | | | | | | | |
|--|-------|-------|---------|-----|-----|-----|------------------------|----------------|
| Partido | PPD | PS | MDP-CDE | CDS | FEC | PPM | Total de votos válidos | Total de votos |
| França | 317 | 1.102 | 583 | 73 | 173 | 8 | 2.256 | Sem informação |
| Total na Europa | 2.601 | 5.256 | 1.600 | 456 | 457 | 22 | 10.392 | Sem informação |
| Total na América | 5.574 | 1.000 | 399 | 352 | 49 | 19 | 7.393 | Sem informação |
| Resultado Geral | 8.385 | 6.327 | 2.025 | 846 | 485 | 44 | 18.112 | 18.385 |

Tabela 4. Fonte: 25 de Abril, nº5 (março/abril de 1975) e Mapa Nacional da Eleição para a Assembleia Constituinte (CNE)

Em França, houve um total de 2924 recenseados, e ainda que não seja possível calcular o universo total de emigrantes elegíveis à inscrição, é certo que estava muito longe até do número mínimo calculável²⁰⁶. Também não nos é possível, através da documentação que reunimos, saber a modalidade da lei (menos de cinco anos ausente, ou com família, ou até ambos) sob a qual os recenseados se inscreveram, sendo por isso difícil elaborar uma sociologia eleitoral fidedigna. Certo é que o “vencedor” foi a abstenção e desinteresse no ato eleitoral. O caso francês é particular, dada a percentagem ainda mais baixa de inscritos que noutros países (os residentes nos EUA e na RFA, que eram em menor número, inscreveram-se mais). Podemos apontar para a dificuldade em obter os documentos necessários para o recenseamento, é certo, mas a verdade é que, mesmo dentro dos inscritos em França, cerca de 22% não enviou a carta com o seu voto, um número superior à abstenção na generalidade dos recenseados no exterior (16.09%). A abstenção tornar-se-ia uma constante que acompanhou o círculo da emigração em todas as eleições desde então²⁰⁷.

O número total de votantes estava longe de ser representativo da globalidade. Muitos cortaram completamente com o país-natal, outros, apesar de manterem laços fortes, escolheram não participar. Albano Cordeiro lembra-nos que existem os que não conheciam os candidatos ou a política pela falta de informação, mas também os que, mantendo-se a par das notícias de Portugal, apenas não se interessam por “politiquices”. O sociólogo defende ainda que a não participação no sufrágio não está ligada diretamente ao desinteresse pela participação cívica, antes pelo contrário, como demonstrámos e continuaremos a demonstrar ao longo deste trabalho, “C’est dire que l’on peut être un citoyen actif, sans pour autant voter”²⁰⁸.

²⁰⁶ 229 848 trabalhadores permanentes portugueses entraram em França, segundo Ministério do Interior Francês, entre 1970-1974 - Pereira, Victor. *A ditadura de Salazar e a emigração...op.cit.:* 434

²⁰⁷ Cordeiro, Albano. «Le non-exercice des droits politiques par les Portugais de France». *Hommes & Migrations* 1256, n.º 1 (2005): 39–51.

²⁰⁸ Cordeiro, Albano. «Le non-exercice des droits op.cit.:40

Os resultados no território francês também fogem da “norma”. O Partido Socialista, tal como na generalidade do círculo da Europa, conquistou a maior fatia dos votos (49% em França e 51% no Círculo Europeu). No entanto o MDP e o PPD seguem uma razão inversa, quando comparados com a generalidade, sendo que, no território francês, 26% dos votos foram para o primeiro, e 14% para o segundo, enquanto na Europa obtiveram 15% e 25% respetivamente, sendo a França o único território onde o PPD não garantiu, pelo menos, o segundo lugar²⁰⁹. Um telegrama enviado ao MNE por Coimbra Martins, pode ajudar a explicar tal fenómeno. Enviado no mês a seguir à eleição, na preparação da visita do presidente, o embaixador reporta não ter conhecimento da existência de delegados do PPD²¹⁰, e na restante documentação não encontramos nenhuma referência a atividade do partido no país, ao contrário dos núcleos e comissões existentes do Partido Comunista Português (PCP) e do PS. A força do MDP deveu-se, presumidamente, à ausência do PCP nas listas do círculo eleitoral da emigração, que recusou apresentar candidato por entender que não estavam reunidas as condições democráticas necessárias²¹¹. Quanto ao CDS, obteve 4% nos dois universos, enquanto a FEC-ML, com a mesma percentagem do CDS no círculo do continente, conseguiu 8% dos votos entre os residentes no hexágono.

As regras de escrutínio e eleição estabelecidas, dada a unicidade do círculo eleitoral, deram vitória ao PPD (45.61%), que elegeu José Teodoro Jesus da Silva, com a maioria dos votos vinda do continente americano, particularmente dos EUA (3 446 dos 8 385). Vários autores, ao olhar para o resultado global, viram a vitória do PPD como mais uma prova da tendência à direita dos emigrantes²¹². Porém, no total dos partidos, o universo dos partidos de direita não obteve um número muito superior a 50%. Além disso, como viriam a demonstrar os vários atos eleitorais seguintes, existiu uma tendência para a divisão forte entre o sentido do voto da generalidade dos emigrantes europeus (que por vezes votaram mais em partidos de esquerda parlamentar), para os do círculo fora da Europa (em que a direita, tradicionalmente, vence). Não nos debruçaremos sobre o porquê

²⁰⁹ Relativamente às cidades africanas e asiáticas onde alguns emigrantes se inscreveram, não possuímos dados, porém os números são pouco significativos.

²¹⁰ Telegrama de Coimbra Martins para o MNE, 2 de junho de 1975, em AHD, Fundo MNE, Processos 330/FRA - Relações Bilaterais com a França (88118).

²¹¹ Em «Candidatos comunistas deputados do povo», *Avante!* (legalizado), nº45 (6 de março de 1975), explica-se que o comitê central entendeu que a publicação tardia das regras de recenseamento assim como a modalidade do voto nos consulados não eram justas.

²¹² Gaspar, Jorge, e Nuno Vitorino. *As eleições de 25 de abril: geografia e imagem dos partidos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1976; Brettell, Caroline B. «Emigration and Its Implications *op.cit* e consequentemente, por se basear em ambos, Cerezales, Diego Palacios, *Op.cit.*»

destas diferenças, sendo apenas necessário realçar a importância de uma matização na análise, sempre ausente em todos os estudos que tocaram no tema.

Depois de abril de 1975, as referências que encontramos na documentação acerca das eleições são muito escassas. Também nos discursos dos governantes a temática desaparece. Vasco Gonçalves, em Bruxelas, alongou-se no discurso acerca do ato eleitoral, mas a questão da representação dos emigrantes não foi mencionada. Na preparação da viagem de Costa Gomes, o embaixador em Paris, Coimbra Martins, enviou um telegrama ao MNE, sugerindo possíveis temas que eram sensíveis aos emigrantes, de forma a incluir no discurso a eles dirigido, sendo um deles a questão do voto²¹³. Porém, Costa Gomes não incluiria esse tema na sua alocução. O voto foi selado, e, pelo menos até às legislativas de 1976, a questão do alargamento eleitoral também pareceu.

²¹³ Telegrama de Coimbra Martins para o MNE, 28 de maio de 1975, em AHD, Fundo MNE, Processos 330/FRA - Relações Bilaterais com a França (88118).

3. Democratizar

3.1 Saneamentos

Existe um célebre *cartoon* de João Abel Manta, intitulado *Metamorfose*, com dois painéis em que vemos um funcionário do Estado sentado na sua escrivaninha. No primeiro painel, o sujeito tem, à direita, os seus carimbos, à esquerda um pequeno padrão quinhentista, e os retratos de Américo Thomaz e Marcello Caetano cobrindo a parede atrás de si. No quadrado ao lado, exatamente o mesmo homem, no mesmo local, mas com o cabelo comprido e bigode, a camisa aberta ao invés do fato, cravos em vez de carimbos e um boneco de punho erguido e espingarda na mão, cujas saias tapam o padrão. Um cartaz de Che Guevara substituiu os retratos, que deixaram marca do pó. Em ambos o funcionário mantém exatamente a postura e expressão sisuda no rosto. Em baixo de cada painel escreveu o artista, respetivamente, “24.4.74” e “24.8.74”. A caricatura é expressiva da situação da época: mudaram-se radicalmente as principais personalidades à frente do governo e administração, porém muitas das caras mantiveram-se, alterando-se apenas o cenário. No estrangeiro, afetando os sujeitos que estudamos, a permanência mais evidente, que acendeu vários sinais vermelhos e desencadeou queixas e ações coletivas, foi a dos membros da missão diplomática e funcionários dos postos.

Antes de mais é necessário esclarecer alguns pontos acerca do historial da relação entre o regime deposto, em 1974, e a sua rede diplomática, assim como entre esta e os milhares de emigrantes que estavam abrangidos no seu território de ação. Desde logo, referir que a missão diplomática estava subordinada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, que, segundo Pedro Aires Oliveira, representava um mundo ainda mais “à parte”, dentro da esfera governativa do regime de Salazar e Caetano. Os funcionários deste ministério provinham da elite do país, existiam práticas de “linhagens e dinastias” no seu seio, e o *modus operandi* seguia “códigos e rituais” distintos dos outros corpos do estado²¹⁴. Tais particularidades foram essenciais para perceber o processo de substituição (ou falta dela) de quadros e pessoal subordinados ao Palácio das Necessidades.

No estrangeiro, a missão diplomática dividia-se em dois tipos de posto, cujas funções não se alteraram durante esta cronologia, mantendo a maioria das competências, atribuições e hierarquias estabelecidas na lei orgânica do MNE, de 1966. À cabeça, a

²¹⁴ Oliveira, Pedro Aires «A esfera... *op. cit.* : 336-344

embaixada, instituição representante do Estado no estrangeiro, com o embaixador no topo da pirâmide. Este detinha tarefas de defesa dos interesses da nação que representava, assim como dos nacionais que habitavam no território onde estava localizada. Ao chefe da embaixada cabiam também funções de ordem negocial entre os dois países, o estreitamento de relações, bem como a atualização noticiosa acerca do país anfitrião. Existe apenas uma embaixada por país onde há missão, que, no caso de França, ainda hoje se situa no nº1 da Rue de Noisiel, em Paris. Depois, existiam os consulados, cujas funções variavam conforme a categoria, mas a quem eram atribuídas as tarefas de “*guichet*”, constantemente em contacto com os emigrantes, nos vários pontos do país, com distintas áreas de jurisdição. Pedidos de papéis, passaportes, pagamento de algumas taxas e emolumentos, ou outras rotinas administrativas eram tratados nestes locais. Os consulados eram coordenados a partir do Consulado-Geral, também em Paris, que além de dirigir e fiscalizar a rede, servia de intermediário entre o MNE e os postos consulares. Havia ainda distinção entre os vários tipos de Cônsul, que podiam ser de carreira, significando que provinham da carreira diplomática, ou honorários, que eram nomeados e não tinham necessariamente de ser portugueses, tendo algumas limitações nas funções. A nomeação dos postos que não fossem de carreira tinha, muitas vezes, razões políticas e de atribuição de favores, servindo como um prémio para os caciques, bem como a pessoas influentes na economia externa, como comerciantes ou empresários²¹⁵. Por fim, existiam ainda os vice-cônsules, e também os chanceleres, que podiam substituir o cônsul na ausência, sendo que os primeiros podiam tutelar um vice-consulado. Segundo o Anuário Diplomático de 1973²¹⁶, existiam, em França, 30 postos consulares, além do consulado geral. 10 destes eram de carreira: Paris (Consulado-geral); Bordéus; Clermont-Ferrand; Estrasburgo; Havre; Lyon; Marselha; Nogent-Sur-Marne; Tours e Versalhes. No total, entre cônsules, vice-cônsules os cônsules honorários, mais os chanceleres de cada um, contavam-se no anuário 60 cargos ocupados.

Para os emigrantes, ir ao consulado não era, geralmente, uma experiência agradável. Desde logo pela interrupção da vida quotidiana que representava, dado que, muitas vezes, tinham de perder um dia de trabalho para fazer longas distâncias ou ficar à espera em filas que dobravam esquinas, representando um custo duplo de tempo e dinheiro. O governo de Salazar não equipou os consulados com meios materiais e

²¹⁵ Pereira, Victor. *A ditadura de Salazar e a emigração...op.cit.*: 321

²¹⁶ Ministério dos Negócios Estrangeiros, ed. *Anuário diplomático e consular português*. Lisboa, 1973: 85-89

humanos para lidar com tanta procura, o que levava a uma maior morosidade no atendimento e nos processos. Os emigrantes, muitos vindos da ruralidade, tinham má memória deste tipo de procedimento e formas burocráticas, sendo que as práticas e ritmos do consulado lembravam as filas para os tribunais e o sentimento de injustiça perante a lei “concebida para os enganar”²¹⁷, que Riegelhaupt assinalara no seu estudo acerca da relação entre os camponeses e os corpos do Estado. Além de tudo isso, o preço a pagar pelos processos, taxas e emolumentos necessários era, por vezes, incompreensível para muitos emigrantes. Com Caetano, houve um reforço de meios que capacitou a rede, porém a relação entre esta e os emigrantes não adoçou, visto que, pelo facto de o enquadramento dos portugueses no estrangeiro ter continuado a ser feito por entidades externas à missão diplomática, primeiro com a assistência da igreja e instituições de caridade, depois as associações e até a delegação do secretariado nacional da emigração, aos consulados sobravam as tarefas mais burocráticas, que, conseqüentemente, mantinham a inimizade.

Além do mais, estes pontos eram a “«sombra» do regime no estrangeiro”²¹⁸, ou seja, representavam os mesmos homens que proibiam a emigração, que lançavam jovens para África combater e que geriam um aparelho repressivo que perseguia opositores e semeava medo e desconfiança na sua terra natal. A “sombra” não era apenas nas aparências, os postos diplomáticos faziam parte da rede de vigia do Estado Português em França. A PIDE não tinha agentes fixados no país, porém existia um vaivém frequente entre os dois países por parte de membros da polícia política, que, além da rede de informadores, contava com a ajuda, mais ou menos dissimulada, de muitos cônsules e funcionários dos postos²¹⁹. O crescente número de desertores, uns mais politizados que outros, mas a quem os cônsules tendiam a ser hostis²²⁰, contribuiu também para a manutenção da desconfiança e inimizade entre os emigrantes e os seus “representantes”. Tudo isto junto criava tensões fortes, que chegaram a desembocar em ações violentas, ainda antes da revolução.

²¹⁷ Riegelhaupt, Joyce Firstenberg. «Os camponeses e a política no Portugal de Salazar — o Estado Corporativo e o “apoliticismo” nas aldeias». *Análise Social* 15, n.º 59 (1979): 505–23.

²¹⁸ Paulo, Heloísa. «O Estado Novo e a emigração: alternativas e propostas». *Máthesis*, n.º 7 (janeiro de 1998): 318

²¹⁹ Sobre a questão da vigia dos portugueses em França e o papel dos cônsules cf. Pereira, Victor. *A ditadura de Salazar e a emigração...op.cit.:* 365-419

²²⁰ Oliveira, Pedro Aires «A esfera... op. cit. : 337

No dia 25 de abril de 1974, o desmoronamento do aparelho repressivo do Estado Novo, que, com todas as suas limitações (especialmente) no estrangeiro, condicionava a capacidade reivindicativa, abriu uma janela de oportunidade para que a população questionasse tudo e exigisse mais e melhor, em todas as dimensões da vida. As tensões acumuladas e inimizadas que se fermentaram durante anos desembocaram na ação coletiva quase imediata de alguns residentes em França, particularmente os que estavam na condição ilegal por terem negado serviço militar ou a mobilização para África, deslocando-se para os locais que simbolizavam a repressão - as embaixadas e consulados - mimetizando, em parte, a multidão que, no dia 25 de abril, se dirigiu em protesto para a frente da sede da Direção-Geral de Segurança.

No dia 2 de maio de 1974, o embaixador português em França Lencastre da Veiga enviou um telegrama ao MNE a reportar informação recebida sobre um “grupo armado [de] 10 indivíduos portador [de] bandeira vermelha” que na madrugada anterior tinham intenções de ocupar o consulado de Lille, tendo sido demovidos pela polícia local²²¹. Ainda no final desse dia, um grupo de residentes portugueses em França manifestou-se na Rue de Noisiel, em frente à embaixada. Não é certo que estes grupos pretendessem, ainda, a demissão e o saneamento do corpo diplomático, mas a escolha do local foi simbólica e demonstrativa da relação entre ambos. No primeiro manifesto da ACP, lançado no início de maio, o tom que marcaria a época também ainda não aparecia, mas já se reivindicava um melhor serviço dos organismos portugueses em França, nomeadamente mais respeito, competência e melhor acolhimento²²².

Em Lisboa, o Ministério dos Negócios Estrangeiros estava agitado desde o primeiro dia da revolução. Com a tomada de posse do I Governo Provisório, em meados de maio, o antigo ministro, Rui Patrício, foi substituído por Mário Soares, que, perante o receio dos diplomatas, deu garantias que se manteriam no posto desde que fossem fiéis ao novo governo. Soares, no entanto, não seria totalmente fiel à sua palavra, chamando, poucos dias depois de tomar posse, os mais importantes embaixadores ao Palácio das Necessidades, entre eles Lencastre da Veiga, com uma reestruturação em mente.

²²¹ Telegrama de Lencastre da Veiga ao MNE, 2 de maio de 1974, em AHD, Fundo MNE, Processos 332,20 Relações com a França (38281)

²²² 1º Manifesto de *Adesão e apoio ao Programa da Junta de Salvação Nacional*, elaborado pela ACPC, de 6 de maio de 1974 enviado à JSN, em AHP, GB 1802 (maço II)

Dois meses bastaram para o cenário se radicalizar neste campo, claramente visível num segundo manifesto produzido pela APCP, e enviado após um amplo processo de discussão interassociações. Exigia-se uma remodelação total dos serviços e administrações portuguesas em França, que deveriam ter representação de emigrantes. Além disso, a pretensão de melhoria do serviço descrito no primeiro manifesto alargou-se com a reivindicação de recrutamento de pessoal no seio da emigração, dando preferência a quem mantinha contacto próximo, conhecendo os problemas e vontades, mais formação para os funcionários, melhores meios materiais e o saneamento²²³. Este pedido não era um somenos, pois cortava com as décadas de indiferença, caciquismo e pertença à elite que os cargos representavam. Guiadas pelo espírito do programa do MFA, que previa o “**saneamento** da actual política interna e das suas instituições”²²⁴ a palavra entrou no dia-a-dia do “novo” Portugal, e o governo lançou o Decreto-Lei 277/74, de 25 de junho, que regulamentou o processo e definiu critérios sob os quais se podia sanear, criando a Comissão Interministerial de Reclassificação. A partir do verão de 1974, chegaram aos gabinetes em Portugal pedidos e apelos de diferentes pontos do Hexágono ao MNE, acusando cônsules e exigindo substituições.

Fora do Palácio das Necessidades, perante milhares de emigrantes, a 11 de agosto, Pedro Coelho abordou a questão no seu discurso, enfatizando a importância da colaboração entre a sua Secretaria de Estado e o MNE, bem como a necessária mudança nos consulados e embaixadas. Estes, segundo o Secretário de Estado, deviam passar a estar “verdadeiramente” ao serviço dos portugueses, com um atendimento mais acolhedor e que os protegesse, ao contrário do que afirmava acontecer durante o regime anterior, em que, segundo o próprio, se via nos consulados um inimigo. Além disso, seria também dever de os consulados funcionarem como agentes difusores de “informação objectiva”, contra os boatos que circulavam²²⁵.

Face a ausência de resposta suficiente por parte do MNE, e também outras entidades, o II Governo Provisório agiu com mais legislação, que reforçou a necessidade do saneamento e tentou acelerar o processo, abrindo assim uma nova fase na política de saneamentos no MNE. O Decreto-Lei 366/74, de 19 de agosto, forçou os ministros a criar

²²³ 2º Manifesto de *Adesão e Apoio aos Programas do Movimento das Forças Armadas e do Governo Provisório*, elaborado pela ACPC, de 30 de junho de 1974 enviado ao PR e ao 1º Ministro, em AHPR, GB 1802 (maço II)

²²⁴ *Programa do MFA em Neves, Orlando. Textos históricos da revolução*. 1.ª ed. Teoria e prática Lisboa: Diabril, 1975: 41. Sublinhado nosso.

²²⁵ «Novo programa para a emigração» 25 de Abril n.º1 (outubro de 1974), p. 12-13.

comissões ministeriais, regulando a composição e competências das mesmas. Soares nomeou João Pequito, que, segundo as descrições memorialistas recolhidas por Reis e Oliveira, era uma figura que se inseria, em certos aspetos, no *cartoon* que aludimos acima: um diplomata conservador, latifundiário, que a seguir ao 25 de abril apareceu como “grande esquerdista”²²⁶. O decreto-lei definiu também uma data-limite para a conclusão dos trabalhos: 31 de dezembro. A comissão ficou encarregue de enviar inspetores consulares mediante as queixas que chegavam, que averiguavam a fundamentação dos pedidos de saneamento e informavam o presidente, que então emitia um parecer ao MNE. Esta nova legislação foi acompanhada por um apelo da Comissão Interministerial à participação ativa dos cidadãos²²⁷, o que incentivou denúncias e movimentações, levando à abertura de processos em vários pontos do mundo.

A falta de ação do líder socialista gerou contradições no discurso do II Governo Provisório como um todo: por um lado, como vimos, o representante máximo da SEE, na altura ainda dependente do Ministério do Trabalho, apelou à mudança nas representações diplomáticas e foi acompanhado pelo reforço da legislação dos saneamentos. A estes dois atos ainda se juntaram as conclusões do I Encontro da Emigração, realizado de 21 a 23 de agosto, em que vários delegados a representar núcleos de emigrantes espalhados pelo mundo, juntamente com membros da SEE, consideraram “imprescindível” o saneamento das estruturas que trabalhassem com a emigração²²⁸. Por outro lado, Mário Soares era contra os saneamentos, e resistiu ao que pôde, mas foi obrigado a agir. Primeiro no verão, que mais tarde defendeu corresponder ao período em que se fez o “saneamento que era essencial, que era vital para o bom funcionamento da máquina do ministério”²²⁹. Para o líder do Partido Socialista, segundo Aires Oliveira, caso se tivesse dado uma “purga” acentuada, teria dado aso à entrada de comunistas no ministério, e além disso pretendeu manter uma aparência de normalidade para o exterior²³⁰. Foi logo nos primeiros meses que colocou nos mais importantes postos em França dois homens da sua confiança, ambos

²²⁶ Oliveira, Pedro Aires «A esfera... *op. cit.* e Reis, Bárbara, e Daniel Rocha. «Ninguém gosta de falar sobre os saneamentos no MNE». *Público (P2)*, 7 de agosto de 2020, sec. Investigação. Em <https://www.publico.pt/2020/08/07/politica/noticia/ninguem-gosta-falar-saneamentos-mne-1927345>

²²⁷ Rezola, Maria Inácia. «Punir ou perdoar? A difícil gestão do passado ditatorial no Portugal democrático – O caso dos saneamentos». *Estudos Ibero-Americanos* 45, n.º 3 (6 de dezembro de 2019): 31.

²²⁸ «I Encontro sobre Emigração», *25 de Abril*, nº1 (outubro de 1974), p. 25

²²⁹ Reis, Bárbara, e Daniel Rocha. «Ninguém gosta de falar sobre o... *op.cit.*

²³⁰ Oliveira, Pedro Aires «A esfera... *op. cit.* : 339

fundadores do Partido Socialista: o Consulado-Geral, que se encontrava vago²³¹, foi encarregue a Luís Gaspar da Silva, logo em junho. Já a embaixada passou a ser tutelada por António Coimbra Martins, a contragosto de Spínola²³², no início de agosto, substituindo Lencastre da Veiga, que foi transferido para Buenos Aires, onde já tinha estado, representando uma despromoção.

Na segunda “leva”, que João Pequito encabeçou, os resultados levantam dúvidas. Segundo estatísticas da época, 87 funcionários tiveram um processo até ao fim de 1974, mas somos levados a crer que estes não tenham originado mais do que transferências de posto, nos processos de funcionários colocados em França²³³. Após o 11 de março, o saneamento voltou a estar “na berlinda” em Portugal, mas nem a nova legislação que pretendia dar um novo fulgor ao processo no geral²³⁴, nem o “Verão Quente”, nem o “arrefecimento” do titular da pasta dos negócios estrangeiros, durante o VI Governo²³⁵, foram suficientes para que uma mudança efetiva acontecesse no MNE, que continuou, até aos anos 80, a guiar-se pela mesma lei orgânica de 1966, tempo em que Franco Nogueira ainda encabeçava Ministério²³⁶.

Os resultados que saíram do trabalho da comissão do MNE são ambíguos e muito incertos ainda hoje, tendo gerado até a ideia de que o Palácio das Necessidades foi imune ao turbilhão político do PREC²³⁷. As condições de acesso não nos permitiram consultar detalhadamente os processos localizados na ANTT, mas segundo a informação dada pelos arquivistas, no total existiram pelo menos 144 processos, sendo que no mínimo 12 diziam respeito a funcionários ou diplomatas a exercer o trabalho em França. Note-se que nem

²³¹ Segundo a lei orgânica do MNE, nesta situação, as funções seriam desempenhadas pelo Cônsul Adjunto, que, no caso de Paris, era Filipe Orlando de Albuquerque, que viria a ser retirado do posto precisamente no mesmo mês em que o novo cônsul-geral foi nomeado.

²³² Despacho de Spínola enviado a Mário Soares, 6 de agosto de 1974, em AHPR, GB. 2281.

²³³ Em Maurício, Artur, e Castelo Branco Gonçalves, *Saneamento na função pública*. Lisboa: Diabril, 1975 reportam-se zero medidas aplicadas no MNE e zero processos apreciados pela Comissão Interministerial de Reclassificação.

²³⁴ Decreto-lei 123/75 e 124/75, de 11 de março

²³⁵ Durante o V Governo, o cargo foi ocupado por Mário Ruivo, e apesar do radicalismo demonstrado, não parece ter sido levado a sério. No governo seguinte, a pasta voltou a Melo Antunes, da ala “moderada” do MFA. Reis, Bárbara, e Daniel Rocha. «Ninguém gosta de falar sobre os saneamentos no MNE». *Público (P2)*, 24 de julho de 2020, III parte da Investigação. Em

²³⁶ Apesar de, durante biénio revolucionário, ter havido algumas alterações (nomeadamente no Decreto-lei 308/74, de 6 de julho e Decreto-lei 649/75, de 18 de novembro), a lei orgânica do MNE só viria a ser alterada com o Decreto-lei 529/85, de 31 de dezembro de 1985, mais de uma década depois do 25 de abril.

²³⁷ Reis, Bárbara, e Daniel Rocha. «Agosto de 1975 no MNE, o mês que assustou “a casa”». *Público (P2)*, 14 de agosto de 2020, Investigação. Em <https://www.publico.pt/2020/08/14/politica/noticia/agosto-1975-mne-mes-assustou-casa-1928051>

todos os processos foram de saneamento, sendo que, por exemplo, pelo menos um ocorrido em França tinha como objetivo a readmissão de funcionários, e existiram ainda outros casos diferentes. Também algumas das movimentações de posto ocorreram sem que a comissão abrisse processo, trazendo dificuldades no apuramento de visados. Um trabalho profundo no arquivo seria, portanto, necessário para descortinar todas as nuances dos saneamentos do MNE, o que não foi possível na presente investigação dada a política nacional de arquivo.

De forma a obter algumas conclusões para estudar o caso francês, optámos por outro método, ainda que limitado. Através da comparação entre os Anuários Diplomáticos de 1973 e 1979²³⁸, seguimos o caminho de alguns dos membros do corpo diplomático. Este método não abrange todos os funcionários que tiveram um processo, uma vez que o anuário só lista alguns dos cargos, nomeadamente embaixador; conselheiros, adidos e secretários da embaixada; cônsul; vice-cônsul; e chanceler de consulado. Note-se que os funcionários de cada posto (secretários, dactilógrafos, administrativos, contínuos, etc.) não contam neste registo, mas sabemos que alguns dos processos foram abertos sobre eles.

Com o que pudemos apurar, as conclusões foram as seguintes: em primeiro lugar, dos 60 postos ocupados em 1973, 30 deles mantinham-se em França, frequentemente com o mesmo cargo, em 1979. 10 desses, pertenciam aos consulados de carreira que existiam em 1973, já os outros ocupavam lugares honorários. O cargo com mais manutenções foi o de chanceler, seguido de vice-cônsul. Quanto aos cônsules, distinguimos três caminhos distintos, sendo que alguns não foi possível rastrear. O primeiro, da manutenção no posto, que ocorreu com o Cônsul Honorário de Arras. O segundo, uma transferência inter-consular interna, que neste caso representou uma promoção, em que o antigo cônsul de 2º classe, colocado em Havre, Godinho Gueifão, passou para Cônsul de Carreira em Toulouse, cargo que não existia. Por fim, a transferência para outro posto, geralmente menos prestigioso, ou mesmo para o Palácio das Necessidades. Além do embaixador, que abandonara o posto antes desta “nova vaga” levantada pelo segundo decreto-lei, o cônsul de Clermont-Ferrand Mesquita de Brito foi transferido para Belgrado, e o de Nogent-Sur-Marne, Justo da Silva foi para Santos, no Brasil, ambos em novembro de 1974. No mês seguinte, o cônsul de Tours, Gomes Nemésio foi para Barcelona; já o de Marselha,

²³⁸ Entre 1974 e 1978 não foram publicados estes volumes.

Mendes Cruz, abandonou o posto e foi para o Palácio das Necessidades. O antigo cônsul adjunto de Paris, Filipe Orlando de Albuquerque, que tinha sido afastado em junho, passou a desempenhar funções de conselheiro na embaixada, também em dezembro. Estes foram alguns dos caminhos, que nem sempre levaram a abertura de processo, sendo feito “pelos corredores”.

A ausência de resultados concretos deu aso à manutenção no descontentamento por parte de muitos portugueses em França, que continuaram a usar os mecanismos ao dispor, nomeadamente cartas de protesto e os cadernos reivindicativos para expressar a vontade de mudança. A expressão máxima da contestação, e também o acontecimento que se assemelhou mais ao que se passava dentro das fronteiras portuguesas, foi a ocupação do Consulado de Nantes, por um grupo de portugueses radicados na cidade, que decorreu entre os dias 13 e 17 de dezembro de 1974. A luta não apareceu de um vazio²³⁹. Nos meses anteriores, houve uma série de etapas e apelos que incluíram o envio das reivindicações ao Governo Provisório, em junho; com a retórica de participação proveniente da Comissão Interministerial, a participação ganhou força e passou a exigir a substituição do cônsul em agosto; e um frisar de posição com o envio ao MNE das queixas, em setembro. Sem respostas, o Movimento Autónomo de Portugueses Imigrados (MAPI) e o Comitê de Apoio à Revolução ocuparam as instalações durante quatro dias, exigindo: o imediato despedimento do Cônsul Idalino de Oliveira e Cruz, um homem particularmente próximo ao regime deposto; a eleição democrática de um novo cônsul; e a criação de um consulado volante que prestasse serviço aos núcleos de emigrantes mais dispersos. Os ocupantes, contudo, perderam o confronto, porém o resultado nestas duas fontes é contraditório com a bibliografia: na versão de Manuel Dias Vaz, o cônsul manteve-se no posto, enquanto em *Presença Portuguesa* (para onde o próprio escrevia), a destituição do diplomata foi obtida e reporta-se que o consulado passaria a ter um “cônsul em vez de um vice-cônsul”. No Anuário Diplomático de 1979, o Consulado de Nantes aparece como consulado de carreira, ao invés de honorário, o que poderá descodificar esta última frase da revista, porém Oliveira da Cruz manteve-se no rol de funcionários, mas com uma despromoção para vice-cônsul, face ao que estava

²³⁹ As informações deste parágrafo provêm de Volovitch-Tavares, Marie-Christine. «La Révolution se gagne au Portugal, mais elle se défend en France». *Migrance*, n.º 43 (2014): 19-28 e «Acção dos portugueses de Nantes contra o consulado», *Presença Portuguesa*, n.º94 (fevereiro de 1975), p. 16. A primeira referência corresponde a uma entrevista a Manuel Dias Vaz, que foi exilado político e sindicalista em França, que se destacou pelo trabalho militante entre os meios da emigração, nos anos antes, durante e depois do 25 de abril.

descrito no volume de 1973. É então seguro afirmar que o diplomata se manteve no mesmo local, ainda que tenha sido despromovido.

Em suma, os saneamentos do MNE foram poucos e nos casos que ocorreram a tendência foi para que não resultassem num real afastamento. Não tendo informação suficiente para responder ao porquê desse fenómeno, deixamos uma hipótese, com base no estudo de António Costa Pinto²⁴⁰. O autor, num trabalho que fez sobre saneamentos, defendeu que a quantidade de processos se relacionou com a força (ou falta dela), das comissões de trabalhadores dos ministérios, que, inclusive, visaram postos mais baixos nas hierarquias. Como vimos, o MNE era um “mundo à parte” e, apesar de terem existido alguns diplomatas “vermelhos”, utilizando a expressão referida na investigação do *Público*, e funcionários que se inclinassem à esquerda, as particularidades e mecanismos do Palácio das Necessidades não permitiram que mudanças consideráveis fossem adiante, optando-se por soluções mais discretas. Pode-se argumentar que se deveu à aversão de Soares pelos saneamentos, mas essa teoria perde força quando notamos que com o ministro socialista fora do ministério, durante os IV e sobretudo V GP’s, com Melo Antunes e Mário Ruivo, respetivamente a tutelar a pasta, e o Conselho da Revolução a tutelar a Comissão Interministerial, também não se concretizou uma política de saneamentos, enquanto noutras áreas a radicalização foi crescente²⁴¹.

Com outros documentos, artigos e cartas, vemos que, nos meses seguintes, a ausência de respostas continuou na cabeça de alguns emigrantes. A queixa mais comum foi a de não ter havido saneamentos suficientes, porque, como se escrevia em *Presença Portuguesa*, “substituir um homem não chega para reestruturar a máquina que tem muita ferrugem”, sendo necessário “trocar muitas peças”²⁴². Quem se dirigiu às autoridades defendia ser necessário uma remodelação nos serviços e as acusações foram várias e variadas. Uns diziam que o cônsul não os respeitava, outros que não ajudava e prestava mau serviço. Houve acusações de filiação com o regime deposto, à PIDE e aos seus ideais e políticas, e de agir “contra a revolução”. Queixaram-se de taxas abusivas e de discriminação. No fundo, os emigrantes pretendiam alterar e democratizar as relações

²⁴⁰ Pinto, António Costa. «Political Purges and State Crisis in Portugal’s Transition to Democracy, 1975—76». *Journal of Contemporary History* 43, n.º 2 (2008): 305–32.

²⁴¹ Sobre as temporalidades do processo de saneamentos nos vários ministérios, órgãos do Estado, exército, polícia política, setores económicos e média cf. *idem e Rezola, Maria Inácia. «Punir ou perdoar? A difícil gestão do passado op.cit.*

²⁴² «O Governo Provisório atento às reivindicações dos emigrantes» *Presença Portuguesa*, n.º93 (janeiro de 1975), p. 7

com os que, na teoria, eram os seus representantes. Pedro Coelho defendeu-se numa entrevista a *Vida Mundial*, afirmando que na Delegação de Paris tinham sido feitos os ajustes necessários, e que as queixas que chegavam à sua Secretaria eram reencaminhadas para o MNE²⁴³. Contudo, as respostas, como vimos, não chegavam no concreto, dando aso a que a mesma revista escrevesse claramente que “O 25 de abril não chegou à emigração”²⁴⁴.

3.2 Segurança Social

O período a seguir ao 25 de abril, em Portugal, ficou marcado por uma mudança rápida na perceção acerca da necessidade de uma melhor e mais abrangente política social, com as bases da mesma a serem lançadas no programa do MFA e, sobretudo, do I Governo Provisório²⁴⁵. Os 12 anos anteriores tinham sido de mudança neste campo, com um grande aumento na cobertura da segurança social, mas que ainda era muito insuficiente quando vemos a quantidade de pessoas não abrangidas (mais de 50%) e com um atraso relativamente aos restantes países europeus²⁴⁶. Contudo, os milhares de portugueses a trabalhar no estrangeiro estavam sujeitos a regimes especiais, consoante o acordo convencionado entre Portugal e o país anfitrião, que no caso francês, tinha tido a sua mais recente versão assinada em 1971, com a entrada em vigor no país em abril de 1973. O sistema tinha muitas falhas, tanto do lado da administração francesa, como por parte dos serviços sociais do Secretariado Nacional da Emigração e da Caixa Central de Segurança Social dos Trabalhadores Migrantes, o que obrigava a ação de outras entidades para as colmatar, nomeadamente a Igreja Católica e as estruturas associativas francesas e também portuguesas.

Em França, os trabalhadores portugueses, em situação regular, estavam abrangidos pela Segurança Social Francesa²⁴⁷, com os devidos descontos mensais e, na

²⁴³ *Vida Mundial*, «Em Paris, o Secretário de Estado da Emigração à V.M. Queremos Ouvir os Emigrantes» nº1865 (12 de junho de 1975), p.55

²⁴⁴ *Idem* p.51

²⁴⁵ Costa, André Luís. «A criação do sistema português de Segurança Social : 1962-1984». Tese de Doutoramento em História, Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora, 2021: 253

²⁴⁶ Costa, André Luís. «A Proteção Social Durante o Estado Novo: Evolução e Enquadramento Internacional». Em *Temas de História Contemporânea*, 335–62. Conferências & Debates Interdisciplinares 3. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021.

²⁴⁷ Este parágrafo contém informações obtidas em «Segurança Social e acidentes de trabalho em França», 25 de abril nº 3 (janeiro de 1975) p.19-21 e «Segurança Social e acidentes de trabalho em França», nº4 (fevereiro de 1975) p. 17-19, e em *Interessa Saber*, nº1 (abril de 1975) e 2 (outubro de 1975) e no documento *Aspectos mais urgentes relativamente à Convenção Franco-Portuguesa* que está em AHD, DGACCP 12/01

teoria, tinham as mesmas bonificações e apoios dos colegas franceses: subsídio de desemprego e férias; pensões de velhice, invalidez ou de sangue. Existiam seguros de acidentes de trabalho, providenciados por instituições ligadas ao Estado Francês, com direito ao reembolso total dos custos do tratamento e pagamento de parte do ordenado em caso de baixa e indemnizações. A assistência médica e medicamentosa geral era também providenciada, através de um reembolso de 75%, e tinham direito a escolher onde queriam ser atendidos, ou até optarem por receber tratamentos em Portugal (neste caso por um médico indicado), ainda que esta modalidade fosse limitada a um período máximo de 6 meses, na maior parte das doenças. Também os familiares do trabalhador emigrado tinham direito a este regime de assistência médica, mesmo que residissem em Portugal (desde que não estivessem inscritos no sistema português, e, no caso dos pais e sogros do trabalhador, não auferissem um salário superior ao estipulado). As reformas podiam ser reclamadas a partir dos 65 anos e havia a possibilidade de pedir reembolso caso o beneficiário tivesse menos de cinco anos de descontos. Quanto aos abonos de família, se os descendentes, até aos 20 anos de idade, residissem em França, o trabalhador emigrante recebia o abono conforme a lei em vigor. Caso residissem em Portugal, o valor recebido era inferior e expirava quando os filhos completassem 15 anos. Os emigrantes clandestinos que não tinham a situação regularizada não eram abrangidos por estas condições.

Com a mudança do regime, também a necessidade de renegociar acordos e melhorar as condições dos portugueses no estrangeiro foi prontamente tida como essencial, tanto pelos emigrantes, como pelas novas autoridades portuguesas. Ao longo dos meses seguintes, nos contactos directos entre a SEE e os emigrantes, e também no expediente das novas autoridades e na Imprensa, chegaram ecos da vontade de muitos em ver alterações no âmbito da segurança social. O relatório da primeira Missão a Paris revela que, ao contactar com a população emigrada, pediu-se mais informação quanto aos direitos que o trabalhador emigrado tinha, assim como uma atuação mais próxima dos assistentes sociais, dado que o “desconhecimento da língua e a complexidade da legislação sobre a matéria”²⁴⁸ trazia dificuldades no acesso a abonos ou subsídios que os abrangiam. No mesmo relatório, além do estudo acerca da questão das remessas, destacou-se também o objetivo de “divulgar a existência dum «Serviço Social»” da SEE

²⁴⁸ Relatório *Remessas de Emigrantes - Missão a Paris e a Dusseldorf - Junho/Julho 1974*, p.26 fotocópia em AHPR , GB 1802 (maço I) p. 26

em Paris, mostrando que ainda existia um desconhecimento, e sobretudo desligamento, de muitos acerca dos serviços do Estado Português em França. No *Jornal de Notícias*, reportou-se que trabalhadores portugueses da Renault enviaram a Mário Soares um texto a solicitar a “revisão total” dos acordos, que consideravam “atentatórios das liberdades democráticas e dos direitos dos trabalhadores”²⁴⁹. Em finais de junho, a APCP foi mais além nas exigências: no seu segundo manifesto²⁵⁰, enviado ao Presidente da República, ao Primeiro-Ministro e ao Secretário de Estado da Emigração, apresentou os pontos que se entendeu serem necessários alterar no acordo. No princípio de agosto reforçaram a exigência, com o envio a Pedro Coelho de um novo documento com ainda mais detalhe, intitulado *Eliminar as Lacunas da Convenção Franco-Portuguesa de Segurança Social*²⁵¹. Para esta associação, cujo presidente, como já vimos, tinha um conhecimento profundo acerca do tema, derivado da sua atividade de assistente social, enunciou uma série de falhas a colmatar na revisão da convenção.

No documento declarava-se que o acordo de 1971 tinha sido um avanço, mas que ainda não abrangia o suficiente. Porém o acordo, para a APCP, também andou para trás noutros aspetos, nomeadamente ao retirar abonos sobre os netos órfãos de trabalhadores emigrados e a não dar os devidos abonos de família nos casos em que um filho se encontrasse a residir em Portugal e outro em França. Quanto à assistência médica prestada em Portugal, a associação reclamava que os seis meses de tratamentos financiados pela caixa francesa eram insuficientes em alguns casos e que os trabalhadores perdiam a possibilidade de escolher o médico, sendo que muitas vezes a deslocação era difícil e as burocracias complicadas. Também a pouca clareza do acordo levantava dúvidas: e se o trabalhador, findo o período que podia estar em Portugal a receber tratamentos, optasse por voltar a França para os continuar, ainda tinha de pagar os custos? E se nesse período em que se deslocou a validade da carta de estada terminasse? Entre outras questões. Quanto aos abonos recebidos, este grupo destacava a injustiça no limite de idade para os filhos de emigrantes abrangidos (15 anos e caso tivesse invalidez 20), e também a incoerência uma vez que tanto em França, como em Portugal, o apoio era abonado a famílias com filhos até aos 20 anos. Também o valor foi contestado, sendo que

²⁴⁹ «Portugueses em França solicitam a revisão de acordos "antigos"», *Jornal de Notícias*, 3 de junho de 1974.

²⁵⁰ 2º Manifesto *Adesão e Apoio aos Programas do Movimento das Forças Armadas e do Governo Provisório*, 30 de junho de 1974. Em AHPR, GB 1802 (maço II)

²⁵¹ Documento de APCP, endereçado a Pedro Coelho, com o título *Eliminar as Lacunas da Convenção Franco-Portuguesa de Segurança Social*. Em AHPR, GB 1802 (maço II)

correspondia a um número inferior ao que era abonado caso os filhos residissem em França.

Nalguns casos, também se demonstrou esperança pelo elevar de condições dos portugueses que ficaram, provavelmente derivado da presença das famílias e laços fortes com o país de origem, ilustrado em duas cartas publicadas na *Presença Portuguesa* de Julho/agosto. Um grupo de Mende pedia “As mesmas vantagens sociais que em França”, e um outro leitor escrevia a sua esperança na universalização das reformas e da caixa de previdência, assim como um melhor atendimento médico²⁵².

A resposta dos Governos Provisórios a estas aspirações iniciais não podia ser muito mais do que discursiva, uma vez que o último artigo da convenção de 1971 estipulava que a sua denúncia para revisão tinha de ser notificada até três meses antes de completar um ano em vigor, caso contrário autorrenovar-se-ia. Posto isso, a revisão só poderia acontecer no ano seguinte, mas Pedro Coelho, perante os milhares de emigrantes no Estádio 1º de Maio, garantiu que a sua secretaria estava a trabalhar em medidas importantes, nomeadamente, em colaboração com o MNE, na “revisão de acordos de emigração existentes e a criação de novos acordos com países onde eles não existam, de modo a trazerem verdadeiras garantias de proteção aos nossos emigrantes no respeitante a salários, no respeitante a segurança social e no respeitante ao direito de habitação e a assistência médica”²⁵³.

No I Encontro da Emigração, os delegados foram unânimes em considerar que era urgente rever acordos e estabelecer novos, e que estes deviam “ter como objectivo exigir do país de acolhimento a garantia da plena e efectiva igualdade de direitos dos trabalhadores emigrados com os trabalhadores nacionais do país em questão”²⁵⁴. Previu-se também a participação dos próprios emigrantes na elaboração dos mesmos, através dos seus representantes organizados numa comissão, juntamente com os sindicatos do país onde viviam e o Governo Português, e estipularam algumas questões concretas, vistas como essenciais. Primeiramente definiram que os textos deviam ser precisos e claros, “de forma a não permitir que cada um possa «interpretá-lo» da maneira que mais lhe convier”²⁵⁵, mostrando que a desconfiança perante as autoridades ainda estava bem

²⁵² *Presença Portuguesa* nº88 (junho/agosto de 1974) p. 9 e 13

²⁵³ «Novo programa para a emigração» 25 de abril nº1 (outubro de 1974) p.13

²⁵⁴ «I Encontro sobre Emigração», *idem* p. 24

²⁵⁵ *Ibid.*

presente, não apenas por se depararem com casos concretos (no texto publicado faz-se a abordagem que esta prática era “velho hábito dos patrões”²⁵⁶), mas por toda a bagagem que muitos traziam do meio rural português, onde “as leis são «deles»”²⁵⁷, feitas para prejudicar a pessoa dita “comum” e beneficiar os funcionários do Estado e seus “clientes”. Em segundo lugar, pretendia-se acabar com a discriminação salarial e com as diferenças nos “direitos de expressão e organização” em relação aos nacionais, bem como as discrepâncias nos abonos entre os que emigram com ou sem a família. Por fim, o direito ao alojamento e à qualificação profissional são mencionados, sendo que abordaremos o primeiro num ponto próprio.

No outro lado da bilateralidade, a administração francesa também tinha interesse em rever o acordo. Este período foi um tempo charneira no país das seis pontas, cujo marco utilizado usualmente pela historiografia para dividir entre um antes e um depois foi a suspensão da imigração, anunciada pelo Conselho de Ministros Francês a 3 de julho de 1974. A medida foi implementada com o argumento de combater o desemprego gerado pela crise económica, mas como lembra Laurens, ela vem de uma continuidade de práticas e decisões administrativas do passado recente, que tinham vindo já a implementar medidas de carácter restritivo (como as circulares de Schumann, em 1968, e de Marcellin-Fontanet, em 1972)²⁵⁸. Com a proibição, o governo francês anunciava também medidas que visavam a melhoria na qualidade de vida dos seus imigrantes, prometendo mais financiamento nos organismos que a eles estavam ligados, reestruturar e simplificar processos, formar trabalhadores para garantir a sua promoção e terminar de vez com a clandestinidade que viam como prejudicial²⁵⁹.

Sobre as prioridades da SEE, o Decreto-Lei 763/74, que estabeleceria sua orgânica e competências, definiu como atribuições da mesma vários pontos que foram vistos como essenciais. Primeiro o de “Fomentar [...] a celebração e o aperfeiçoamento de acordos internacionais sobre emigração”, participando nas negociações. Depois, devia também “Actuar, através das autoridades diplomáticas ou consulares competentes, junto das autoridades e organismos do país de acolhimento”, de forma a garantir que estes tomassem as devidas medidas para promover o emigrante e estabelecer a igualdade

²⁵⁶ *Ibid.*

²⁵⁷ Riegelhaupt, Joyce Firstenberg. «Os camponeses e a política no Portugal de Salazar — o Estado Corporativo e o “apoliticismo” nas aldeias». *Análise Social* 15, n.º 59 (1979): 513

²⁵⁸ Laurens, Sylvain. «“1974 ” et la fermeture des frontières. Analyse critique d’une décision érigée en turning-point». *Politix* 82, n.º 2 (2008): 69–94.

²⁵⁹ «Noticiário» *Emigração mês-a-mês* n.º1 (outubro de 1974) p. 23

perante os trabalhadores nacionais, mas também devia a SEE servir de veículo de auxílio na promoção, proteção e enquadramento. Por fim, era fulcral que os emigrantes conhecessem os seus direitos e por isso também cabia à SEE, mais concretamente ao Instituto de Emigração, a tarefa de “Esclarecer o emigrante quanto aos seus direitos e deveres, nomeadamente nos aspectos sindical, de condições e regime de trabalho e de segurança social, e providenciar pela defesa dos seus interesses”²⁶⁰, necessidade essa reforçada no 1º encontro de Delegados do IE, em fevereiro de 1975²⁶¹. Em abril, saiu o primeiro número de *Interessa saber* (Il faut savoir), um pequeno folheto com informações acerca de tais direitos e instruções detalhadas sobre como beneficiar, sendo a edição de lançamento dedicada à assistência médica.

Aos gabinetes da SEE, e também do MFA continuaram a chegar, nos meses seguintes, queixas avulsas sobre dificuldades e injustiças nos seus casos quotidianos. Uns lamentavam a barreira linguística no atendimento médico e da burocracia francesa²⁶², outros queixavam-se do mau atendimento por parte dos funcionários públicos portugueses²⁶³. Este segundo conjunto de queixas, que encontramos no ACR e no A5D, tinha um carácter particular pela tentativa de aproximação individual ao poder, através da carta escrita, que nesta cronologia parecia mais acessível através do “agente” de “ascensão colectiva” e de resolução de problemas que o MFA representava²⁶⁴. Como dizia o slogan, “O povo está com o MFA”, e muitas cartas de emigrantes, quer sobre este tópico, ou outros, parecem demonstrar que o Processo Revolucionário representou um hiato no “Distanciamento histórico [do poder] que a passagem do Estado autoritário ao Estado democrático não havia feito desaparecer”²⁶⁵, defendido por Manuel Villaverde Cabral. Segundo o autor, tal distância do poder em Portugal tem como uma das evidências a falta das “upwards letters” de que falámos na introdução (ainda que não utilize a expressão de Lyons). Embora não tenhamos noção real de quantas cartas foram enviadas ao MFA (e também aos ministérios), a nossa busca arquivística passou por centenas de dossiers e pastas cheios delas, já para não falar dos que se encontram perdidos ou com o

²⁶⁰ Decreto-Lei 763/74, de 30 de dezembro de 1974

²⁶¹ «1º encontro de delegados da Secretaria de Estado da Emigração» *Emigração mês-a-mês* nº5 (fevereiro de 1975), p. 23

²⁶² «Cartas de emigrantes - Uma interpretação», *Emigração mês-a-mês* nº6 (abril de 1975) p. 39

²⁶³ Exemplo em carta de homem residente em Gonesse, enviada ao MFA em fevereiro de 1974, em ADN PT/ADN/EMGFA/5DIV/002/0005/018

²⁶⁴ Santos, Boaventura Sousa. *Op.cit.*: 26-29

²⁶⁵ Cabral, Manuel Villaverde. «Despotismo de estado e sociedade civil real em Portugal: distância ao poder, comunicação política e familismo amoral». Em *Razão, Tempo e Tecnologia. Estudos em homenagem a Hermínio Marfins*, 157. Lisboa,: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.

acesso restrito, mas descritos nos catálogos. A existência de cartas de emigrantes em particular também evidencia isso, face dada a desconfiança que muitos apresentavam sobre a administração, especialmente local, sendo um dos fatores que conduziu à emigração clandestina²⁶⁶. Ora, nas cartas que indicamos, os emigrantes tentaram chegar a um poder que estava, literal e figurativamente, “longe”, para resolver um problema que estava “perto”.

Quanto às pretensões do governo português na revisão do acordo com a França, sem contar com algumas declarações gerais de Pedro Coelho à imprensa, apenas encontramos um documento incluído da pasta das estatísticas de 1975, no arquivo da DGACCP, com o título *Aspectos mais urgentes relativamente à Convenção Franco-Portuguesa*²⁶⁷. O texto não está datado, mas o carimbo do Ministério do Trabalho indica que a Secretaria ainda estava a si vinculado, e por isso será anterior a julho de 1975. Dividido em vários pontos, o documento permite verificar que as prioridades da SEE estavam em sintonia com alguns dos problemas apontados pelos emigrantes. Pretendia-se acabar com a diferença de tratamento de trabalhadores portugueses e franceses em matéria de abonos e nas questões da família além-fronteiras, garantir que as pensões e rendas se mantinham caso o emigrante pretendesse regressar, rever a questão dos limites da assistência médica em Portugal, simplificar processos e clarificar a linguagem, com foco especial na pretensão de formulários e funcionários bilingues.

Não tivemos acesso a informação que detalhe o processo de negociações entre os dois países, mas a imprensa da SEE do período em estudo e as declarações do próprio Secretário de Estado da Emigração apontavam para a expectativa de selar o acordo prontamente, pelo menos do lado português. Pedro Coelho, em outubro de 1974, reuniu-se com Paul Dijoud, Secretário de Estado dos Trabalhadores Imigrados francês, no qual, segundo o próprio, se assentaram “alguns princípios, tais como a revisão dos acordos e atualização da problemática da segurança social”²⁶⁸. Em entrevista, o Secretário de Estado português afirmou não se ter avançado muito, mas que a visita de Costa Gomes serviria também para esse propósito. Ainda assim anuncia um resultado: o aumento do abono de família, cujo efeito contava já a partir de 1 de janeiro de 1975. Este aumento foi de 37.5% nos dois primeiros filhos e de 25% a partir do terceiro, e foi acompanhado pela

²⁶⁶ Pereira, Victor. *A ditadura de Salazar e a emigração...op.cit.:* 289

²⁶⁷ 1975 em AHD, DGACCP, *Comunidades Portuguesas - Elementos Estatísticos 1960- 1992 - 12/01*

²⁶⁸Em Paris, o Secretário de Estado da Emigração à V.M. Queremos Ouvir os Emigrantes» *Vida Mundial*, nº1865 (12 de junho de 1975) p.52

medida que estabeleceu o reembolso, pela Segurança Social Francesa à Previdência Portuguesa, dos custos médicos dos emigrantes pensionistas e familiares²⁶⁹.

A forma como as negociações estavam a decorrer, assim como a morosidade da revisão, foi notada por muitos emigrantes, que não deixaram de expressar o descontentamento. O memorando entregue ao Presidente da República ocupou várias páginas com os problemas de ordem social que os emigrantes enfrentavam, e criticou duramente as promessas feitas em 1971, na Convenção de Segurança Social, argumentando que em alguns aspetos até se tinham dado passos atrás²⁷⁰. Algumas das exigências no memorando foram cumpridas com os resultados anunciados pelo Secretário de Estado e no Boletim da SEE, mas um sentimento estava bem patente: o processo não podia ser feito “de costas voltadas para os emigrantes, como era uso no tempo do fascismo”²⁷¹. Também o lamento por se ter perdido a oportunidade de, já em 1975, se rever o acordo foi visível, e apontaram para o ano seguinte como objetivo, com a prioridade de eliminar as “discriminações impostas aos trabalhadores portugueses em França e às suas famílias em França como em Portugal.

A revisão dos acordos viria mais tarde do que cedo, sendo que as negociações tiveram dois momentos importantes em 1975: a visita do Presidente da República a Paris, em que se começaram os contactos preparatórios e a visita de Paul Dijoud a Lisboa, a 22 e 23 de dezembro, a convite do então Secretário de Estado da Emigração, Rui Machete. Nesta segunda fase de reuniões definiu-se o objetivo de selar o acordo ainda em março, com as seguintes questões em foco: combate ao movimento clandestino, formação profissional, ensino do Português e Francês; melhorar os canais de informação; a questão do reagrupamento familiar; a promoção do trabalho sazonal; e por fim a habitação²⁷². Feitas as contas, só no início de 1977, a 11 de janeiro, os dois governos assinaram o *Acordo entre o Governo Português e o Governo Francês Relativo à Imigração, à Situação e à Promoção Social dos Trabalhadores Portugueses e de Suas Famílias em França*, que imediatamente entrou em vigor, substituindo as convenções anteriores.

²⁶⁹ «Panorama da emigração e do emprego», *Emigração mês-a-mês* nº9 (junho de 1975), p. 23

²⁷⁰ *Problemas Urgentes da Emigração op. Cit.:* 6

²⁷¹ *Idem:* 10

²⁷² «Conversações luso-francesas sobre a emigração», *25 de Abril* nº8 (fevereiro/março de 1976) p.35 e «Acordo de emigração entre Portugal e a França» nº9 (abril de 1976), p.32

3.3 Uma casa para (vir a) morar

O tema da habitação podia estar presente no tópico anterior, uma vez que foi mais um dos temas tratados nas convenções de segurança social, e esteve presente em alguns discursos, momentos de debate e exigências que apresentámos. O alojamento a que os portugueses tinham acesso, em França, foi uma preocupação que os manifestos, associações e os governantes dos dois países tiveram em conta, sobre o qual ocuparemos a primeira parte deste ponto. Todavia a questão do alojamento dos emigrantes tinha uma particularidade: dependia totalmente da ação das autoridades francesas. O governo português podia negociar aumentos de direitos sociais e maior abrangência nos abonos, mas as suas possibilidades em matéria de alojamento em França eram mais limitadas, pois dependiam da política global de habitação adotada pelo país anfitrião. Nas cartas individuais, escritas às autoridades portuguesas, os emigrantes parecem ter isso em mente, na medida em que as únicas referências à falta de condições habitacionais não vêm no contexto de uma reivindicação de melhoria, mas sim a pintar uma imagem de fundo de miséria para melhor apelar à satisfação do pedido ou apelo feito na carta²⁷³. Nos arquivos portugueses, a preocupação mais patente na generalidade era outra: perante as movimentações sociais, nova legislação e rumo político que o país levava, o que seria das casas que os emigrantes deixaram vazias em Portugal? Este será o aspeto abordado na segunda parte deste ponto.

O artigo 15º da Convenção de Segurança Social de 1971 previa a realização de “programas de carácter social” para garantir às famílias portuguesas condições de alojamento conforme a legislação francesa, bem como um esforço das autoridades anfitriãs em garantir aos trabalhadores isolados um lugar em alojamento próprio (os *foyers*, ou lares de trabalhadores imigrantes), ou mesmo nas habitações sociais²⁷⁴. Os dois países concordavam na necessidade de acabar com as barracas e outro tipo de habitação imprópria²⁷⁵. A França passava por uma dificuldade profunda na questão da habitação, que representava uma acentuada contradição quadro de prosperidade económica do pós-

²⁷³ Tanto em Kukushkin, Vadim. «“To his excellency the sovereign of all russian subjects in canada”: emigrant correspondence with Russian consulates in Montreal, Vancouver, and Halifax, 1899-1922». Em *Letters across Borders... op.cit.:* 296, como em Fitzpatrick, Sheila. «Suplicants and... op.cit.: 96 se abordam as falsificações e “máscaras” que os peticionários russos usavam para apelar à boa vontade dos poderosos.

²⁷⁴ *Convenção Geral entre Portugal e a França sobre Segurança Social*. Acedido a 02/10/2023, em: <https://www.ministeriopublico.pt/instrumento/convencao-geral-entre-portugal-e-franca-sobre-seguranca-social-0>

²⁷⁵ Pereira, Victor. *A ditadura de Salazar e a emigração...op.cit.:* 248

guerra. As condições precárias de alojamento dos emigrantes foram reportadas em vários estudos e relatórios da época, e a imagem do *bidonville* de Champigny-Sur-Marne tornou-se um dos símbolos da emigração portuguesa dos anos 60.

Em 1974, os bairros de lata, nefastos locais onde se convivia com a insalubridade, já não eram tão usuais, depois das políticas levadas a cabo durante o decénio anterior²⁷⁶. Porém muitos homens portugueses, sem a família, ainda residiam ora nos próprios locais de trabalho, em barracões construídos nos *chantiers* (estaleiros das obras), ou nos *foyers*, lares de trabalhadores que albergavam migrantes, geridos por empresas públicas, privadas ou associações. Quanto às mulheres, muitas começaram por trabalhar como domésticas, morando com os patrões nos célebres *Chambres de Bonnes*, quartos pequenos localizados no topo de prédios. As famílias tinham mais dificuldades em arranjar casa, dado o elevado custo dos alugueres. Algumas, saindo do bairro de lata, viviam em pensões (*hôtels meublés*), até conseguirem estabilizar economicamente, para que depois pudessem alugar apartamentos, cuja localização tendeu a ser nas partes mais antigas e degradadas das cidades, ou nas zonas periféricas. Outra opção foi esperar que o Estado Francês providenciasse habitação social, sendo a *cité de transit* o local intermédio, mas esta segunda vida foi menos comum para os migrantes portugueses. Em suma, o *temps de baraaques*, utilizando a expressão de Volovitch-Tavares, já começava a ser passado, contudo, no ano da Revolução dos Cravos, o alojamento estava ainda longe de ser resolvido²⁷⁷.

Em 1974, com o cerrar das portas à imigração em França, a questão do alojamento dos que já se encontravam no país foi prioritária para a Secretaria de Estado dos Imigrantes francesa, mas as medidas apresentadas por André Postel-Vinay não estiveram à altura do que se exigia, levando à sua demissão, tendo sido substituído por Paul

²⁷⁶ Em 1964, a “Lei Debré” facilitou a expropriação de terrenos onde se localizavam as barracas, originando inclusive processos de despejo violentos. Em 1970, a “Lei Vivien” acelerou esse processo e alargou a questão à habitação insalubre, no geral.

²⁷⁷ A informação deste parágrafo provem do cruzamento entre os dados de estudos e fontes que abrangem localidades diferentes em França: Poinard, Michel. «Les Portugais dans le département du Rhône entre 1960 et 1970». *Géocarrefour* 47, n.º 1 (1972): 35–58; Rocha-Trindade, Maria Beatriz. *Immigrés portugais: ... op.cit.*; Sousa, A. Teixeira de. *Os trabalhadores op.cit.*; Relatório de atividades da Missão Católica de Tours, do ano 1974, em AHD, DGACCP 08.08/11. Para uma perspetiva abrangente sobre a política de alojamento em França veja-se Blanc-Chaléard, Marie-Claude. «Les immigrés et le logement en France depuis le XIXe siècle. Une histoire paradoxale». *Hommes & Migrations* 1264, n.º 1 (2006): 20–34, e sobre a questão dos bairros de lata Blanc-Chaléard, Marie-Claude. «Une voix dissonante sur les bidonvilles des Trente Glorieuses». Em *Ces villes-là : Actualité de Colette Pétonnet*, editado por Sepideh Parsapajouh e Anne Raulin, 57–80. Le social et le politique. Nanterre: Presses universitaires de Paris Nanterre, 2022 e Volovitch-Tavares, Marie-Christine. *Portugais à Champigny, le temps des baraaques*. Français d’ailleurs, peuples d’ici. Paris: Autrement, 1995 ao qual o parágrafo também deve.

Dijoud²⁷⁸. Afirmando que o problema da habitação dos imigrantes não se resolveria do dia para a noite, dado que não existiam habitações sociais suficientes, o grande objetivo no discurso de Dijoud (dirigido a entrevistadores portugueses) era construir milhares de casas para albergar quem ainda vivia no *bidonville* e noutras situações precárias²⁷⁹. No concreto, Dijoud sucedeu no que o seu antecessor falhara: lançou medidas que, efetivamente, realocaram recursos para que se pudesse avançar na construção de mais alojamentos, nomeadamente através de um aumento de taxas que permitiriam o financiamento²⁸⁰. Além disso, o Secretário de Estado francês reverteria a proibição da migração familiar, voltando assim a possibilidade do migrante chamar a família, mas apenas se tivesse condições de alojamento adequados.

Do lado português, se o tema da segurança social, como vimos, já era um assunto que pouco podia ser desenvolvido, estando dependente da vontade dos homólogos franceses, a particularidade da habitação neste aspeto foi ainda mais notória. Não esteve totalmente ausente do discurso, sendo que, logo em agosto, os delegados da emigração e membros da SEE definiram como fulcral a inclusão do “direito ao alojamento em condições decentes”²⁸¹ nos acordos de emigração a ser negociados. Porém, para a Secretaria, o ónus pertencia à política francesa, sendo que o tema, na imprensa oficial da mesma, e também noutros momentos, apareceu sempre interligado com a revisão do acordo e a nova política de habitação francesa.

No discurso direto dos emigrantes que escreviam, como observamos, a falta de condições geralmente figurava no *narratio* que antecedia a petição. Frases acerca da vida de miséria e falta de condições serviram para justificar as suas pretensões com a carta, que sempre se desviaram do tema alojamento. Este apareceu pela voz das associações e outras entidades, fosse a reivindicar uma melhoria (dentro do campo de ação das autoridades portuguesas) ou através da crítica do que se tem feito em ambos os lados. Os manifestos da APCP, ainda antes da proibição da entrada de mais migrantes, denunciaram o preço das habitações em França, que atrasavam a reunião familiar e criavam dificuldades, e exigiam melhores condições neste âmbito. Na *Presença Portuguesa*, o tema também apareceu algumas vezes, nomeadamente através de uma reflexão publicada

²⁷⁸ Weil, Patrick. «La politique française d’immigration». *Pouvoirs: Revue française d’études constitutionnelles et politiques*, n.º 47 (1988): 54.

²⁷⁹ «Noticiário», *Emigração Mês-a-Mês* n.º6 (março de 1975) p. 18

²⁸⁰ Weil, Patrick. *La France et ses étrangers: l’aventure d’une politique de l’immigration de 1938 à nos jours*. Gallimard, 1995: 149

²⁸¹ «I encontro sobre emigração», *25 de abril*, n.º1 (outubro de 1974), p. 13

por um “Grupo de Cristãos do Vale de Marne”, que afirmava haver “Trabalhadores que aqui vivem em muito más condições e que em Portugal são proprietários de casas” e que dessa forma não tinham condições para trazer os filhos²⁸². Meses mais tarde, na mensagem que a equipa da revista dirigiu ao Presidente da República Português aquando da sua visita, apelou-se que o chefe de estado interviesse junto das autoridades francesas para que se respeitassem os direitos e dignidade dos emigrantes, e peticionaram especificamente “a reunião das famílias e para isso possibilidades de arranjar alojamento a um preço acessível”. Também no memorando dirigido a Costa Gomes, a Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados apresentou as suas observações acerca das penúrias nas casas que os emigrantes habitavam, mesmo havendo muitos que tenham abandonado as barracas. Criticaram também a política francesa, nomeadamente pela falta de habitação social atribuída aos emigrantes e pelas más práticas nos *foyers* já construídos, tanto na questão dos “regulamentos arbitrários” e sem participação dos moradores nas decisões, como apontando o dedo às rendas elevadas que viam como injustas, uma vez que os próprios emigrantes tinham contribuído para a construção dos mesmos²⁸³.

Vemos, então, que as condições de habitabilidade não estiveram totalmente ausentes do universo de esperanças e vontades expressas na documentação que recolhemos. Os governos dos dois países tinham a questão em mente e alguns emigrantes também, principalmente os que estavam ligados ao movimento associativo e militantes. Ainda assim não parece ter sido a prioridade aquando do contacto com as autoridades portuguesas, deixando questões em aberto para futuras investigações: terá a ausência reivindicativa dos emigrantes influenciado a passividade da Secretaria de Estado, e outros organismos, perante a política francesa? Ou, pelo contrário, será que a pouca ação das novas autoridades neste âmbito levou os sujeitos a crer que não era nesses gabinetes que o problema se resolveria?

Por outro lado, a casa que muitos emigrantes tinham deixado em Portugal, ou a ideia de um dia poder possuir uma casa própria no país natal, foi um assunto que atravessou a cronologia. Como já vimos, alguma literatura que cruza o nosso objeto de estudo com a cronologia que escolhemos é perentória neste aspeto: os emigrantes não

²⁸² *Presença Portuguesa*, nº89 (setembro de 1974) p.10-11

²⁸³ *Problemas Urgentes da Emigração op. Cit.:* 9

confiaram nas mudanças do 25 de abril porque tinham medo de que lhes ocupassem as casas.

Antes de mais, devemos dar algum contexto acerca do que significava a “Casa” para muitos emigrantes. Vários trabalhos antropológicos estudaram a componente simbólica da casa nos meios rurais, de onde uma grande parte dos nossos sujeitos eram originários. Segundo Pina Cabral, a “casa” não consistia apenas nas quatro paredes erguidas sobre o chão, mas sim “um complexo formado por terras, edifícios, animais, pessoas, parentes ausentes, e mesmo parentes falecidos”²⁸⁴. Sobral acrescenta que, para o camponês, a propriedade fundiária e a capacidade de ter casa própria eram fontes de prestígio, poder, e sobretudo independência, correspondendo a um sonho que estava presente tanto nos que partiram como nos que ficaram²⁸⁵. Face à ausência de resposta do Estado e das autoridades locais, muitos homens e mulheres viram na emigração um canal para cumprir desejos de emancipação social, ou pelo menos garantir uma elevação no nível de vida, erguendo uma casa própria de forma a poder “escapar” ao destino que lhes estava ditado pela (não) ação das autoridades²⁸⁶.

Construir a própria casa era, por isso, um dos principais projetos de muitos emigrantes, para o qual utilizavam uma fatia considerável das suas poupanças. O processo era longo e paulatino, várias vezes realizado nas férias e edificado com as próprias mãos (lembrando que muitos em França trabalhavam na construção civil, onde ganhavam experiência e traziam materiais), com a ajuda da família e vizinhos. O processo de construção, e depois de estadia, na casa mantinha a ligação entre o emigrante e a sua terra natal, garantindo a manutenção da presença, mesmo ausente²⁸⁷. Erguer o edifício era também, por vezes, um ato de rebeldia, mesmo que não percecionada como tal, que confrontava tanto o Estado Central (mostrando que podiam suceder além dos mecanismos impostos), como a própria administração local, incapaz de controlar burocraticamente a vontade dos emigrantes, que muitas vezes construíram sem pedir licença²⁸⁸.

²⁸⁴ Cabral, João de Pina. *Filhos de Adão, filhas de Eva: A visão do mundo camponesa no Alto Minho*. Portugal de Perto. Lisboa: Etnográfica Press, 2019: 65

²⁸⁵ Sobral, José Manuel. *Trajectos: o presente e o passado na vida de uma freguesia da Beira*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1999: 100

²⁸⁶ Pereira, Victor. *A ditadura de Salazar e a emigração...op.cit.*: 88

²⁸⁷ Caspari, Andrea. «The return orientation among Portuguese migrants in France». Em *Conflict and Change in Portugal, 1974-1984*, 195-196. Teorema, 1985.

²⁸⁸ Poinard, Michel. «Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa». *Análise Social*, 2º, XIX, n.º 76 (1983): 287

Desta forma, as paisagens rurais portuguesas começaram a mudar. Num estudo que abarcou freguesias do centro de Portugal, Ana Saraiva distinguiu três fases de construção, pelo que o biénio revolucionário português decorreu no ocaso da primeira fase e iniciou a segunda: a primeira, que foi do final dos anos 60 a meados de 70, em que as casas começaram a aparecer, com um progressivo (mas ainda tímido) abandono da vocação agrícola, através de casas de outro tipo, no que diz respeito à funcionalidade. Na segunda fase, que durou até 1990, a edificação foi muito intensa e a prática da autoconstrução foi sendo abandonada²⁸⁹.

A existência desta ligação entre o emigrante e a sua casa (ou o projeto) fez com que vários autores vissem no movimento urbano uma espécie de antagonista dos emigrantes como um todo. Logo nos primeiros dias a seguir ao 25 de abril, habitantes de barracas e ilhas, das cidades de Lisboa e Porto, ocuparam algumas casas desabitadas. Aí começou um dos movimentos sociais mais marcantes do período, que rapidamente se espalhou por todas as áreas urbanas e capitais de distrito, ainda que com mais incidência nas duas grandes cidades, assim como em Setúbal e no Algarve²⁹⁰. De forma a responder ao movimento urbano, o II Governo Provisório lançou, a 12 de setembro, o Decreto-Lei 445/74, que ficaria conhecido pela Lei das Rendas, por estabelecer um regime de arrendamento coercivo e medidas para combater a especulação imobiliária. A lei das rendas não referenciava explicitamente casas de emigrantes, obrigando casas destinadas à habitação que se encontrassem desabitadas há mais de 120 dias a ser postas a arrendar. Por outro lado, previam-se exceções que davam aso a interpretação: desta obrigatoriedade estavam isentas os “fogos para habitação por curtos períodos em praias, campo, termas...”, ou seja, as casas de férias, e também os “fogos destinados a habitação própria ou do respectivo agregado familiar, ainda que como habitação secundária”. Ou seja, os emigrantes, na teoria, podiam estar salvaguardados, contudo, o texto da lei exigia que essas exceções fossem declaradas à Câmara Municipal do Concelho, o que poderia ser visto com maus olhos por parte de muitos emigrantes, tanto pela necessidade de deslocação como pela já má relação entre eles e as autoridades locais.

²⁸⁹Saraiva, Ana. Casas (pós-)rurais: expressões arquitetónicas e trajetórias identitárias. Lisboa: Colibri, 2017:120. A fonte que a autora utiliza são os pedidos de licenciamento, o que pode trazer problemas dado o número de construções clandestinas, mas não deixa de ser um indicador relevante. A última fase no rol é marcada pela redução nos investimentos novos e a alteração de características que espelha, em parte, os novos valores e ideias dos emigrantes.

²⁹⁰Suaréz, Miguel Ángel Pérez. «Comissões de Moradores». Em *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril*, 2: 237-244. Figueirinhas, 2016.

O movimento urbano viu nesta lei uma vitória e sobretudo um ímpeto para se desenvolver. Como consequência o número de ocupações “selvagens” aumentou, tendo até gerado, por vezes, a necessidade de intervenção da polícia ou do exército²⁹¹. Entre elas, algumas casas de emigrantes foram ocupadas, lançando alarmes pelas várias comunidades espalhadas pelo mundo. Num tempo de crescentes tensões e confrontações políticas e, como vimos, com muita informação falsa a circular sobretudo no estrangeiro, é-nos difícil dizer se o número de ocupações em casas deste tipo foi elevado ou não. Certo é que, no contexto da radicalização pós 11 de março, o movimento ganhou mais fôlego e, com o Decreto-Lei 198-A/75, de 14 de abril, as ocupações foram colocadas dentro da lei e as suas normas regularizadas. Desta vez, contudo, o legislador acrescentou uma particularidade: a alínea h) do artigo 2º proibiu explicitamente a ocupação de casas de emigrantes, desde que não fossem cometidas as infrações especulativas que a lei de setembro previa.

Através dessa exceção à lei, as casas de emigrantes estavam salvaguardadas, porém as ocupações não terminaram. Alguns casos foram reportados e tanto no discurso de Vasco Gonçalves, em Bruxelas, como no de Costa Gomes, em Paris, perante os emigrantes, os governantes apelaram a que se os presentes soubessem de mais casos, que notificassem prontamente o MFA, que trataria da questão.

Outros casos, menos falados, dizem respeito aos emigrantes não proprietários, mas que possuíam um contrato de aluguer num imóvel em Portugal. Numa carta publicada na revista *25 de Abril*, um residente em França mostrou receio em ser despejado por não habitar a casa que tinha alugada em Olival Basto, e que tanto o consulado como um advogado que consultara não conseguiam ajudar. Os redatores da revista também foram vagos na resposta, dizendo que a lei de facto era pouco explícita, e dependeria da interpretação do senhorio²⁹². Esta situação ficaria resolvida no mês seguinte, através do Decreto-Lei 155/75, de 25 de março, que proibiu os despejos. Essa medida trouxe segurança para uns, mas problemas para outros, neste caso para os emigrantes que

²⁹¹ Pinto, Pedro Ramos. «Urban Social Movements and the Transition To Democracy In Portugal, 1974–1976». *The Historical Journal* 51, n.º 4 (2008): 1029.

²⁹² *25 de abril*, nº4 (fevereiro de 1975), p. 30-31

possuíam casas a arrendar, que ficavam dessa forma proibidos de resolver o contrato de arrendamento caso pretendessem regressar definitivamente a Portugal²⁹³.

Posto isto, existem alguns fundamentos na afirmação, por exemplo, de Kenneth Maxwell quando escreve “the occupation of «vacant» properties, many of them owned by emigrants, soon alienated them from the regime”²⁹⁴. A casa estava longe e as notícias que chegavam eram, muitas vezes, imprecisas, e isso gerou dúvidas, receios e, em alguns casos, aparente inimizade. Tanto no Arquivo do CR como na *Presença Portuguesa* existem algumas cartas mais inflamadas, incrédulos sobre as ocupações de casas de emigrantes, ainda que em nenhuma delas se refiram à própria habitação. Contudo não alinhámos na visão monolítica e generalizadora que o autor britânico faz da emigração, na medida em que há outros dados e fatores importantes a ter em conta, que nos ajudam a matizar os sujeitos que estudámos. Primeiramente, nem todos os emigrantes tinham uma casa em Portugal. Uns, simplesmente, não ambicionavam seguir com esse projeto de vida²⁹⁵, enquanto outros ainda não tinham acabado, ou sequer começado, a empreitada²⁹⁶. Não temos conhecimento de dados precisos quanto ao número de casas de emigrantes construídas, sendo o mais próximo um dado fornecido por Roselyne Villanova, a respeito do ano de 1994, afirmando que apenas 39% dos emigrantes portugueses em França possuíam casa em Portugal²⁹⁷. Não sabemos qual a percentagem para os anos 1974-75, mas, dentro do universo de cerca de 500 mil adultos portugueses em França em 1974, e tendo em conta que muitos tinham partido com pouco mais do que levavam na mala, parece-nos plausível afirmar que uma parte significativa não possuía (pelo menos ainda) casa em Portugal. Além disso, como demonstra o caso estudado por Ana Saraiva na obra supracitada, este foi um tempo de charneira entre as duas fases de construção, pelo que

²⁹³ Eduardo Serra enuncia esta situação no seu estudo [«Cartas de emigrantes - Uma interpretação», *Emigração Mês-a-Mês* nº7 (abril de 1975) p. 38], e no ACR uma carta de um emigrante residente em Vierzon (ainda que seja de 1976) o problema continuava a ser enunciado (em ANTT, ACR, Vol. 145 nº278 - Assuntos económicos e sociais diversos - M)

²⁹⁴ Maxwell, Kenneth. *The Making of Portuguese Democracy*. Cambridge University Press, 1995: 141

²⁹⁵ Em Moulhier, Yann. «Les Portugais». Em *L'argent des immigrés op.cit.*: 208 o autor apresenta um dado que mostra apenas 17.1% dos inquiridos tinha como projeto a construção aquisição de uma casa, a maior percentagem sem contar com os que responderam que não tinham projeto (49.6%). Importa referir, contudo, que dentro desse segundo grupo de respostas, muitos já possuíam uma casa e daí terem ficado sem projeto.

²⁹⁶ Em Villanova, Roselyne de. «La maison du retour au Portugal». *Les Annales de la Recherche Urbaine* 41, n.º 1 (1989): 69 a autora afirma que costumava demorar cerca de cinco anos para começar o empreendimento, e lembremos que o auge da emigração para França foram os anos 1969-1971.

²⁹⁷ Villanova, Roselyne de. «L'espace résidentiel des portugais de France». *Hommes & Migrations* 1210, n.º 1 (1997): 32-33

apesar de se dar o arranque, a maioria das casas já foram construídas além do período revolucionário.

Diga-se que, nas fontes consultadas, não encontramos nenhum documento produzido por um emigrante que indicasse ter a casa ocupada, sendo que se referiram sempre à ideia abstrata, ou à situação que tinham ouvido em segunda ou terceira mão. Apenas no discurso de Vasco Gonçalves, em Bruxelas, um dos presentes interrompeu o Primeiro-Ministro queixando-se que a sua casa fora ocupada, a quem o General respondeu que o MFA trataria do assunto. Porém, estes casos necessitam de ser vistos criticamente, uma vez que, neste período, muitos conceitos se misturaram – por exemplo, numa carta publicada na *Presença Portuguesa*²⁹⁸, um homem dizia ter sido “vítima da revolução” porque lhe assaltaram a casa, ao qual a revista lembra que não se devem confundir assuntos. Seria, então, preciso uma investigação mais profunda para analisar os vários casos. Certo parece ser que o fenómeno foi sobejamente desproporcionado através dos canais que espalhavam os rumores, sobre os quais já falámos, sendo depois “confirmados” e exagerados por conta dos (poucos, pelo que se sabe) casos reais. Também a questão de quem eram os ocupantes tem interesse, uma vez que nas queixas estes são uma entidade nem sempre concreta e não foi constante durante o PREC. O movimento urbano fora quem despontara as preocupações, mas no verão de 1975 surge um novo receio: os retornados das ex-colónias. No seu estudo, Brettell aborda esse receio, e também na *Presença Portuguesa* uma carta receava a vinda dos “refugiados de Angola”²⁹⁹. Contudo, ao contrário de alguns boatos acerca das remessas, não temos conhecimento empírico sobre a origem dos que espalhavam receio pelo destino da habitação, nos meios emigrantes³⁰⁰. Não temos conhecimento de casos em que as famílias de retornados tenham sido fixadas em casas de emigrantes, mas muitos voltaram às terras

²⁹⁸ *Presença Portuguesa* nº100 (setembro de 1975) p. 5

²⁹⁹ No nº102 de *Presença Portuguesa* (dezembro de 1975) p.4 foi publicada uma carta que se fala deste rumor. Em Brettell, Caroline B. «Emigration and Its Implications ... *op.cit.*: 280 a autora também refere o tempo, ainda que não seja claro se essa observação tenha vindo do trabalho de campo ou da análise do mesmo número da *Presença Portuguesa*.

Presença Portuguesa nº101 (dezembro de 1975), p. 4

³⁰⁰ Algumas hipóteses podem ser levantadas, sendo necessário um estudo mais abrangente para o efeito. Tendo por base a investigação levada a cabo por Miguel Carvalho, não será de estranhar que alguns párocos e aficionados do antigo regime, ou pessoas a mando da elite económica que se via confrontada durante o PREC, tenham sido responsáveis pelos boatos. Cf. Carvalho, M. *Quando Portugal Ardeu*; Leya, 2017. Quanto à questão dos retornados, no assalto à sede do PCP em Famalicão, uma placa foi colocada à entrada com a frase “Casa para os refug. (*sic*) de Angola”, ficando a dúvida se fora colocado por emigrantes receosos, de férias, ou se o rumor começara em Portugal e atravessara as fronteiras.

de origem, que em vários casos eram as mesmas de muitos emigrantes, o Norte e Centro rural.

Parece-nos, no entanto, errado pressupor que todos os emigrantes, e mesmo apenas os que possuíam, ou estavam a construir, uma casa na aldeia natal, tivessem sido afetados por estes boatos. Depois de passar algum tempo numa freguesia (não isolada e “rather large”) no vale do Lima, Brettell afirmou que “not only was the activity of the revolution blatantly absent, so too was the rhetoric”³⁰¹. Em geral, as ocupações tiveram lugar longe das aldeias e freguesias rurais, e os canais de comunicação existentes entre estas e os *Départements*, como vimos, tendiam a focar-se principalmente na situação local. Também a correspondência para o MFA, à *Presença Portuguesa* e até à Assembleia Constituinte aponta no sentido da multiplicidade de preocupações relacionadas com a casa, e apesar de algumas críticas mencionarem as casas de emigrantes ocupadas, existiram missivas e outros documentos em que o assunto único ou principal era a casa, mas em que as ocupações estavam totalmente ausentes.

Primeiramente, as já citadas situações em que se procurava esclarecer acerca das novas leis do arrendamento e despejos, que, segundo Eduardo Serra, provinham das dificuldades que a crise económica trazia no estrangeiro, levando à antecipação do plano de regresso³⁰². Em segundo lugar, há indícios que existia a esperança de que a nova política saída do 25 de abril trouxesse vantagens, nomeadamente fiscais, e apoios aos emigrantes que pretendessem possuir casas em Portugal. No Relatório da 1ª Missão a Paris, descreveu-se o interesse dos contactados em que a CGD “estudasse para o emigrante uma modalidade de empréstimo destinada a habitação própria, ou ampliação da que já possuem em Portugal”³⁰³, pretendendo também através do investimento contribuir para a economia local e nacional. Neste aspeto, o II Governo Provisório respondeu com o Decreto-Lei 472/74, de 20 de setembro, que estabeleceu alguns incentivos à construção e aquisição de habitações, nomeadamente a isenção da sisa, benefícios esses que foram sendo prorrogados ao longo da cronologia em estudo. Também a CGD viria a usar o crédito de financiamento para habitação própria como propaganda na abertura da sucursal, em março de 1975³⁰⁴. Por outro lado, ainda em agosto

³⁰¹ Brettell, Caroline B. «Emigration and Its Implications ... *op.cit.*: 282

³⁰² «Cartas de emigrantes - Uma interpretação», *Emigração Mês-a-Mês* n.º7 (abril de 1975) p. 38

³⁰³ Relatório *Remessas de Emigrantes - Missão a Paris e a Dusseldorf - Junho/Julho 1974*, p.27, fotocópia em em AHPR, GB 1802 (maço I)

³⁰⁴ Panfleto da CGD em ADN, PT/ADN/EMGFA/5DIV/013/0034/0020

de 1974, tinha sido aprovada uma reforma fiscal que agravava as taxas de contribuição predial nos prédios rústicos não utilizados e nos terrenos inativos aptos para construção habitacional³⁰⁵, ou seja, os emigrantes que já possuísem o terreno para construir, mas ainda não tivessem começado a empreitada, viam os impostos ser aumentados³⁰⁶. Por fim, exemplificado numa carta direcionada a Mário Soares, um homem escrevia que tanto os emigrantes como os residentes da sua terra reclamavam mais facilidades na construção, que vinha a ser cada vez mais dificultadas pelas autoridades locais³⁰⁷. Também neste tema, como no ponto anterior sobre a Segurança Social, houve tentativa de aproximação individual ao poder, escrevendo aos “de cima” com as suas queixas e acusações ao poder local. São várias as cartas que recolhemos a exemplificar casos litigiosos entre os dois lados. Num desabafo, um leitor da *Presença Portuguesa* declarava que “Tudo são complicações quando se pede autorização para construir”³⁰⁸, e por isso muitos optaram pela construção à margem da lei.

3.4 O ensino do Português

O grande fluxo migratório de portugueses para França começou por ser maioritariamente composto por homens isolados, solteiros ou com uma família que deixavam em Portugal. Com o passar do tempo, à medida que iam estabilizando a sua situação laboral e social no país anfitrião, alguns destes homens entenderam haver condições de chamar a família para se juntar a ele. Por vezes, ia apenas a esposa, deixando filhos ao cuidado de outros familiares, noutras, as crianças também seguiam viagem. Houve ainda famílias que se formaram em França, através das redes de sociabilidade que se iam criando, em que os portugueses conviviam e decidiam juntar-se, casar (muitas vezes vindo a Portugal de propósito para a ocasião), ter filhos. Segundo dados estatísticos encontrados no arquivo da DGACCP, no ano de 1973, tinham nascido, em França, mais de 23 mil crianças com pelo menos um progenitor de nacionalidade portuguesa³⁰⁹. Estes novos bebés juntaram-se aos já milhares de crianças e adolescentes (até aos 16 anos) luso-descendentes que se encontravam no Hexágono, que correspondiam a cerca de 36% da

³⁰⁵ Decreto-lei 375/74 de 20 de agosto.

³⁰⁶ Em *Emigração Mês a Mês* n°1 (outubro de 1974) p.17 alertava-se para esta possibilidade, e a 14 de dezembro de 1974, um residente em Mesnil-le-Roi escreveu ao MFA para esclarecer a situação. No seu entender, não tinha capacidade de começar a obra no terreno que comprara havia 2 anos, mas que ainda aguardava pelo momento certo para começar as obras (ADN, PT/ADN/EMGFA/5DIV/002/0004/015)

³⁰⁷ Carta vinda de Canedo, não datada, Arquivo Histórico Parlamentar, Seccção XXXI c) cx2 n°4 Letra C

³⁰⁸ *Presença Portuguesa* n°88 (julho/agosto de 1974), p. 13

³⁰⁹ Desse número, 22 mil tinham os dois pais com a dita nacionalidade. Em AHD, DGACCP 12/01 Comunidades Portuguesas Elementos Estatísticos, 1975

população portuguesa no país³¹⁰. As crianças estrangeiras, segundo a lei, tinham direito aos mesmos direitos que as nacionais no respeitante à educação em França. Estavam incluídas no sistema de ensino e eram abrangidas pela obrigação de escolaridade até completarem 16 anos. As aulas, claro está, eram lecionadas em francês, mas certas escolas tinham no seu *curriculum* a possibilidade de abrir a disciplina de Português como segunda língua, a partir dos anos escolares correspondentes aos 11 anos de idade. Paralelamente, muitas crianças frequentavam cursos e aulas suplementares onde podiam aprender português, algumas de iniciativa privada ou por intermédio de associações, outras com apoios do Estado Português.

A intervenção de um estado dentro das fronteiras de outro era limitada, e, além disso, o governo de Salazar, apesar de algumas vozes que enfatizavam a importância do ensino da língua portuguesa aos filhos dos emigrantes, preferiu ora não agir nesse sentido, ora (numa fase mais avançada) delegar para outras entidades esta tarefa (tal como outras) de enquadramento da sua população em França. As reformas orgânicas e de política levadas a cabo pelo governo de Caetano, que substituiu a “velha” Junta Nacional da Emigração pelo “moderno” Secretariado Nacional de Emigração (SNE), em 1970, tiveram impacto no campo da educação pelo avanço que se fez na criação e dinamização de cursos de português para os filhos dos emigrantes. Como o seu antecessor, o governo de Caetano via como necessário impedir o “desenraizamento” dos portugueses no estrangeiro e garantir a manutenção de vínculos estreitos entre estes e o seu país de origem, mas ao contrário do que tinha sido a política do governo Salazar, o SNE pautou-se por um esforço de aproximar o Estado Português aos seus emigrantes. Mesmo antes da institucionalização do novo organismo da emigração, sinais de mudança já eram visíveis, através do decreto-lei³¹¹ que permitia a criação de escolas portuguesas oficiais no estrangeiro, um trabalho cuja competência foi atribuída ao MNE e Ministério da Educação Nacional. Porém, só a partir do ano seguinte, através da ação de Saragga Leal é que se deram avanços significativos, com o presidente do secretariado a chamar para si competências que pertenciam a outros organismos. 1970 também ficou marcado pela assinatura do Acordo de Cooperação Cultural Científica e Técnica entre Portugal e França, no qual, logo no primeiro artigo, as duas partes contratantes se comprometiam ao favorecimento e difusão da língua do outro dentro das suas fronteiras, entrando em vigor

³¹⁰ Em *idem*

³¹¹ Decreto-lei 48944, de 28 de março de 1969

no ano seguinte³¹². Em números concretos e sumariamente, se até 1967 o número de classes foi reduzido e dinamizado sobretudo por privados e algumas associações, em 1974 já havia pelo menos 375 cursos oficiais espalhados pelas seis pontas do Hexágono³¹³.

A seguir ao 25 de abril, a preocupação dos emigrantes no tocante ao ensino do Português chega-nos pela voz do movimento associativo, que por diversas vezes incluiu o tema no rol de problemas, propostas e reivindicações que procuravam resposta, durante os seus contactos com os organismos oficiais. Esta questão foi a única sobre a qual não encontrámos cartas individuais dos emigrantes escritores, apesar de termos informação da sua existência durante este período, pelo que a ausência destas nos arquivos do CR e da 5ª Divisão dever-se-á ao provável reencaminhamento para os organismos responsáveis - nomeadamente o MEC, que partilhou as responsabilidades com a SEE nesta área, e a própria Secretaria de Estado da Emigração³¹⁴.

A inclusão de tais reivindicações dependeria de local para local, conforme o avanço da instalação de cursos na região e as necessidades face à população residente, tanto nos sítios mais habitados como nos menos. Por exemplo, a Missão Católica de Tours e o “Grupo de portugueses de La Villete” (Normandia), afirmavam que o problema do ensino do Português estava resolvido nesses locais³¹⁵. Noutros pontos do país, o esforço dos pais das crianças ia criando ou mantendo os cursos, pelo que o desejo era de que o Estado Português contribuísse para o seu desenvolvimento, através da celeridade das burocracias ou da remoção do ónus dos custos sobre progenitores³¹⁶. Também o facto de as aulas ocorrerem no horário extracurricular era visto como um problema, por sobrecarregar as crianças, retirando-lhes vontade de as frequentar, sendo assim necessário integrar o ensino da língua portuguesa “nas horas e edifícios escolares”³¹⁷, dado que,

³¹² Decreto-Lei n.º 28/71, de 6 de fevereiro

³¹³ Este parágrafo é baseado nas informações apresentadas em Pereira, Victor. *A ditadura de Salazar e ...op.cit.* :337-357

³¹⁴ Lembremos também que, no que toca às muitas cartas que foram dirigidas à SEE, o dossier que as contém está catalogado, mas encontra-se por localizar no Arquivo da DGACCP, e é provável que nele estejam contidas algumas cartas sobre este tema, referidas por Eduardo Serra no estudo «Cartas de emigrantes - Uma interpretação», no nº7 (abril de 1975) de *Emigração Mês-a-Mês*.

³¹⁵ Relatório de atividades da Missão Católica de Tours, 1974 em AHD, DGACCP, 08.08/11; Carta publicada em *Presença Portuguesa*, nº100 (agosto/setembro de 1975), p.4

³¹⁶ Um documento elaborado pelo cônsul de Lyon, este recomenda à SEE a atribuição de um subsídio à Association Culturelle Portugaise de Rillieux-la-Pape, para pagar ao professor, em AHD, DGACCP, 08.08/11. No Boletim Informativo- Informação e Passatempo, editado pela Associação Cultural dos Portugueses de Saint Gratien, nº1 (7 de junho de 1975) esperava-se a celeridade das burocracias, por já terem tudo pronto para começar em setembro

³¹⁷ “Mensagem ao nosso presidente” redigido pela equipa da revista, *Presença Portuguesa*, Nº99 (julho de 1975) p.2

como apontava o memorando entregue a Costa Gomes, os emigrantes contribuíam com o seu trabalho para o desenvolvimento da França, pretendendo por isso direitos³¹⁸.

O reforço no pessoal docente era visto como uma necessidade, como peticionou uma comissão de pais em Massy³¹⁹, e os próprios professores, que em Paris se reuniram em assembleia, assinalaram a urgência de uma revisão nas condições da sua profissão. Ao contrário do que estava estipulado, a moção dos professores reivindicava melhores horários e salários que tornassem o trabalho mais atrativo, o que contribuiria para uma expansão na rede de cursos e classes³²⁰. Também a formação dos docentes era fundamental para algumas associações, que enfatizavam a necessidade de ter homens e mulheres qualificados à frente das aulas e gestão dos cursos, com um conhecimento profundo sobre os meios da emigração, de onde, preferencialmente, deviam ser recrutados. Este desejo revela a ambição de querer cortar com a política do anterior regime, em que “caciques: padres, banqueiros, empresários e homens de negócios”³²¹ estavam à frente das estruturas de enquadramento do governo português, pretendendo-se a democratização das mesmas.

Aníbal de Almeida, na qualidade de presidente da APCP, alertava o Ministério da Educação e Cultura (MEC), em maio de 1975, para o facto de apenas uma pequena fração das crianças filhas de emigrantes aprenderem o português, o que constituía uma preocupação para os pais que viam “os filhos a tornarem-se «franceses» na língua, cultura e civilização”³²². A perda de ligação entre pais e filhos foi um argumento repetido em diversas ocasiões, com “cartas verdadeiramente dramáticas de pais portugueses que não podiam comunicar com os filhos, devido à língua”³²³. Ambos os fatores se relacionavam intimamente com o projeto de retorno que muitos tinham, sendo que alguns pais temiam que os filhos ficassem “demasiado franceses”, dificultando o regresso tão esperado. Numa reflexão sobre a condição de emigrante, um leitor da *Presença Portuguesa* escrevia: “Para nós, sabermos a língua materna, é primordial: esta ajudará os nossos filhos

³¹⁸ *Problemas Urgentes da Emigração Portuguesa - Memorando op.cit:* 12

³¹⁹ Carta da Comissão de representantes dos pais dos alunos do curso de português de Massy, sem data, mas provavelmente escrita na altura da visita do presidente Costa Gomes a Paris, AHPR, GB GB 1802 (maço I)

³²⁰ Moção do 1º Encontro dos professores a exercerem o ensino básico em França, 20 de abril de 1975, em ADN PT/ADN/EMGFA/5DIV/013/0034/0020

³²¹ Pereira, Victor. *A ditadura de Salazar e ...op.cit.* :357

³²² Carta de Aníbal de Almeida endereçada ao Ministro da Educação e Cultura, 7 de maio de 1975, em AHPR, GB 1802 (maço II)

³²³ O ensino do Português para filhos de emigrantes- entrevista com o Dr. Rogério Fernandes Director-Geral do Ensino Básico - *25 de Abril*, nº2 (novembro/dezembro de 1974), p. 19

a melhor comunicarem com os pais. (...) Um jovem se souber exprimir-se na sua própria língua, poderá mais facilmente voltar a viver no seu país, e aí encontrar o seu lugar”³²⁴.

A política dos Governos Provisórios, dentro da cronologia, pautou-se por continuidades e roturas discursivas, mas com o azimute colocado na linha dos projetos que se foram desenvolvendo pelo SNE. As responsabilidades por dinamizar o ensino do Português aos filhos dos emigrantes foi dividida entre a nova Secretaria de Estado da Emigração com o (também novo) MEC, criado em maio de 1974 e o MNE. A questão do ensino do Português aos filhos dos emigrantes assumiu uma importância fundamental, sendo constante a sua menção nos vários discursos de dirigentes, ligados à emigração ou não, bem como uma presença assídua nos vários números da imprensa da SEE. Tanto a SEE como o MEC entendiam como fundamental não deixar os filhos dos emigrantes “desnacionalizar-se” e “perder laços que os unem a Portugal”³²⁵, sendo que o ensino do Português era um meio indispensável para o evitar.

A continuidade do discurso herdado do fascismo era evidente, porém, em entrevista, o Diretor-Geral do Ensino Básico, Rogério Fernandes³²⁶ mostrou que também existiram ruturas e inclusão das ideias típicas do espírito da época. Na apresentação do entrevistado, os redatores da revista denunciaram “as intenções patrioteiras do antigo regime, que se traduziam apenas no galo de Barcelos”. Para estes, o objetivo principal do ensino bilingue dos filhos dos emigrantes seria “desenvolver culturalmente essa camada de portugueses e resolver, na medida do possível, os problemas surgidos da situação, já de si ingrata”, através de, nas palavras do professor entrevistado, “uma escola integrada onde a língua e a civilização portuguesa tenham lugar de relevo e onde se mantenha viva a consciência de identidade nacional. Sem chauvinismo, claro está, mas contribuindo para que se apague no espírito do jovem emigrante um certo complexo de inferioridade”³²⁷.

A SEE e o MEC estavam atentos às aspirações e muitos dos problemas dos emigrantes acima descritos foram sendo apontados pelos representantes dos organismos oficiais, em diferentes momentos. A necessidade de criar mais cursos e incorporar o português no horário escolar das crianças e jovens, tanto no ensino “regular”, como

³²⁴ *Presença Portuguesa*, nº101 (outubro de 1975), p.10

³²⁵ «Novo programa da emigração» *25 de abril*, nº1 (outubro de 1974) p.14

³²⁶ Professor e militante comunista, exerceu o cargo desde agosto de 1974, a convite do Ministro da Educação e Cultura Vitorino Magalhães Godinho, até ao empossar do I Governo Constitucional.

³²⁷ «O ensino do Português para filhos de emigrantes- entrevista com o Dr. Rogério Fernandes Director-Geral do Ensino Básico», *25 de Abril*, nº2 (novembro/dezembro de 1974), p. 18-19

técnico, o recrutamento e formação de professores, a valorização da língua e os desentendimentos geracionais foram problemas que Rogério Fernandes, Pedro Coelho, e até Filipe Albuquerque, já na qualidade de conselheiro da embaixada de Paris, iam nomeando³²⁸. Em termos de resposta concreta, podemos dizer que houve um aceleramento gritante na criação de condições que permitissem a existência de cursos durante o período da revolução. O III Governo Provisório iniciou o processo com a Portaria n.º 655/74, lançada a 11 de outubro pelo MEC e o MNE, criando 122 cursos de ensino básico de Português nas áreas consulares de Paris, Versalhes e Nogent-Sur-Marne, onde uma fração significativa da população portuguesa em França estava localizada. Entre outubro de 1974 e o mês homólogo do ano seguinte, foram lançadas portarias que criaram 408 cursos no total³²⁹, distribuídos por 11 áreas consulares³³⁰. Não nos foi possível verificar a diferença entre o número de cursos que a lei lançou e os que entraram em funcionamento *de facto*, mas certo foi que da parte do governo central houve iniciativa para dinamizar este ensino, em contraste com o número de portarias publicadas entre o lançamento da lei de 1969 e 24 de abril de 1974.

A criação destes cursos provavelmente foi facilitada pela política do Secretário de Estado dos trabalhadores imigrantes de França, Paul Dijoud, cujas ideias assentavam fortemente na promoção cultural dos migrantes em França, mantendo os laços que tinham com o país natal, de forma a poderem regressar³³¹. Em outubro de 1975, Dijoud anunciou os planos de criação de um Departamento de Promoção Cultural para os Imigrados, e em dezembro, aquando da sua visita a Lisboa, o ensino do Português figurou nas conversações do Secretário de Estado francês com o Secretário de Estado da Emigração, Rui Machete, no âmbito da revisão do acordo de imigração entre os dois países, como já vimos.

³²⁸ Além dos artigos de 25 de abril supracitados, cf. Entrevista de Pedro Coelho em «Entrevista de um redactor da P.P. Com o Secretário Nacional da Emigração» *Presença Portuguesa*, n.º94 (fevereiro de 1975), p. 8-9 e um Apontamento elaborado por Filipe de Albuquerque, datado de 27 de maio de 1975, na preparação das reuniões regulares da comissão mista relativa ao Acordo de Cooperação Cultural Científica e Técnica, em AHPR, GB GB 1802 (maço I)

³²⁹ A saber: Durante o III GP lançou-se a Portaria n.º 655/74, de 11 de outubro; Portaria n.º 797/74, de 6 de dezembro e Portaria n.º 154/75, de 4 de março, num total de 258 cursos. Durante o IV GP lançou-se a Portaria n.º 383/75, de 23 de junho, que criou 47 cursos. Durante o VI GP lançou-se a Portaria n.º 616/75, de 23 de outubro, criando 103 cursos.

³³⁰ A saber: Paris; Versalhes; Nogent-Sur-Marne; Tours; Lyon; Lille; Estrasburgo; Clermont-Ferrand; Reims e Bordéus.

³³¹ Laurens, Sylvain. «De la “ Promotion culturelle des immigrés ” à “ l’interculturel ” (1974-1980) : Discours d’État sur une catégorie d’État». *Cultures & Conflits*, n.º 107 (outubro de 2017): 15–41.

O ano de 1976 trouxe mais cursos e as negociações do acordo de imigração incluíram um grupo de trabalho dedicado ao ensino. Em consonância com a política levada a cabo pelos dois países, o acordo de 1977 foi assinado e a “Escolarização das crianças portuguesas” teve um especial relevo, constituindo uma secção própria contendo quatro artigos, sendo que dois deles abordavam a questão do ensino do Português.

4. A situação militar

No dia 30 de abril de 1974, um avião vindo de Paris aterrou no aeroporto da Portela. Nele vinha Álvaro Cunhal, que foi recebido em apoteose, e tantos outros resistentes antifascistas forçados ao exílio. Também nesse avião vinham Luís Cília e José Mário Branco, cantautores que, em conjunto, tinham mais de 20 anos de desterro em França, por oposição à participação na guerra colonial, possuindo, por isso, um estatuto de criminosos em Portugal. A guerra, durante 13 anos, arrastou uma geração de jovens, do campo e da cidade, para as matas africanas, muitos dos quais nunca tinham, antes da recruta, saído da sua terra natal. Paralelamente, a guerra despoletou também um movimento de massas composto pelos que nela recusaram participar, fosse por objeção de consciência, motivos ideológicos, adesão a movimentos organizados de deserção, ou simplesmente entenderem que não tinham esse tempo para perder. Várias eram as situações particulares, como veremos, mas havia um denominador comum: estes homens não podiam regressar livremente a Portugal sem, na melhor das hipóteses, serem obrigados a apresentar-se na inspeção, e, na pior, serem julgados por tribunais militares.

Importa, antes de mais, distinguir os vários casos diferentes de situação militar irregular. As categorias existentes vinham definidas numa lei antiga, a Lei 1961 de 1 de setembro de 1937, sendo complementadas pela Lei 2135, de 11 de julho de 1968, e enumerava quatro situações: Faltoso; Compelido; Refratário e Desertor. A ordem de gravidade da infração estava correlacionada com a distância percorrida pelo jovem em todo o processo de recrutamento e incorporação, começando pela inspeção e indo até à deserção no campo de batalha. Vejamos então as diferentes categorias. Primeiramente, os faltosos, ou seja, aqueles que, quando eram chamados à inspeção, não se apresentavam no local de apuramento. Este passo era obrigatório para todos os jovens, e a sua não comparência levava ao apuramento automático na Infantaria. Caso o individuo faltoso, até aos 45 anos, fosse chamado a incorporar o exército, e voltasse a faltar, seria considerado compelido, juntamente com os que faltassem ao processo de reinspeção, cuja pena consistia na obrigatoriedade de cumprir o dobro do tempo militar regular, assim como o pagamento de uma taxa pelos anos ausente. Ao mesmo castigo estavam sujeitos os refratários, ou seja, aqueles que, depois de passar os exames da inspeção, não se apresentavam nas unidades ou distritos de recrutamento onde estavam designados para fazer a recruta, dentro do prazo estabelecido. Por fim, os desertores, cujo estatuto era de criminoso e a pena era de prisão, decidida pelo tribunal militar. As deserções também não

foram todas iguais, o que tornaria a pena diferente conforme a situação – uns desertavam durante a recruta, outros, antes da embarcação, e ainda houve os que, já em África, optaram também por abandonar. Podiam ser escolhas e ações individuais, ou organizadas num movimento coletivo, e os seus agentes viam-se obrigados a sair do país, de forma clandestina. Contudo, ao abrigo do artigo 30º da Lei 2135, de 11 de julho de 1968, se o país se encontrasse em situação de guerra, todos os que não se apresentassem onde eram chamados, fosse no campo de batalha, recruta ou mesmo na inspeção, seriam considerados desertores, colocando milhares de jovens com estatuto de criminoso, impedindo-os de regressar a Portugal³³². Ainda assim, o Decreto-lei 48861, de 10 de fevereiro de 1969 previa que alguns dos casos pudessem ser redimidos através da incorporação, com especial foco nas situações em que emigrantes clandestinos pretendessem regressar. Existia ainda uma categoria à parte, os adiados, que, como o nome indica, requisitaram adiamento do serviço militar. Estes não infringiram a lei, sendo que normalmente a licença era pedida sob o pretexto de continuação dos estudos universitários (no país ou no estrangeiro). Com esta licença de permanência no estrangeiro, se não estivessem em Portugal por mais de 3 meses até completarem 29 anos, estavam isentos de cumprir serviço militar. Depois desse aniversário, passavam à reserva territorial, com a obrigação de pagar uma taxa³³³.

Mas quem eram estes homens que desertaram? Alguma literatura sobre a emigração tendeu a separar os emigrantes que se deslocaram com a ideia de não participar na guerra dos emigrantes ditos “económicos”. Entre os dois tipos, haveria duas diferenças principais: os primeiros seriam políticos e opositores do regime, cuja origem social estava entre várias camadas da burguesia urbana, enquanto os segundos seriam apolíticos, apenas guiados pelo interesse de ganhar dinheiro, e provenientes do campesinato. Também nos discursos da época, a questão apareceu com alguma separação, particularmente notório nos dois maiores momentos de encontro entre os novos líderes e os emigrantes, durante o período que estudamos³³⁴. Tanto nos discursos de Pedro Coelho

³³² Optámos por escolher o termo “desertores” como o de uso genérico ao longo do capítulo, ficando então o leitor a saber que, quando for necessária a distinção, usaremos os termos específicos que serão descritos de seguida. A escolha não se prende apenas pela componente legislativa, mas também ao facto “desertor” ser o termo que mais aparece na documentação que recolhemos, tanto na autoidentificação dos mesmos e representações discursivas de outros, como na descrição da ação praticada (desertar).

³³³ O enquadramento legal dos adiados pode ser visto na Lei do Serviço Militar, a Lei 2135, de 11 de julho de 1968.

³³⁴ Foram eles as já mencionadas manifestação de emigrantes em Lisboa, a 11 de agosto de 1974 e a receção, a Costa Gomes na embaixada de Paris, a 7 de junho de 1975.

e Vasco Gonçalves, em Lisboa, como do embaixador Coimbra Martins e de Costa Gomes, em Paris, no ano seguinte, a referência ao problema militar esteve ausente.

Nos últimos anos, o maniqueísmo emigrante económico/emigrante político foi sendo dissipado, em ambos os lados, com vários estudos a demonstrar que as fronteiras entre os dois grupos eram ténues. Vimos já, anteriormente, que rotular a emigração como apenas um êxodo rural é redutor, tendo sido um fenómeno que atravessou tanto o campo como a cidade. Também o apolitismo “passivo” dos emigrantes “económicos” levantou questões - se é verdade que, em França, muitos dos emigrantes se mantinham longe de tudo o que era a política dita “formal”, emigrar em si já era uma escolha política, que ficaria conhecida pela expressão “voto com os pés”. Não quer isto dizer, como lembra Pereira, que todos os jovens emigrados fossem contra o regime (nem contra a guerra, acrescente-se), e muito menos exilados políticos, sendo a emigração várias vezes “unicamente o resultado de uma estratégia individual ou familiar”³³⁵ e também práticas enraizadas no quotidiano, e até economia, de várias localidades. Em Portugal, emigrar para não fazer a tropa tinha raízes profundas, registando-se casos, pelo menos, desde a segunda metade do século XVIII³³⁶, e na sociedade rural portuguesa, o serviço militar (com ou sem guerra) representava uma interrupção que muitas vezes era vista como negativa. Um jovem ter de sair para fazer a tropa significava que a família ficava com menos dois braços aptos para trabalhar e ajudar no sustento, e os próprios tinham de deixar projetos que tivessem a meio.³³⁷ Guiados, muitas vezes, por práticas, costumes e hábitos que não entendiam a emigração clandestina como um crime, ou simplesmente por não verem no estado central a legitimidade de os impedir³³⁸, milhares de jovens optaram pelo caminho que era mais útil e racional tendo em conta a sua situação, tanto para si como para os seus, dado que, como escreveu Brettell, “sons were much more useful to the peasant household as emigrants than as soldiers”³³⁹. Nos anos 60, a implicação do país numa guerra que, a certo ponto, não tinha fim à vista, não fazer a tropa tornou-se mais um fator de repulsão a acrescentar aos já muitos que motivavam a juventude a partir,

³³⁵ Pereira, Victor. «Emigração e desenvolvimento da previdência social em Portugal». *Análise Social* 44, n.º 192 (2009): 482.

³³⁶ Brettell, Caroline. «Emigration and Underdevelopment: The Causes and Consequences of Portuguese Emigration to France in Historical and Cross-Cultural Perspective». Em *Portugal in Development: Emigration, Industrialization, the European Community*, por Thomas C. Bruneau, Victor M. P. da Rosa, e Alexander Macleod. Social Sciences 9. Canada: University of Ottawa, 1984: 73

³³⁷ Santos, Boaventura de Sousa. «Os três tempos... *op.cit.*: 11-45.

³³⁸ Pereira, Victor. *A ditadura de...* *op.cit.*: 288-290

³³⁹ Brettell, Caroline. *Anthropology and Migration: Essays on Transnationalism, Ethnicity, and Identity*. Lanham: Altamira Press, 2003: 15

dado que, aos anos de recruta e serviço regular, ainda se podiam acrescentar cerca de 2 anos de mobilização. Não será, por isso, rigoroso aplicar o rótulo económico/político, dado que, em muitos casos, os dois estavam interligados, como, inclusive, se demonstra numa das cartas enviadas ao EMGFA.

“Eu e muitos outros da minha freguesia fugimos a salto para França para fugir à guerra de África e para ganhar a vida”³⁴⁰

A existência deste “projeto duplo”, como lhe chamou Antunes da Cunha³⁴¹, leva a que a contabilização de emigrantes desertores fosse complicada. Mesmo em relação aos emigrantes “puramente” políticos, ou seja, opositores ao regime, resistentes, exilados, foragidos, os números não são certos, uma vez que se fundiram na enorme vaga de migrantes clandestinos, muitas vezes pelos mesmos trilhos. O recurso ao estatuto de exilado em França foi raras vezes utilizado, uma vez que era muito mais simples seguir o percurso de um emigrante dito “regular” para conseguir os papéis necessários à permanência. Além do mais, a variedade de casos singulares, a dispersão dos destinos e até a falta de fontes torna mais difícil obter um número com rigor.

Nos documentos da época, aparecem diversos números, muitas vezes para fins políticos, de forma a apelarem à sua causa, como veremos. Quanto a trabalhos historiográficos, historiadores tentaram apresentar algumas estimativas. Volovitch-Tavares, com base nos números divulgados pelas FA (ainda que não os cite), apontou para os 100 mil desertores e refratários, dispersos em vários países, sendo que cerca de 80 mil estariam em França, antes do 25 de abril³⁴². A maioria estar em França é uma assunção extremamente provável, dada a facilidade da deslocação e estadia, entre os migrantes “económicos”, sendo assim um destino fácil, principalmente até 1971-72, ano do acordo de migração e o reforçar (na teoria) do controlo francês nas migrações clandestinas.

Porém, tal número carece de nuance entre os vários casos possíveis de situação militar irregular. Num trabalho que percorreu os arquivos militares, Cardina e Martins³⁴³

³⁴⁰ Carta enviada de Villeneuve, recebida pelo EMGFA a 7 de janeiro de 1975, em ADN - PT/ADN/EMGFA/5DIV/013/0034/0020

³⁴¹ Antunes da Cunha, Manuel. «Os portugueses de França. Genealogia ... op.cit: 124.

³⁴² Volovitch-Tavares, Marie-Christine. *100 ans d'histoire des Portugais en France*. Neuilly-sur-Seine: Michel Lafon, 2016: 106

³⁴³ Cardina, Miguel, e Susana Martins. «Evading the War: Deserters and Draft Evaders from the Portuguese Army during the Colonial War». *E-Journal of Portuguese History* 17, n.º 2 (2019): 27-47.

apresentaram estimativas mais detalhadas, nas quais enumeram 9 mil desertores *de facto* do exército (sendo que nestes números não entram os da Marinha e Força Aérea) e entre 10 e 20 mil refratários, ao longo dos 13 anos de guerra. No mesmo estudo, outro dado salta à vista – cerca de 200 mil homens não se apresentaram para a inspeção obrigatória no tempo devido, numa tendência que foi crescendo ao longo dos anos de conflito, mostrando um cada vez maior cansaço da juventude perante a mesma (em 1961 a percentagem de faltosos foi de 11.6%, enquanto em 1972 atingira os 20.3%). Não quer isto dizer que estes 200 mil jovens portugueses nunca tenham feito a tropa, aliás, depois da amnistia que o governo de Caetano lançou em 1968, em que o crime de migração clandestina foi perdoado, alguns regressaram a Portugal e cumpriram as suas obrigações militares³⁴⁴.

Seria preciso um estudo mais profundo para chegar ao total efetivo de migrantes com a situação económica irregular em França, na altura do 25 de abril, pelo que não nos atrevemos a dar uma resposta precisa. Contudo, existem dois fatores importantes a considerar: primeiro, se tomarmos por aproximado, com todas as suas dúvidas, o número apresentado por Volovitch-Tavares, estes cerca de 80 mil homens representavam uma parte bastante significativa da população masculina portuguesa em idade ativa³⁴⁵, ou seja, cerca de um em cada quatro homens adultos. Depois, realçar que a grande maioria das situações militares irregulares diziam respeito a faltosos, ou seja, para a lei, a sua situação jurídica, a partir da lei 48861 de 1969, não seria tão grave como no caso dos exilados políticos ou dos desertores *de facto*, mas a sua ausência do país carecia de licença especial, e caso fossem chamados ao exército e não comparecessem seriam considerados desertores. Por outro lado, a questão abrangia apenas os que ainda estavam em condições de ser incorporados, ou seja, os jovens com menos de 29 anos, excluindo, por isso, alguns homens das primeiras vagas de desertores da guerra, que já tinham migrado há mais de 11 anos.

Ao fim de 13 anos de conflito, o programa do MFA definiu que “a solução das guerras no Ultramar é política, e não militar”, e que as novas autoridades deviam lançar as bases para “uma política ultramarina que conduza à paz”³⁴⁶, dando corpo tanto ao descontentamento e cansaço das Forças Armadas perante a mesma, que motivou em

³⁴⁴ Para os que incorreram efetivamente no crime de deserção das FA, o mesmo não se aplicava.

³⁴⁵ Em janeiro de 1975, cerca de 366 mil homens portugueses com mais de 16 anos residiam em França, em 1975 em AHD, DGACCP, *Comunidades Portuguesas - Elementos Estatísticos 1960- 1992* - 12/01

³⁴⁶ *Programa do MFA* em Neves, Orlando. *Textos históricos op.cit*: 45

grande parte a revolta dos Capitães, bem como ao desejo da generalidade da população portuguesa. Nas ruas de Lisboa, inundadas pelos populares que desafiaram a ordem inicial das FA, gritava-se “Abaixo a guerra colonial!”, e nos dias que seguiram, muitos passaportes foram emitidos nos consulados portugueses em França, sendo que alguns foram concedidos a migrantes sem a situação militar regularizada³⁴⁷.

Em Paris, no desfile do 1º de maio, portugueses participaram com vivas ao 25 de abril, exigências de independência das colónias, e apelo a que se faça regressar os soldados em África. No dia seguinte, alguns portugueses dirigiram-se à Rue de Noisiel, para a frente da Embaixada Portuguesa, onde ocorreu uma manifestação a reivindicar mais uma vez a independência das colónias, assim como uma amnistia para os desertores e refratários. Este ato teve uma forte componente simbólica, pelo facto de os emigrantes terem sido recebidos pelo Conselheiro da Embaixada, dentro do próprio edifício, o que pautou desde logo uma mudança na relação entre os residentes no estrangeiro, muitas vezes vistos como *personas non gratas* (sobretudo os desertores e clandestinos) pelo corpo diplomático.

No mesmo dia, em Portugal, o Presidente Spínola, com a aprovação da JSN no dia anterior, publicou o Decreto-Lei 180/74, que amnistiou os milhares de homens do crime de deserção, assim como algumas infrações que a lei de 1968 previa. Mais de uma década depois, a “espada de Dâmocles” suspensa sob os milhares de desertores da guerra colonial parecia ter sido retirada. Os emigrantes que desertaram foram perdoados do crime, contudo, a lei não isentou quem não tinha o serviço militar cumprido na totalidade de o fazer, devendo apresentar-se nos serviços designados, no prazo de 15 dias após

³⁴⁷ *Documento de informação sobre os problemas dos desertores, refractários e compelidos, relacionados com a guerra colonial*, Paris, 1975, p.62, em AHPR, GB 1802 (maço II). Também disponível no CD25A. Este é a fonte mais extensa sobre os problemas relativos à situação militar. Foi elaborado no primeiro semestre de 1975, em Paris, e entregue ao Presidente da República durante a sua visita. Aparece por vezes referenciado como *Livro Branco* dos Desertores na imprensa e num telegrama de Coimbra Martins enviado ao MNE (em AHD, Fundo MNE, AHD, Fundo MNE, Processos 332,20 Relações com a França (38281). Segundo o próprio documento, contou com a ajuda do Consulado Geral de Portugal em Paris e da Delegação da SEE, também na cidade. O conteúdo na maior parte, é apresentado ao estilo de dossier, em que a comissão redatora reuniu uma série de documentos de fontes diversas. Está dividido em 4 partes: a primeira sobre a “importância política da deserção”, em que se explana as razões da mesma e se defende os que foram por esse caminho; a segunda sobre as condições de vida dos desertores no estrangeiro; a terceira com as reivindicações dos mesmos, juntando cartas abertas e textos enviados às autoridades militares e civis, e também jornais; e a quarta que se debruça sobre a situação na altura da redação do texto, com o apanhado das leis que os abrangiam e a sua análise e opinião sobre as mesmas. Contém ainda uma série de anexos, que inclui testemunhos pessoais, recortes da imprensa e estatísticas. Não conseguimos rastrear quem compôs a comissão de redação, e por isso referenciaremos este documento com alguma prudência.

regressarem a Portugal. No caso dos desertores *de facto*, tinham de cumprir o tempo que lhes restava, sendo que podiam ser mobilizados. Caso já tivessem cumprido o tempo de serviço regular, seriam postos na disponibilidade, sendo a mobilização mais improvável. Para alguns que se tinham apressado em fazer as malas e regressar a um Portugal Novo, a decisão deixou amargura, na medida em que foram forçados a voltar para onde já tinham partido uma vez. As autoridades portuguesas usaram, inicialmente, o princípio da igualdade perante a lei e as obrigações militares para justificar a decisão, mas a razão de fundo era num assunto cuja resolução ainda estava pendente: a descolonização.

Antes de mais, importa referir que a guerra colonial, efetivamente, ainda não estava terminada e a questão do caminho a seguir em relação às colónias foi o principal ponto de discórdia das novas autoridades, nos primeiros meses do processo revolucionário, colocando em confronto a facção Spínolista contra a Comissão Coordenadora do MFA. O programa original do MFA continha uma alínea que visava a autodeterminação dos povos ultramarinos, mas o Presidente Spínola conseguira retirá-la da versão final, já na noite do 25 de abril antes do programa ser apresentado ao país³⁴⁸. Para o Presidente e a sua facção, a resposta estaria num regime federalista que iria substituir o império, mas que iria manter a metrópole como centro. Do outro lado, a facção dos militares da Comissão Coordenadora do MFA, que defendiam a entrega total do poder, ainda que, por vezes, com indecisão em relação a quem o receberia, dados os conflitos entre os movimentos independentistas. A opinião pública, mobilizada a favor da independência, as várias facções políticas já em atividade dentro do país, a não disponibilidade dos movimentos de libertação para aceitar outras soluções que não a autodeterminação, continuando a luta armada, e também a pressão internacional levaram a que a segunda facção ganhasse o primeiro embate, mas entre o 25 de abril e a o Decreto-Lei 7/74, publicado a 27 de julho, que garantiu a independência dos povos das colónias, foram três meses de incerteza quanto a este aspeto. Restava agora que todos os lados cessassem-fogo, e negociar os acordos para entregar o poder, processo esse que estaria concluído até janeiro de 1975.

Em outubro de 1974, já após o afastamento de Spínola, que consolidou a vitória da via descolonizadora e independentista, os redatores da revista *25 de abril*, que,

³⁴⁸ Correia, Pezarat. «Descolonização: Colapso do Império». Em *Revolução Portuguesa 1974-1975*, por Fernando Rosas, 271–312. *Op.cit.*: 292

lembramos, era o órgão informativo da SEE, esclareciam algumas inquietudes com clareza:

“Ora este problema [dos desertores] está intimamente ligado a um outro que não diz respeito só aos emigrantes, mas que afecta toda a vida nacional, o problema das colónias. Enquanto este problema não for totalmente resolvido, muitos outros - e entre eles o dos desertores e refractários – terão difícil solução.”³⁴⁹

Tratava-se, por isso, de mais de uma questão de “não abrir precedentes”³⁵⁰ que criassem sentimentos de injustiça entre os que cumpriram e ainda cumpriam serviço militar e, sobretudo, os que ainda estavam em África. Além disso, não esqueçamos que, desde o I Governo Provisório, a ideia de que o país não teria condições para albergar um regresso massivo de pessoas emigradas e suas famílias estava presente no discurso da SEE. Nas ações de contacto em Paris, a SEE informou os contactados que, naquele momento, a emigração não podia parar por causa do problema do desemprego em Portugal³⁵¹. Nos discursos do 11 de agosto, Pedro Coelho reiterava que o GP não pedia aos emigrantes que regressassem, mas que estavam a trabalhar para que se parasse com a emigração, dando condições aos trabalhadores que ficavam. Vasco Gonçalves completou afirmando que o objetivo era que os filhos e netos dos emigrantes não precisassem de o ser. Este discurso de desincentivo ao regresso continuou, pelo menos até ao ano seguinte, e aparenta ter sido um dos motivos para que se tenha entendido “cortar” o retorno dos desertores. Os discursos não se dirigiam a esse grupo, porém, com o Decreto-Lei 415/74, de 7 de setembro, o GP revogou uma lei antiga que obrigava os jovens de 16 e 17 anos a obter uma licença para se ausentarem do país, o que incentivaria a emigração jovem. Esta lei foi coerente com a ideia de que a emigração não poderia parar, podendo até estimular a emigração familiar, mas contraditória com o argumento de não abrir precedentes ao não cumprimento do Serviço Militar Obrigatório. Tendo especialmente em conta que, na data da promulgação (26 de agosto), ainda havia dois fogos por cessar³⁵², sendo possível levantarmos a hipótese de que as autoridades portuguesas também não tinham como prioridade reforçar as fileiras do exército de forma brusca com os desertores, enquanto incentivavam a emigração.

³⁴⁹ 25 de Abril, nº1 (outubro de 1974), p.49

³⁵⁰ *Ibid.*

³⁵¹ Relatório *Remessas de Emigrantes - Missão a Paris e a Dusseldorf - Junho/Julho 1974*, p.26 fotocópia em AHPR, GB 1802 (maço I) p.25

³⁵² O cessar-fogo na Guiné-Bissau fora acordado nesse mesmo dia, mas em Moçambique só viria quase 2 semanas depois, na mesma data em que se publicou a lei. Em Angola, só a 21 de outubro é que o último movimento (MPLA) concordou em terminar as hostilidades.

Da parte dos emigrantes, os primeiros meses do processo revolucionário, neste tópico, aparentam ter sido de alguma incerteza quanto à situação militar. Os manifestos da APCP apelavam à possibilidade de os jovens não cumprirem no Serviço Militar por objeção de consciência, podendo compensar de outras formas³⁵³. Outros grupos organizados de desertores³⁵⁴ também apresentaram tomadas de posição, cuja reflexão concluiu que ainda não era tempo de regressar porque a guerra ainda não tinha acabado, sendo dessa forma urgente dar independência às colónias³⁵⁵. Nas páginas da *Presença Portuguesa* publicaram-se apelos de leitores ao fim da guerra colonial, e esperanças de que os desertores pudessem, eventualmente, regressar a Portugal. Nas ondas do programa de Jorge Reis, um ouvinte esperava que se fizesse “Qualquer coisa pelos rapazes adiados do serviço militar porque eu também sou um deles”³⁵⁶, e tanto desertores, como outros homens foragidos à justiça (contrabandistas e passadores) escreveram para tentar saber se podiam ou não regressar a Portugal. Tanto na revista como nas cartas a Jorge Reis, embora em menor número, aparecem também discursos diretos e indiretos de pessoas em França que se mostravam algo desiludidas com a perda das colónias, mostrando que as opiniões não estavam todas afinadas para o mesmo lado³⁵⁷. No geral, os primeiros meses ainda não eram de grande confrontação, sendo que, nas fontes produzidas pelos emigrantes, o tom e as exigências passavam por dispensas a maiores de 28 anos, ou que fosse dado algum tempo a quem regressasse para se poder estabelecer antes de se dirigirem ao local onde cumpririam Serviço Militar, coisa que em 15 dias não seria possível.

Para os partidos e movimentos de esquerda e extrema-esquerda emergidos da clandestinidade, alguns com presença cimentada nos círculos de desertores, a prioridade era acabar com a guerra e dar independência às colónias. Contudo, no que conseguimos

³⁵³ 2º Manifesto de *Adesão e Apoio aos Programas do Movimento das Forças Armadas e do Governo Provisório*, elaborado pela ACPC, de 30 de junho de 1974 enviado ao PR e ao 1ºMinistério, em AHPR, GB 1802 (maço II)

³⁵⁴ Dada a condição ilegal e clima de medo perante os organismos do Estado Português, antes do 25 de abril, os desertores rapidamente se organizaram em grupos de apoio e comitês, tanto para auxílio mútuo como para prosseguir o trabalho político.

³⁵⁵ Dois manifestos datados de 4 e 11 de maio de 1974, de grupos diferentes, abordam estes temas, em *Documento de informação sobre os problemas dos desertores, refractários e compelidos, relacionados com a guerra colonial*, Paris, 1975, p.52 e 53, em AHPR, GB 1802 (maço II).

³⁵⁶ Carta de homem a Jorge Reis, vinda de Hayange, datada de 18 de maio de 1974, em CD25A, J. Reis / Correspondência / 02

³⁵⁷ Também numa entrevista concedida a Louisa Zanoun, Arthur Silva, refratário e militante anticolonialista, recorda que foi chamado de “traidor” algumas vezes enquanto distribuía no *bidonville*, por portugueses que tinham estado em África a combater. Em Zanoun, Louisa. «Entretien avec Arthur Silva, réfractaire et militant anticolonialiste». *Migrance*, n.º 43 (2014): 16

apurar, a reintegração dos desertores nas fileiras do exército não era mal vista, antes pelo contrário. Tanto o PCP, como o Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP) e o Partido Revolucionário do Proletariado (PRP) nos seus jornais orgânicos centrais defenderam a necessidade de democratizar e consciencializar as fileiras das Forças Armadas, sendo esse mais um palco do processo revolucionário, como as fábricas e os campos³⁵⁸. Contudo, a posição do segundo e terceiro partido divergiam do PCP, na medida que continuavam a apelar à deserção caso os jovens fossem mobilizados para a guerra que ainda não estava terminada. No jornal *O Salto*, publicado em França, com uma difusão relativamente alta, e ligado ao Partido Comunista de Portugal (Marxista-Leninista)³⁵⁹, concordavam com as posições dos demais, porém lembraram que havia quem não pudesse regressar, devendo esses reforçar a organização e apoiar a revolução a partir de França, continuando a luta pelo direito ao exílio³⁶⁰. Guiados pelas orientações partidárias ou não, alguns emigrantes regressaram ao país para cumprir o serviço militar, considerando que estariam a contribuir para o país “novo”, numas FA também elas “novas”.

Não cabe à presente dissertação debruçar-se sobre estes homens, porém deixamos algumas notas para estudos futuros. Alguns casos são conhecidos, como o de José Medeiros Ferreira, que voltou da Suíça e cumpriu alguns meses na 5ª Divisão. Numa carta remetida das Caldas da Rainha, datada de 19 de janeiro de 1975, um soldado escreveu à CODICE, informando que regressou a Portugal para cumprir o serviço militar, ao fim de 7 anos na RFA³⁶¹ e o *Memorando* entregue a Costa Gomes também aborda este assunto, afirmando que muitos, sobretudo os mais novos, regressaram a Portugal para cumprir o serviço militar depois da independência das colónias ter sido acordada³⁶². Mais recentemente, numa obra coletiva elaborada pela Associação de Exilados Políticos Portugueses, divulgou vários testemunhos sobre o reingresso nas FA após o 25 de abril³⁶³.

³⁵⁸ Cf. «Desertores e refractários», *Avante!* nº5 (legalizado) (14 de junho de 1974) ; «Nem mais um embarque», *Luta Popular* nº18 (30 de julho de 1974) ; «Desertores e Refractários perante o movimento actual», *Revolução* nº1 (1 de julho de 1974), correspondendo respetivamente a cada partido.

³⁵⁹ Tratava-se de mais um dos muitos partidos e movimentos de esquerda e extrema-esquerda que apareceram nos anos 60 e 70, geralmente ligados ao maoísmo.

³⁶⁰ «Desertores e refractários», *O Salto*, nº25 (junho/julho de 1974)

³⁶¹ Em ADN, PT/ADN/EMGFA/5DIV/0002/0003/008

³⁶² *Problemas Urgentes da Emigração op. Cit.* : 14-15

³⁶³ AAVV. *Testemunhos de exilados e desertores portugueses, 1961-1974*, 1a ed.; Exílios; AEP61-74- Associação de Exiliados Políticos Portugueses: Lisboa, 2017.

Em dezembro, um sinal foi dado pelo já III GP, com o Decreto-lei 711/74, de dia 11. O texto legislativo apontava que ainda não se verificavam “condições que determinem a publicação de legislação com vista a regularizar definitivamente a situação militar dos indivíduos nestas condições”, visto que ainda faltava acordar a descolonização de Angola. Contudo, os vários rumores e desinformação que circulavam nos meios emigrantes levaram a que o governo permitisse a permanência, em Portugal, de homens com a situação militar irregular, até 45 dias, entre 15 do mês então corrente, e o 31 do seguinte, sem terem de se apresentar de acordo com o que fora legislado na amnistia de maio. Desta forma, o GP pretendia que “um maior número de emigrantes possa tomar contacto directo com a actual realidade nacional”, na lógica do esclarecimento que temos visto ao longo da dissertação. A reação a esta medida foi positiva, expressada em várias cartas ao longo do ano seguinte³⁶⁴, e foram muitos os que fizeram as malas para poder visitar o país que, em alguns casos, já não viam há largos anos. Na fronteira de Quintanilha, reportou-se que o movimento de pessoas mais do que duplicou face ao período do Natal de 1973, e em Vilar Formoso, o relatório aponta para a falta de condições para receber tanta gente³⁶⁵.

Contudo, foi também a partir de dezembro que a inquietação se começou a fazer ouvir. O salvo-conduto para visitar Portugal não chegou para acalmar a impaciência que se foi construindo, e a partir desta altura foram várias as cartas abertas coletivas, apelos, petições e missivas individuais que chegaram às caixas de correio das autoridades reivindicando uma solução para os desertores. A maior parte destes apelos, especialmente as cartas abertas, eram dirigidos ao Estado-Maior-General das Forças Armadas, organismo responsável pela direção das Forças Armadas. É interessante reparar que tanto a própria 5ª Divisão, a Comissão Coordenadora do MFA como a Comissão Dinamizadora Central, assim como a SEE receberam apelos destes homens, o que poderá demonstrar que no imaginário coletivo o centro de poder para alterar a condição dos desertores era

³⁶⁴ No ADN encontramos 3 cartas a agradecer a amnistia de natal, datadas de fevereiro, março e abril (em ADN, PT/ADN/EMGFA/5DIV/002/0003/009 ; PT/ADN/EMGFA/5DIV/002/0008/041 e PT/ADN/EMGFA/5DIV/002/0009/044 respetivamente)

³⁶⁵ *Acolhimento a emigrantes nas fronteiras – Natal de 1974*, em AHD, DGACCP, 8.7/1 (1409). No *Documento de informação sobre os problemas dos desertores, refractários e compelidos, relacionados com a guerra colonial*, Paris, 1975, p.62, em AHPR, GB 1802 (maço II), apresenta-se uma informação de serviço do Consulado Geral de Paris a reportar que, só no dia 13 de dezembro, 700 passaportes foram emitidos. Não conseguimos verificar a veracidade do número, que parece exagerado, ainda assim, cruzado com a informação das fronteiras, mostra que muitos aproveitaram o salvo-conduto, especialmente na altura do Natal (o relatório citado enuncia o maior número de entradas nos dias antes da festividade), para se reunirem com a família e reverem o seu país.

múltiplo e variado, apesar do assunto ser *de facto* tratado pelo Estado-Maior-General das Forças Armadas.

No último mês de 1974, já só faltava estabelecer um acordo para a independência de Angola, que seria concretizado dia 15 do janeiro seguinte. A justificação apresentada pelas novas autoridades, a afirmar que o problema militar se resolveria quando a descolonização estivesse resolvida, já não se adequava “considerando que: 1º o processo de descolonização está praticamente terminado”³⁶⁶. Ao longo do ano de 1975, pelo menos até junho, o tema esteve na berlinda entre os círculos da emigração, mas a solução tardaria. A crescente radicalização das posições, que caracterizou o processo revolucionário no período a seguir ao 28 de setembro, juntamente com a tal impaciência que se fora agravando, fez com que as produções discursivas dos desertores também elas ganhassem outro tom, e, aparentemente, maior frequência.

Com o 11 de março, as posições radicalizaram-se, bem patente no documento *Emigrantes com Portugal*, da APCP, em que, além de apoiarem a vitória das forças progressistas na intentona de março, exigiram que o problema militar fosse resolvido. Para esta associação, era fulcral que a solução considerasse o caso de cada um dos desertores e defendiam ainda a livre entrada no país, sem ter de cumprir o serviço³⁶⁷, posições essas bem mais vincadas do que as apresentadas pouco menos de um ano antes. Também nesta altura, uma nova vaga de boatos, rumores e incertezas correu alguns círculos da emigração, muito por causa da nacionalização da banca, cuja consequência chegou a ser uma ligeira retração nos envios de França, como já vimos. As autoridades portuguesas, para contrariar os efeitos nefastos dessa vaga, juntaram o útil ao agradável e emitiram mais um salvo-conduto para os homens com a situação irregular visitarem o país. O Decreto-lei 158-H/75 de 26 de março, permitiu que alguns pudessem visitar o país a partir de dia 28, abarcando a Páscoa (30 de março), e permanecer, mais uma vez, por 45 dias. No texto da lei, afirmava-se que ainda estava a decorrer a elaboração legislativa que regularizasse a situação militar, e enunciava como abrangidos tanto os migrantes “por motivo de ordem ideológica e política, quer por motivos económicos”.

³⁶⁶ *Apelo aos Desertores, Refractários e Aticolonialistas*, Lisboa, 21 de janeiro de 1975, cujos assinantes são incertos, mas calcula-se que se trata de um grupo que já tinha escrito uma carta no mês anterior, em ADN, PT/ADN/EMGFA/5DIV/003/0011/009. Também no *Documento de informação sobre os problemas op.cit.*, p. 21 está uma carta aberta, com os nomes dos assinantes, que menciona a mudança necessária e desatualização da amnistia de maio de 1974, dado o andamento da descolonização.

³⁶⁷ *Emigrantes com Portugal* – Panfleto da APCP, datado de 31 de março de 1975, elaborado no seguimento do 11 de março. Em ADN, PT/ADN/EMGFA/5DIV/013/0035/0023

Para alguns homens em situação irregular, o assunto não se prendia pelo tempo que tinham de cumprir no Serviço Militar, caso regressassem, mas sim do possível castigo que receavam ter de enfrentar se se juntassem à recruta fora de tempo. Lembremo-nos que muitos emigrantes não estavam a par das últimas notícias e as redes de contacto, muitas vezes, circunscriviam-se ao círculo próximo em França, e aos que tinham deixado em aldeias perdidas por Portugal. Além disso, como temos visto, a informação que chegava a alguns meios emigrantes era muitas vezes filtrada, deturpada ou simplesmente incompleta, o que levava a rumores e más interpretações. Numa carta a Jorge Reis, logo no mês de maio de 1974, um jovem ouvinte dizia ter medo de voltar a Portugal porque ouvira que iam fechar as fronteiras e tinha medo de ser “apanhado”³⁶⁸. Meses depois, uma carta foi publicada na revista *25 de abril*, em que um emigrante relatava o rumor que circulava sobre os jovens “nunca mais poderem lá voltar [a Portugal]”, e que por isso seria escusado enviar mais dinheiro, mostrando que os rumores ligavam vários temas. Nas brigadas e delegações que o MFA enviou para França para “levar” a revolução aos emigrantes, um dos temas abordados foi o dos desertores, assunto esse que os militares tiveram de explicar aos emigrantes que não iria haver um castigo a quem enveredou pela deserção³⁶⁹, demonstrando que as notícias da amnistia não tinham chegado com clareza a todos. Num período mais avançado, várias cartas individuais chegaram a diferentes gabinetes das Forças Armadas, solicitando a informação sobre se podiam ou não entrar em Portugal, fosse de férias ou permanentemente, e eram remetidas pelos próprios homens com a situação irregular, ou, várias vezes, pelos pais, em jeito de apelo, ou pela esposa³⁷⁰. O ato de ter alguém a contactar as autoridades, em vez do próprio, pode indicar algumas coisas diferentes (interesse da família em ter a visita, pouca literacia do emigrante, etc.), mas parece-nos também estar ligado ao medo dos desertores de serem “descobertos” e, eventualmente, castigados, tendo em conta que, recordemos, alguns deles já estavam há mais de uma década “clandestinos”, do ponto de vista das autoridades portuguesas, e os boatos circulavam.

³⁶⁸ Carta escrita a Jorge Reis, por homem em Champigny, datada de 20 de maio de 1974 em CD25A, J. Reis / Correspondência / 20

³⁶⁹ Volovitch-Tavares, Marie-Christine. «Les immigrés portugais en France et la “révolution des Œillets”». Em *De la Révolution des œillets au 3ème millénaire: Portugal et Afrique lusophone*, 147–64. Travaux et documents 7. Vincennes Saint-Denis: Université de Paris 8, 2000: 158

³⁷⁰ Veja-se por exemplo as cartas e processos presentes, datadas entre maio e agosto de 1975, em ADN, PT/ADN/CEMGFA/028/0060

O grande argumento, presente em várias cartas coletivas e individuais, não se prendia tanto pela objeção moral (apesar de também aparecer) de cumprir o serviço militar, até porque, a partir de certo ponto, a guerra a que muitos tinham dito “não” com os pés, já tinha terminado, faltando apenas a retirada das tropas portuguesas. A questão fundamental para estes homens continuava a ser o da interrupção que o serviço militar representava, por pelo menos 18 meses. Independentemente de haver guerra ou do país estar a atravessar mudanças que eram percecionadas (geralmente) como positivas, “ir à tropa” não deixou de ser um fardo que implicava o abandono (ou pelo menos a pausa) de projetos de vida e deixar empregos, por vezes já estáveis e firmados, assim como o choque ter o principal fornecedor de sustento ausente poderia representar para um agregado familiar (estivesse em Portugal ou em França).

Alguns, além dos transtornos que o serviço militar traria para o quotidiano, mostraram, através das cartas, vontade de utilizar o seu trabalho como forma de contribuir para o desenvolvimento do país, numa lógica semelhante ao contributo através dos envios de dinheiro, que já enunciámos. Em certos casos, alguns emigrantes mostravam vontade de regressar em definitivo, de trabalhar em prol do que viam ser um novo projeto de país, como foi o caso de um homem, residente em Blanc-Mesnil, ao escrever que “Portugal terá mais necessidade de um técnico formado e operacional que um militar”³⁷¹, numa carta que continha também o seu *curriculum* e experiência. Outros, viam as férias como uma forma de gastar dinheiro no país, além de rever a família, contribuindo para a reconstrução económica, mas para isso necessitavam de poder entrar e sair livremente³⁷². E havia ainda os que pretendiam acompanhar de mais perto o “pulsar” da revolução, peticionando várias vezes à SEE pela livre circulação³⁷³.

A última preocupação mais comum era a de mudar a perceção que as novas autoridades tinham sobre eles. Se o antigo regime os considerava criminosos, algumas cartas abertas argumentavam que, apesar da amnistia, a natureza da sua ação ainda era

³⁷¹ Carta enviada de Blanc-Mesnil, a 4 de janeiro de 1975, em ADN, PT/ADN/EMGFA/5DIV/002/0003/004

³⁷² Numa carta enviada de Ste. Geneviève, datada de 2 de fevereiro de 1975, um homem além de propor a abertura das fronteiras ainda acrescenta a proposta de pagamento de uma taxa que compensasse o não cumprimento do Serviço Militar. Em ADN, PT/ADN/EMGFA/5DIV/002/0003/009. Também o Memorando entregue a Costa Gomes apresenta como alternativa a uma lei que regularize a situação militar, a possibilidade de poderem entrar em Portugal porque as divisas que levariam seriam uma “ajuda preciosa” (*Problemas Urgentes da Emigração op. Cit.*: p.15)

³⁷³ *Documento de informação sobre os op.cit.*, p.23 e abordado (ainda que de forma mais ambígua) no estudo de Eduardo Serra [«Cartas de emigrantes - Uma interpretação», *Emigração Mês-a-Mês* nº7 (abril de 1975) p. 42]

vista como um crime, e interpretavam a imposição do cumprimento do Serviço Militar como um castigo “injusto e punitivo”³⁷⁴ que não mereciam. Em sua defesa, invocavam as más condições em que viveram no seu “exílio” e todas as dificuldades que tiveram, desde separação familiar, passando pela ausência de ajuda e enquadramento social oficial em França, até ao aproveitamento dos empregadores franceses, que tiravam partido da sua frágil situação. Estes homens não queriam “ser rejeitados pelo Povo Português a que pertencemos e que nunca atraíçamos”, ao contrário do que alguns ainda pensavam, e defendiam que a sua não participação voluntária na guerra auxiliou no derrubamento do regime, enfraquecendo o exército. Em suma, um homem de Darney colocou de forma clara - “Agora quero ser um cidadão limpo e documentado, já que antes não me deixaram”³⁷⁵.

A questão aparenta ter continuado ausente dos discursos oficiais das autoridades, e mesmo nos momentos de maior simbiose passava para segundo plano, ainda que os desertores tentassem trazê-la ao de cima³⁷⁶. Costa Gomes, antes de se encontrar com os emigrantes, ainda promulgara um decreto-lei, que foi publicado alguns dias depois: o Decreto-Lei nº287/75 de 12 de junho, que acabou por responder ao que aparenta ser a grande parte dos desertores, que pretendiam visitar Portugal por uns tempos, para ver a família e o processo revolucionário. A legislação permitira aos homens com situação militar irregular visitar o país por um máximo de 90 dias, num salvo conduto válido até ao fim do ano, e face ao diminuir do número de cartas, petições e documentação nos arquivos e outras fontes que consultámos, a questão aparenta ter assentado.

Em retrospectiva, parece ser plausível afirmar que as FA e o legislador estavam mesmo à espera da independência formal das colónias. Ao PAIGC, da Guiné, os poderes tinham sido entregues em setembro de 1974, tornando a sua independência, finalmente, bilateral. Moçambique teria a sua em finais de junho de 1975, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (mesmo sem terem sido palcos de guerra) consagraram-se como países na primeira quinzena de julho. O último “novo” país, mais uma vez (também fruto do atraso nas negociações e também de toda a logística necessária), fora Angola, cuja República

³⁷⁴ Carta aberta ao EMGFA, com o nome de 9 homens, datada de 12 de dezembro de 1974, em *Documento de informação sobre os op.cit.* p. 20

³⁷⁵ Carta enviada de Darney, à Secretaria de Estado da Informação e Turismo, reencaminhada para o gabinete da 5ªDiv. Em ADN, PT/ADN/EMGFA/5DIV/002/0003/005

³⁷⁶ Como já vimos, o memorando entregue a Costa Gomes refere esta questão, e foi também entregue ao Presidente *Documento de informação sobre os op.cit.*, que ficara conhecido por livro branco dos desertores, na altura.

Popular foi proclamada, em Luanda, e no Huambo³⁷⁷, a 11 de novembro de 1975, data em que a bandeira portuguesa foi arreada e os últimos militares saíram do posto.

Apenas três dias depois, uma nova lei foi promulgada, com a publicação em 21 de novembro de 1975. O Decreto-lei 656/75, de 21 de novembro “Considerando a necessidade de pôr fim a situações militares irregulares em que muitos portugueses se constituíram, por razões ideológicas e outras, em consequência do regime político anterior ao Movimento de 25 de Abril de 1974”, estabeleceu um novo quadro legal para desertores, refratários, faltosos e compelidos. Este ainda não isentaria do serviço militar os jovens (que estivessem em Portugal) em idade de ser incorporados, sendo que dependeria do contingente a que pertenciam. Caso o jovem estivesse no estrangeiro, podia requerer uma licença que o isentava de incorporação, passando à reserva territorial quando a sua classe o fizesse também. Na prática, os jovens ausentes ficavam isentos do serviço. Os que pertenciam a classes já na disponibilidade, também não faziam o serviço, passando igualmente à reserva. Caso o indivíduo fosse um desertor *de facto*, a disposição era a mesma, mas retirava a possibilidade de se ausentar do país caso o contingente ainda estivesse no ativo. Por fim, a lei definia que tanto o alistamento na reserva como a passagem à disponibilidade sob estas condições estariam sujeitas à cobrança de uma taxa militar, paga ao longo de 25 anos.

Os resultados dessa nova legislação ficaram aquém do esperado, e por isso, já num quadro político pós-revolucionário, no ano seguinte, uma nova lei foi promulgada pelo Conselho da Revolução, nessa altura já completamente institucionalizado e inserido na já aprovada Constituição de 1976. A lei fundamental determinou que o CR seria o legislador dos assuntos de ordem militar, e no seu exercício de funções lançou o Decreto-lei 504/76, de 1 de julho, que poria fim de uma vez por todas à questão dos desertores da guerra colonial a residir no estrangeiro. Esta remodelou mais uma vez o procedimento para se isentar da necessidade de cumprir serviço militar, permitindo o pagamento de uma taxa que permitia a passagem para a reserva territorial de todos os homens com a situação militar irregular fruto da guerra colonial. O diploma incluiu os desertores pós-25 de abril, abarcando assim os jovens que se recusaram a embarcar nos últimos meses de mobilização, respondendo aos apelos da extrema-esquerda, e revogou as disposições da

³⁷⁷ Em Luanda, foi o Movimento Popular de Libertação de Angola que proclamou a independência, já no Huambo a ação foi feita pela União Nacional para a Independência Total de Angola e Frente Nacional de Libertação de Angola

lei promulgada no novembro anterior. Em suma, quem tivesse recusado embarcar para África ou servir as FA durante o período de beligerância, não teria de cumprir serviço militar.

5. Conclusão

Em 1993, Paulo Filipe Monteiro lançou uma crítica aos estudos sobre emigrantes. Para o autor, estes pecavam pelas influências de discursos e construções externos aos próprios sujeitos, que tendiam a prender-se às “situações mais folclóricas” e “recolher algumas afirmações desgarradas”, vistas como “naturais”, mas que na verdade “são importadas dos discursos políticos”³⁷⁸. Com o objetivo de cortar com esta tradição, Monteiro desafiou os estudiosos do tema a colocarem-se do ponto de vista dos emigrantes. O contributo da dissertação que agora se aproxima do fim vai nesse sentido.

Escolhemos fazer um estudo de caso específico sobre os emigrantes em França, onde a mais larga percentagem de portugueses emigrados estava localizada, não apenas pelo fator demográfico. Cedo percebemos que algumas tendências vindas do Hexágono não coincidiam com as imagens e narrativas construídas sobre os emigrantes em geral, e podemos ver que esse país foi mais um palco onde se desenrolou a Revolução Portuguesa, ainda que à distância. Começámos por ver como, perante canais de informação difusos, confusos e escassos, os portugueses emigrados procuraram conhecer e dar a conhecer o que se ia passando em Portugal, pelos vários pontos de França, assim como as ações e motivações dos governos no esforço de “esclarecimento” e combate ao “boato”, um fator relevante em vários tempos e assuntos, levando um pouco da revolução até França, e procurando dar garantias de estabilidade e segurança. Analisámos a questão das remessas, sendo que França foi dos poucos países de onde os envios em 1975 não diminuíram. Demonstrámos que as razões que levaram ao abrandamento em determinadas alturas da cronologia, e ao aumento noutras, eram complexas e variadas, pelo que não diziam respeito apenas à situação política portuguesa. Durante este período, o envio dos dinheiros assumiu uma importância recrudescida, dada a situação económica do país, e muitos viram no novo momento um incentivo extra para contribuir para o desenvolvimento do “Portugal Novo”, uma lógica que também esteve presente no discurso dos governos para convencer os sujeitos a continuar os envios. Terminámos esta parte do texto com uma abordagem sobre a Eleição à Assembleia Constituinte, na qual a vontade de participar foi prontamente tida como justa e necessária por muitos emigrantes, ainda que não fosse uma prática comum no contexto internacional. Notámos a apreensão do lado do legislador à esquerda, e vontade de maior abrangência nas fações à direita. Também a modalidade do

³⁷⁸ Monteiro, Paulo Filipe. *Emigração: o eterno mito do retorno*. 1ª ed. Oeiras: Celta, 1994: 2

voto foi tema de discussão, mas no fim de contas o número de recenseados foi escasso e o de votantes ainda menor, sendo que também em França os resultados fugiram à “norma”, comparado com os países fora da Europa, mas também no continente.

Na segunda parte da dissertação, explorámos a (tentativa de) democratização das estruturas e o alargamento do acesso a direitos por parte dos trabalhadores portugueses em França e as suas famílias. Os postos diplomáticos portugueses foram alvos imediatos da vontade de mudança por parte de vários setores da emigração, um pouco por todo o país. Com um historial de relações pouco amistosas já patente e a palavra “saneamento” a entrar na ordem do dia, ao Palácio das Necessidades chegavam queixas várias contra cônsules, vice-cônsules e outros funcionários dos postos, e vontade de ter homens de confiança nos mesmos. Da parte do MNE, a política aparenta ter sido de discrição e pragmatismo, fazendo os mínimos para garantir o bom funcionamento, com movimentações em certos postos, sendo que nalguns casos o suposto “saneamento” correspondeu a uma promoção. Os outros três pontos prendem-se por um denominador comum: dependiam da política francesa, que naquele momento estavam num período charneira. O alargamento dos direitos sociais, o acesso à habitação digna e a criação de cursos de Português foram medidas que, ao longo dos anos a seguir a 1974, estavam patentes, pelo menos no discurso, da nova política de imigração francesa, levada a cabo por Paul Dijoud. Nos meses da revolução, os trabalhadores portugueses em França viram o abono de família aumentar, e um Estado Português mais próximo para os auxiliar, com objetivos de renegociar os acordos de Segurança Social entre os dois países, de forma a garantir uma maior justiça e igualdade entre os trabalhadores portugueses e os franceses. Quanto à habitação, a questão colocou-se mais na casa que alguns emigrantes tinham em Portugal. Perante uma vaga de ocupações por parte do movimento urbano, algumas casas de emigrantes foram alvo de ocupações, ilegais mesmo perante a lei revolucionária, lançando receios em certos núcleos de emigrantes. No entanto, estas não foram as únicas mudanças que levaram à preocupação de certos emigrantes, havendo quem tivesse receio de ser despejado do apartamento que deixou alugado, ou ainda os que tinham medo de não poder cessar o contrato com o inquilino a quem alugava o espaço. Havia ainda os que nem casa em Portugal tinham para chamar sua, e também os que não foram afetados por tais rumores, vendo o ato de construir a casa como mais uma forma de contribuir para a sua terra, e procurando mais facilidades nesse processo. No tocante ao ensino do Português, mostrámos as continuidades e roturas dos governos de abril em comparação

com o anterior regime, assim como as permanências da vontade forte de muitos emigrantes na expansão dos cursos, e até integração da língua na escola francesa.

Terminámos com um capítulo dedicado exclusivamente aos “rapazes” com a situação militar irregular. Descrevemos as várias designações presentes na legislação militar, assim como a tenuidade das fronteiras entre os emigrantes “económicos” e “políticos”, que criam dificuldades especialmente patentes quando se tenta elaborar uma contagem de desertores da guerra colonial. Após a amnistia do Decreto-Lei 180/74, de 2 de maio, os homens que recusaram enfileirar-se nas Forças Armadas, nos anos anteriores, tiveram o seu “crime” perdoado e podiam, finalmente, regressar a Portugal. Contudo, as obrigações militares não sofreram *tabula rasa*, e o tempo estipulado tinha de ser cumprido. Uns, guiados pelo espírito do MFA e os apelos de alguns partidos e movimentos, juntaram-se com entusiasmo, esperando umas Forças Armadas novas que podiam contribuir para a construção de um também novo país. Já outros entenderam que tais obrigações eram injustas e impensáveis na fase da vida em que se encontravam, ora por obrigações laborais ou familiares, por objeção de consciência ou por acharem que o seu contributo seria mais útil noutros campos. Esta questão só ficaria resolvida após o arrear da bandeira portuguesa de Angola, e entrega do poder aos seus nacionais, em novembro de 1975. A única questão que sobrava era a dos desertores mais jovens, cujo contingente ainda se encontrasse no ativo, que não poderiam ausentar-se do país, porém esta ficaria resolvida alguns meses depois, já num quadro constitucional.

Em suma, vimos que, num período tão rico em esperanças e também incertezas, muitos não ficaram sempre indiferentes e muito menos foram apáticos. Ao contrário de certas representações que colocaram os emigrantes num papel sobretudo reativo a acontecimentos externos a si, argumentámos que os seus interesses não se reduziram apenas a proteger a casa que deixaram (ou a ideia de um dia a poderem construir), nem as suas preocupações foram simplesmente o que iria acontecer às suas poupanças. Não há dúvida que a questão das remessas e da Casa foram marcantes, e até levaram a várias ações e reações, mas entendemos necessário retirar o sujeito coletivo do nosso estudo da ideia exclusivamente económica, e sobretudo atribuir-lhe agência própria, tanto nestes tópicos, como noutros que fomos abordando. Os portugueses em França também se mobilizaram, organizaram, opinaram e, sobretudo, quiseram ser tidos em conta, neste período de agitação e mudança. Vimos que os problemas tinham raízes, e algumas soluções já vinham sendo colocadas na ordem do dia, durante o anterior regime, mas

notámos um salto considerável, especialmente tendo em conta o curto espaço de tempo, no que toca a proximidade, iniciativas, alguns avanços concretos para tentar providenciar aos portugueses de França uma vida melhor, e, sobretudo, perspectivas do regresso desejado (ainda que não imediato).

A questão do regresso esteve patente, quanto mais não seja no pano de fundo, em quase todas os temas. Saber o que se estava a passar no seu país, questionar se deviam ou não enviar mais ou menos dinheiro e para o que seria usado, querer votar nos seus governantes e ter uma palavra a dizer sobre os representantes da missão diplomática, assegurar que teriam uma casa para voltar, ensinar português aos filhos e mesmo poder ir a Portugal livremente, sem obrigações de maior, tudo isto demonstra que estes emigrantes que estudámos, participantes ativos na revolução, tinham uma ligação profunda ao país de onde partiram e a ideia de voltar de forma permanente era uma constante em muitos casos. Em julho de 1974, numa carta a Jorge Reis, um homem natural de Nisa, poetizava tal sentimento:

“Ó Portugal Democrático
Ó Veia do Coração
Trabalhamos Portugueses
Para Levantar a nação

Dando honra a Portugal
A meu berço de embalar
Eu ganho o meu Pão em França
Mas a Portugal quero voltar”³⁷⁹

Antes de terminar, é pertinente apontar alguns caminhos que podem ser, esperamos nós, seguidos a partir da presente dissertação, cujo tema está longe de se esgotar. Esperamos incentivar mais estudos de caso sobre outros países com número elevado de portugueses a residir (Brasil, RFA, EUA, etc.), de forma a perceber que semelhanças e diferenças tinham com o caso francês, e também matizar as imagens que genéricas que o largo termo “emigrante” abarca.

Ainda assim, sobre o caso francês, ainda outras possibilidades são aliciantes para o investigador. Na introdução escrevemos sobre os limites dos nossos arquivos, pelo que seria pertinente a consulta de outro tipo de documentação, nomeadamente que clarificasse as dimensões referentes à esfera familiar e também às relações dos sujeitos com as

³⁷⁹ Poema presente numa carta enviada a Jorge Reis, datada de 19 de julho de 1974, sem indicação da localidade, mas enviada de França, em CD25A, J. Reis / Correspondência / 45

instituições e os organismos locais da comunidade, do concelho ou da região, bem como uma pertinente incursão nas fontes e arquivos franceses. Apelamos à tentativa de compreensão da agência feminina, neste contexto, e também ao estudo mais alargado da imprensa periódica da época, tanto dos jornais da emigração, como dos jornais nacionais, regionais, locais, e até internacionais, que escreveram sobre os emigrantes. Saindo um pouco do ponto de vista dos sujeitos ditos “comuns”, é pertinente também um estudo sobre a ação de outros atores e instituições, como os partidos políticos, a igreja católica, ou mesmos as instituições bancárias, tanto francesas como portuguesas. Metodologias de história oral também seriam pertinentes, na medida que podem preencher as lacunas e “vazios” a que a documentação de arquivo não consegue responder. Ao longo do texto, também fomos dando indicações de outros trabalhos mais amplos que podiam desenvolver a nossa dissertação, mas que não nos foi possível fazer, como a contagem (e flutuação) dos homens com situação militar irregular durante a revolução, a questão das ocupações reais de casas de emigrantes, ou a quantidade de saneamentos, ou, pelo menos, que desenvolvimentos levaram os processos, que decorreram no Ministério dos Negócios Estrangeiros. Interessaria também estudar a fundo a Secretaria de Estado da Emigração e os seus organismos internos (Instituto da Emigração e Direção-Geral da Emigração), bem como as delegações no estrangeiro (por exemplo a célebre delegação localizada na Passage Dombasle, em Paris), para perceber com detalhe as continuidades e roturas em comparação com o Secretariado Nacional da Emigração, assim como as influências que teve na política dos vários governos constitucionais. Regressando a Fontenay-Sous-Bois, interessa também perceber o impacto da revolução e a sua memória nas formas de conceber a nação presentes no imaginário dos emigrantes. Por fim, os anos a seguir à revolução, especialmente até 1980, foram marcados por um regresso considerável de emigrantes, de várias partes do mundo³⁸⁰, ficando também essa história, como outras, por escrever.

³⁸⁰ Serrão, Joel. «Notas sobre emigração e mudança social no Portugal Contemporâneo». *Análise Social* 21, n.º 87/88/89 (1985): 1022

Fontes

Arquivos e fundos:

- Arquivo da Defesa Nacional

Fundo do Gabinete do Chefe de Estado-Maior das Forças Armadas

Fundo do Estado-Maior General das Forças Armadas, 5ª Divisão - Informação e Relações-Públicas

- Arquivo Histórico do Banco de Portugal
- Arquivo Histórico Diplomático

Fundo do Ministério dos Negócios Estrangeiros

Fundo da Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas

- Arquivo Histórico da Presidência da República

Secção Casa Civil

Secção Gabinete do Presidente da República

- Arquivo Histórico Parlamentar

Fundo Assembleia Constituinte de 1975

- Arquivo Nacional da Torre do Tombo

Fundo do Conselho da Revolução

- Centro de Documentação 25 de Abril

Espólio Jorge Reis

Legislação

Diário do Governo – consultado em diariodarepublica.pt

Projecto de Lei Eleitoral para a Assembleia Constituinte, 22 de agosto de 1974 aprovado pela Comissão disponível em app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituinte/med01160363j.html (consultado a 10 de agosto de 2023).

Relatório da Comissão de elaboração do Projecto de Lei Eleitoral para a Assembleia Constituinte em app.parlamento.pt/LivrosOnLine/Vozes_Constituinte/med01160362j.html (consultado a 10 de agosto de 2023).

Fontes impressas

Comissão Consultiva dos Trabalhadores Portugueses Emigrados em França. *Problemas Urgentes da Emigração Portuguesa - Memorando entregue ao senhor General Costa Gomes (Junho de 1975)*. Porto: A opinião, 1975.

Documento de informação sobre os problemas dos desertores, refractários e compelidos, relacionados com a guerra colonial. Paris. 1975

Maurício, Artur, e Castelo Branco Gonçalves,. *Saneamento na função pública.* Lisboa: Diabril, 1975.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, ed. *Anuário diplomático e consular português.* Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1973.

Ministério dos Negócios Estrangeiros, ed. *Anuário diplomático e consular português.* Lisboa: Tipografia Henry Gris. 1979.

Neves, Orlando. *Textos históricos da revolução.* Vol. 1-3. Teoria e prática, 4 8 12. Lisboa: Diabril, 1975-1976

Relatórios do Conselho de Administração do Banco de Portugal. 1974-1976

Turismo e remessas de emigrantes 1950 a 1981. Direcção de Serviços e estatística e Estudos Económicos do Banco de Portugal – Anos 1974 e 1975

Imprensa periódica

25 de Abril – Revista oficial da Secretaria de Estado da Emigração.

Emigração Mês-a-Mês – Boletim da Secretaria de Estado da Emigração

O emigrante – *Jornal do emigrante português em França*

Portugal Popular – *Jornal Independente dos Portugueses em França*

Presença Portuguesa – *publicação mensal dos portugueses em França*

Discursos

Martins, António Coimbra. *Esperanças de abril: críticas, sátiras, discursos e depoimentos.* Perspectivas & Realidades, 1981.

Gama, Augusto Paula da, ed. *Vasco Goncalves: Discursos, conferencias de imprensa, entrevistas.* Porto: Edição Popular, 1976.

Ministério da Comunicação Social, ed. *Costa Gomes - Discursos Políticos.* Lisboa: Ministério da Comunicação Social, 1976.

Bibliografia

Obras de referência

Bethencourt, Francisco, e Kirti Narayan Chaudhuri. *História da expansão portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1998.

Ferreira, José Medeiros. *História de Portugal Portugal em transe (1974-1985); Cronologia; Indices*. Dirigido por José Mattoso. Vol. VIII. História de Portugal. Lisboa: Editorial Estampa, 1993.

Reis, António, Maria Inácia Rezola e Paula Borges Santos, coords. *Dicionário de História de Portugal: O 25 de Abril. Figueirinhas, 2016*.

Reis, António. *Portugal 20 anos de democracia*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

Rosas, Fernando. *História de Portugal - O Estado Novo, 1926-1974*. Dirigido por José Mattoso. Vol. VII. História de Portugal. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

Zancarini-Fournel, Michelle, e Christian Delacroix. *La France du temps présent (1945-2005)*. Paris: Humensis, 2015.

Memórias

Castanheira, Alexandre. *Outrar-se ou a longa invenção de mim*. 1ª ed. Campo da memória 11. Porto: Campo das Letras, 2003.

Ferreira, Medeiros. *Memórias anotadas*. 1ª ed. Lisboa: Temas e Debates - Círculo de Leitores, 2017.

Miranda, Jorge. *Da revolução à Constituição: memórias da Assembleia Constituinte*. Parede: Príncipeia, 2015.

Cardoso, Fernando coord. *Testemunhos de exilados e desertores portugueses, 1961-1974*. 1ª ed. Exílios 2. Lisboa: AEP61-74-Associação de Exilados Políticos Portugueses, 2017.

Estudos e obras específicas

Ademar, Carlos. *Vítor Alves: o homem, o militar, o político*. Lisboa: Parsifal, 2015.

Aldcroft, Derek. *The European Economy 1914-2000*. Routledge, 2002.

Almeida, Aníbal de . «A Revolução dos Cravos e a Emigração Portuguesa». *Latitudes: cahiers lusophones*, n.º 6 (setembro de 1999): 6–12.

Almeida, Sónia Vespeira de. *Camponeses, cultura e revolução: campanhas de dinamização cultural e acção cívica do MFA, 1974-1975*. Lisboa: Edições Colibri, 2009.

Antunes da Cunha, Manuel. «Os portugueses de França. Genealogia de um público radiofónico». *Observatorio (OBS)*, n.º 6 (novembro de 2002): 119–41.

———. «Quand le public prend la parole: l'émission des Portugais (1966 -1992)». *MédiaMorphoses (Bry-sur-Marne) [ISSN 1626-1429]*, 2003, N° 7; p. 98-103, 1 de janeiro de 2003. Arroteia, Jorge Carvalho. «Aspectos recentes da emigração portuguesa». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 15/16/17 (maio de 1985): 435–43.

- Baganha, Maria Ioannis B. «As correntes emigratórias portuguesas no século XX e o seu impacto na economia nacional». *Análise Social* 29, n.º 128 (1994): 959–80.
- . «From Closed to Open Doors: Portuguese Emigration under the Corporatist Regime». *E-Journal of Portuguese History*, n.º 1 (2003).
- . «Uma imagem desfocada – a emigração portuguesa e as fontes sobre a emigração». *Análise Social* 26, n.º 112–113 (1991): 723–39.
- Bartel, Fritz. *The Triumph of Broken Promises: The End of the Cold War and the Rise of Neoliberalism*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 2022.
- Benton, Gregor, e Hong Liu. *Dear China: Emigrant Letters and Remittances, 1820–1980*. Univ of California Press, 2018.
- Blanc-Chaléard, Marie-Claude. «Les immigrés et le logement en France depuis le XIXe siècle. Une histoire paradoxale». *Hommes & Migrations* 1264, n.º 1 (2006): 20–34.
- . «Une voix dissonante sur les bidonvilles des Trente Glorieuses». Em *Ces villes-là: Actualité de Colette Pétonnet*, editado por Sepideh Parsapajouh e Anne Raulin, 57–80. Le social et le politique. Nanterre: Presses universitaires de Paris Nanterre, 2022.
- Brettell, Caroline. *Anthropology and Migration: Essays on Transnationalism, Ethnicity, and Identity*. Lanham: Altamira Press, 2003.
- . «Emigration and Underdevelopment: The Causes and Consequences of Portuguese Emigration to France in Historical and Cross-Cultural Perspective». Em *Portugal in Development: Emigration, Industrialization, the European Community*, por Thomas C. Bruneau, Victor M. P. da Rosa, e Alexander Macleod. Social Sciences 9. Canada: University of Ottawa, 1984.
- Brettell, Caroline B., e James F. Hollifield. *Migration Theory: Talking across Disciplines*. 3rd ed. New York: Routledge, 2015.
- Brito, José Maria Brandão de, coord. *O país em revolução*. Editorial Notícias, 2001.
- Bruneau, Thomas C., Victor M. P. da Rosa, e Alexander Macleod. *Portugal in Development: Emigration, Industrialization, the European Community*. Social Sciences 9. Canada: University of Ottawa, 1984.
- Cabral, João de Pina. *Filhos de Adão, filhas de Eva : A visão do mundo camponesa no Alto Minho. Filhos de Adão, filhas de Eva : A visão do mundo camponesa no Alto Minho*. Portugal de Perto. Lisboa: Etnográfica Press, 2019.
- Cabral, Manuel Villaverde. «Despotismo de estado e sociedade civil real em Portugal: distância ao poder, comunicação política e familismo amoral». Em *Razão, Tempo e Tecnologia. Estudos em homenagem a Hermínio Marfins*, 157–80. Lisboa,: Imprensa de Ciências Sociais, 2006.
- Cardina, Miguel. «A deserção à guerra colonial: história, memória e política». *Revista de História das Ideias*, 2ª, 38 (2020): 181–204.
- Cardina, Miguel, e Susana Martins. «Evading the War: Deserters and Draft Evaders from the Portuguese Army during the Colonial War». *E-Journal of Portuguese History* 17, n.º 2 (2019): 27–47.
- Carvalho, Miguel. *Quando Portugal ardeu*. Leya, 2017.
- Castaño, David, e Maria Inácia Rezola. *Conselho da Revolução (1975-1982) - Uma Biografia*. Lisboa: Leya, 2021.

- Cerezales, Diego Palacios. *O poder caiu na rua: crise de Estado e acções colectivas na revolução portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.
- Cerezales, Diego Palacios (coord.), Maria de Fátima Sá e Melo (coord.) Ferreira, e José (coord.) Neves. *Da economia moral da multidão à arte de não ser governado: E.P. Thomson e James C. Scott na Ibéria*. 100Luz, 2013.
- Chaney, Rick Lamont. *The Economics of One Hundred Years of Emigration and Remittances in Portugal*. Michigan: University Microfilms International, 1984.
- Cordeiro, Albano. «Le non-exercice des droits politiques par les Portugais de France». *Hommes & Migrations* 1256, n.º 1 (2005): 39–51.
- . «Quelques donnees socio-economiques sur l’immigration portugaise en France». Em *Les variations de l’identité: étude de l’évolution de l’identité culturelle des enfants d’émigrés portugais, en France et au Portugal*, por Michel Oriol, 164–71. Rapport Final de l’A.T.P. CNRS 054. Nice: Université de Nice, INstitut d’Études et de Recherches Interethniques et Interculturelles, 1984.
- Correia, Ramiro, Pedro Soldado, e João Marujo. *MFA: dinamização cultural*. Biblioteca Ulmeiro 3. Lisboa: Ulmeiro, 1977.
- . *MFA e luta de classes: subsídios para a compreensão do processo histórico português*. Bibl. Ulmeiro 2. Lisboa: Ulmeiro, 1977.
- Costa, André Luís. «A criação do sistema português de Segurança Social : 1962-1984». Tese de Doutoramento em História, Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora, 2021.
- . «A Protecção Social Durante o Estado Novo: Evolução e Enquadramento Internacional». Em *Temas de História Contemporânea*, 335–62. Conferências & Debates Interdisciplinares 3. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2021.
- Cravo, António. *Les portugais en France et leur mouvement associatif (1901-1986)*. Migrations et changements 35. Paris: CIEMI L’Harmattan, 1995.
- Cutileiro, José. «Ricos e pobres no Alentejo: uma análise de estrutura social». *Análise Social* 9, n.º 34 (1972): 265–92.
- Dufoix, Stéphane. *The Dispersion: A History of the Word Diaspora*. BRILL, 2016.
- Elliot, Bruce S., David A. Gerber, e Suzanne M. Sinke. *Letters across Borders: The Epistolary Practices of International Migrants*. New York: Springer, 2006.
- Ferreira, Eduardo de Sousa, e Walter C. Opello, eds. *Conflict and Change in Portugal, 1974-1984: III International Meeting on Modern Portugal, Durham, New Hampshire*. Teorema, 1985.
- Ferreira, José Medeiros. «25 de Abril de 1974: uma revolução imperfeita». *Revista História das Ideias*, n.º 7 (1985): 391–426.
- Ferreira, Sónia. *A emigração portuguesa e os seus meios de comunicação social: breve caracterização*. OEm Working Papers, 2. Observatório da Emigração, CIES-IUL, ISCTE-IUL, 2016.
- . «A imprensa militante portuguesa em França: o caso do jornal O Alar-me!(1972-1975)». Em *Migrações e exílios no mundo contemporâneo*, por Heloísa Paulo, Alberto

- Pena Rodriguez, Cristina Clímaco, e Enrique Coraza de los de Los Santos, 149–76, sem data.
- Garson, Jean-Pierre, e Georges Tapinos. *L'argent des immigrés: revenus, épargne et transferts de huit nationalités immigrées en France*. Travaux et Documents, Cahier 94). Paris: PUF, 1981.
- Gaspar, Jorge, e Nuno Vitorino. *As eleições de 25 de Abril: geografia e imagem dos partidos*. Lisboa: Livros Horizonte, 1976.
- Gervásio, Eleutério. *A emigração acusa: Portugal à deriva*. Lisboa: s.n., 1978.
- Graham, Lawrence S., e Harry M. Makler, eds. *Contemporary Portugal: The Revolution and Its Antecedents*. Austin: University of Texas Press, 1979.
- International Institute for Democracy and Electoral Assistance. *Voting from Abroad: The International IDEA Handbook*. International IDEA, 2007.
- Laurens, Sylvain. «“ 1974 ” et la fermeture des frontières. Analyse critique d’une décision érigée en turning-point». *Politix* 82, n.º 2 (2008): 69–94.
- . «De la “ Promotion culturelle des immigrés ” à “ l’interculturel ” (1974-1980) : Discours d’État sur une catégorie d’État». *Cultures & Conflits*, n.º 107 (30 de outubro de 2017): 15–41.
- Leandro, Maria Engrácia. «Emergência de novas formas de organização sócio-cultural nas comunidades portuguesas na região parisiense (1970-1990)». *Cadernos do noroeste* 5, n.º 1 (1992): 27–44.
- Leeds, Elizabeth, e F. Ribeiro Mendes. «Industrialização e emigração em Portugal: sintomas inevitáveis de uma doença estrutural». *Análise Social* 19, n.º 77/79 (1983): 1045–81.
- Leeds, Elizabeth Rachel. «Labor Export, Development, and the State : The Political Economy of Portuguese Emigration». Thesis, Massachusetts Institute of Technology, 1984.
- Mateus, Abel M. *Economia portuguesa: crescimento no contexto internacional (1910-1998)*. Lisboa: Verbo, 1999.
- Margarido, Alfredo. «Elogio do bidonville». *Latitudes* 5 (1999): 14–20.
- Maxwell, Kenneth. *The Making of Portuguese Democracy*. Cambridge University Press, 1995.
- . «The Thorns of the Portuguese Revolution». *Foreign Affairs* 54, n.º 2 (1976): 250–70.
- Mesquita, Mário, e José Rebelo. *O 25 de Abril nos media internacionais*. Textos, 25). Porto: Afrontamento, 1994.
- Monteiro, Paulo Filipe. *Emigração: o eterno mito do retorno*. 1ª ed. Oeiras: Celta, 1994.
- Murteira, Mário. «A situação económica em Portugal: origens e perspectivas». *Análise Social* 12, n.º 46 (1976): 279–87.
- Noronha, Ricardo. *A banca ao serviço do povo*. Imprensa de História Contemporânea, 2018.

Palacios Cerezales, Diego, Bruno Cordovil, e Soares de Almeida. *O poder caiu na rua: crise de estado e acções colectivas na revolução portuguesa 1974-1975*. Estudos e investigações 30. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

Paulo, Heloísa. «O Estado Novo e a emigração: alternativas e propostas». *Máthesis*, n.º 7 (1 de janeiro de 1998): 291–326.

Paulo, Heloísa, Alberto Pena-Rodríguez, Cristina Clímaco, e Enrique Coraza de los Santos. *Migrações e Exílios no Mundo Contemporâneo*. Imprensa da Universidade de Coimbra / Coimbra University Press, 2020.

Pereira, Pacheco. *As armas de papel: publicações periódicas clandestinas e do exílio ligadas a movimentos radicais de esquerda cultural e política (1963-1974)*. 1a ed. Lisboa: Temas e Debates Círculo de Leitores, 2013.

Pereira, Victor. *A ditadura de Salazar e a emigração: o Estado português e os seus emigrantes em França (1957-1974)*. Lisboa: Temas e Debates, 2014a.

———. «A imprensa e o jornalismo português em França: da implantação da Primeira República à Revolução dos Cravos de 1974». Em *Livros ICNOVA*, por Alberto Pena-Rodríguez e António Hohfeldt, 89–156. Lisboa: ICNOVA, 2021.

———. «“Ainda não sabe qual é o pensamento de Sua Excelência Presidente do Conselho”. O estado português perante a emigração para França (1957-1968)». Em *O Estado Novo em questão*. Lisboa: Edições 70, 2013.

———. «Emigração e desenvolvimento da previdência social em Portugal». *Análise Social* 44, n.º 192 (2009): 471–510.

———. «Émigration, Résistance et Démocratisation». *Mélanges de La Casa de Velázquez*, n.º 37–1 (2007): 219.

———. «Ineficiência, fragilização e duplicidade. o velho estado novo perante a emigração para França (1960-1968)». *Ler História*, n.º 56 (1 de maio de 2009): 45–68.

———. «Les exilés politiques portugais en France de 1958 à 1974». Tese de Mestrado em História Contemporânea, Univeristé de Rouen, 2000.

———. «Les luttes des insoumis, réfractaires et déserteurs portugais en France». *Hommes & migrations. Revue française de référence sur les dynamiques migratoires*, n.º 1330 (17 de julho de 2020): 99–104.

———. «Les Portugais en France pendant mai-juin 1968». *Revista de História das Ideias* 38 (6 de fevereiro de 2020): 269–305.

Pinto, António Costa. «Political Purges and State Crisis in Portugal’s Transition to Democracy, 1975—76». *Journal of Contemporary History* 43, n.º 2 (2008): 305–32.

Pinto, Pedro Ramos. «Urban Social Movements And The Transition To Democracy In Portugal, 1974–1976». *The Historical Journal* 51, n.º 4 (2008): 1025.

———. *Lisbon Rising: Urban Social Movements in the Portuguese Revolution, 1974-75*. 1st publ. Manchester ; New York: Manchester University Press, 2013.

Poinard, Michel. «Emigrantes retornados de França: a reinserção na sociedade portuguesa». *Análise Social*, sem data, 261–96.

———. «Les Portugais dans le département du Rhône entre 1960 et 1970». *Géocarrefour* 47, n.º 1 (1972): 35–58.

- Portela, José, e Sílvia Nobre. «Entre Pinela e Paris: emigração e regressos». *Análise Social*, n.º 161 (2002): 1105–46.
- Reis, António. «A dialéctica entre as componentes militar e civil no processo revolucionário do 25 de Abril». *Revista de História das Ideias*, n.º 17 (1995): 561–73.
- Reis, Bárbara, e Daniel Rocha. «Transição para a democracia no MNE» *Público*, julho/agosto de 2020, sec. Investigação.
- Rezola, Maria Inácia. «Punir ou perdoar? A difícil gestão do passado ditatorial no Portugal democrático – O caso dos saneamentos». *Estudos Ibero-Americanos* 45, n.º 3 (6 de dezembro de 2019): 24–38.
- Rocha-Trindade, Maria Beatriz. «A presença dos ausentes». *Sociedade e Território* 8 (1989): 8–16.
- . «As políticas portuguesas para a emigração». *Janus 2001: actualidade das migrações*, 2001.
- . «Associativismo em contexto migratório». *Revista Migrações*, 2010, 39–58.
- . *Immigrés portugais: observation psycho-sociologique d'un groupe de portugais dans la banlieue parisienne : Orsay*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarina, 1973.
- Rodrigues, Henrique. «Correspondência de emigrantes do Alto Minho no período da República». Em *Escritas privadas da mobilidade e da guerra*, editado por Ana Sílvia Albuquerque e Ernesto Português, 159–93. Monção: Fundação Caixa Agrícola do Noroeste, 2013.
- Rosa, Eugénio. *Portugal: dois anos de revolução na economia*. 1ª ed. Lisboa: Diabril, 1976.
- Rosas, Fernando coord. *Revolução portuguesa 1974-1975*. Lisboa: Tinta da China, 2022.
- Santos, Boaventura de Sousa. «A crise do Estado e a aliança povo/MFA em 1974-1975». *AAVV, Seminário* 25 (1984).
- . «A Crise e a Reconstituição do Estado em Portugal». *Pensamiento Iberoamericano*, n.º 5 (1984): 499–520.
- . «Os três tempos simbólicos da relação entre as Forças Armadas e a sociedade em Portugal». *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n.º 15/16/17 (1985): 11–45.
- Santos, Ivete Sobral dos. «A Junta Nacional de Emigração e a Política de Emigração no Estado Novo». Tese de Doutoramento em História Contemporânea, FCSH-UNL, 2014.
- Santos, Vanda. *O discurso oficial do estado sobre a emigração nos anos 60 e 80 e imigração dos anos 90 à actualidade*. ACIDI, I.P., 2004.
- Saraiva, Ana. *Casas (pós-)rurais: expressões arquitetónicas e trajetórias identitárias*. Lisboa: Colibri, 2017.
- Sayad, Abdelmalek. *The Suffering of the Immigrant*. Traduzido por David Macey. Cambridge: Polity Press, 2018.
- Serra, Eduardo. «O operário emigrante português na sociedade industrial capitalista». *Análise Social* 11, n.º 41 (1975): 67–102.
- Serrão, Joel. «Notas sobre emigração e mudança social no Portugal Contemporâneo». *Análise Social* 21, n.º 87/88/89 (1985): 995–1004.

- Silva, Marta Nunes. «Redes de Emigração Económica Clandestina com Destino a França (Penedono, 1960-1974)». Dissertação de Mestrado, ISCTE, 2009.
- Sousa, A. Teixeira de. «Os trabalhadores portugueses na Região de Paris: condições de habitação e de trabalho». *Análise Social* 9, n.º 33 (1972): 11–78.
- . «Trabalhadores portugueses e sindicatos franceses na Região de Paris: contribuição para o estudo das suas relações». *Análise Social* 10, n.º 39 (1973): 508–51.
- . «Trabalhadores portugueses e sindicatos franceses na Região de Paris: uma tentativa de interpretação das suas relações». *Análise Social* 10, n.º 40 (1973): 703–33.
- Telo, António José. «Emigração, exílio e democracia em Portugal». *Exils et migrations ibériques au XXe siècle* 2, n.º 3 (1997): 159–71.
- Truzzi, Oswaldo, e Maria Izilda Matos. «Saudades: Sensibilities in Letters from Portuguese e/Immigrants (Portugal-Brazil 1890-1930)». *Revista Brasileira de História* 35 (8 de dezembro de 2015): 257–77.
- Vieira, Joaquim, e Reto Monico. *Nas bocas do mundo: o 25 de Abril e o PREC na imprensa internacional*. Lisboa: Tinta-da-china, 2014.
- Villanova, Roselyne de. «La maison du retour au Portugal». *Les Annales de la Recherche Urbaine* 41, n.º 1 (1989): 67–75.
- . «L’espace résidentiel des portugais de France». *Hommes & Migrations* 1210, n.º 1 (1997): 32–42.
- Volovich-Tavares, Marie-Christine. «Les immigrés portugais en France et la “révolution des Œillets”». Em *De la Révolution des œillets au 3ème millénaire: Portugal et Afrique lusophone*, 147–64. Travaux et documents 7. Vincennes Saint-Denis: Université de Paris 8, 2000.
- Volovich-Tavares, Marie-Christine, Abderahmen Mounen, e Louisa Zanoun, eds. *La Révolution des Œillets et l’immigration portugaise*. Vol. 43. Migration. Paris: Mémoires-Génériques, 2014.
- Volovitch-Tavares, Marie-Christine. *100 ans d’histoire des Portugais en France*. Neuilly-sur-Seine: Michel Lafon, 2016.
- . «L’Église de France et l’accueil des immigrés portugais (1960-1975)». *Le Mouvement social*, n.º 188 (1999): 89–102.
- . *Portugais à Champigny, le temps des baraques*. Français d’ailleurs, peuples d’ici. Paris: Autrement, 1995.
- Weil, Patrick. «La politique française d’immigration». *Pouvoirs: Revue française d’études constitutionnelles et politiques*, n.º 47 (1988): 45–60.

Metodologia

- Duara, Prasenjit. «Transnationalism and the Challenge to National Histories». Em *Rethinking American History in a Global Age*, por Thomas Bender, 24–44. Berkeley and Los Angeles: U California Press, 2002.
- Eco, Umberto. *Como se faz uma tese em Ciências Humanas*. 13ª. Lisboa: Editorial Presença, 2007[1977].

Fitzpatrick, Sheila. «Supplicants and Citizens: Public Letter-Writing in Soviet Russia in the 1930s». *Slavic Review* 55, n.º 1 (1996): 78–105.

Löwy, Michael. *Walter Benjamin: aviso de incêndio: Uma leitura das teses «Sobre o conceito de história»*. Boitempo Editorial, 2015.

Lyons, Martyn. *Ordinary Writings, Personal Narratives: Writing Practices in 19th and Early 20th-Century Europe*. Peter Lang, 2007.

———. «Writing Upwards: How the Weak Wrote to the Powerful». *Journal of Social History* 49, n.º 2 (2015): 317–30.

———. «Writing Upwards: Letters to Robert Menzies, Australian Prime Minister, 1949–1966». *The Journal of Epistolary Studies* 2, n.º 1 (24 de novembro de 2020).

Neves, José, coord.. *Como se faz um povo: ensaios em história contemporânea de Portugal*. Edições Tinta da China, 2010.

———. *Quem faz a história: ensaios sobre o Portugal contemporâneo*. Lisboa: Tinta da China, 2016.

Simpson, Duncan. «Tenho o prazer de informar o senhor director...»: *cartas de portuguesas à PIDE (1958-1968)*. Silveira: Book Builders, 2022.

Thompson, Dorothy ed. e Edward Palmer Thompson. *The Essential E.P. Thompson*. New York: The New Press, 2001.